



HAITONG BANK, S.A.

Edifício Quartzó Rua Alexandre Herculano, 38
1269-180 Lisboa | PORTUGAL
Capital Social: 847 399 305 euros
Matricula na Conservatória do Registo Comercial
de Lisboa e Pessoa Coletiva: 501 385 932

PORTUGAL

Haitong Bank, S.A
Rua Alexandre Herculano, 38
1269 -180 Lisboa | Portugal
Tel: + 351 21 319 69 00
Email: info.haitongbank@haitongib.com

ESPAÑA

Haitong Bank, S.A., Sucursal Espanha
Paseo de la Castellana 52, 1º andar
28046 Madrid | Espanha
Tel: + 34 914005400
Email: info.spainbranch@haitongib.com

POLÓNIA

Haitong Bank, S.A., Sucursal Varsóvia
Zlota 59th Street, 5º andar
00-120 Varsóvia | Polónia
(Entrada "Lumen" pela Pawła II Avenue)
Tel: + 48 22 347 4000
Email: info.warsawbranch@haitongib.com

REINO UNIDO

Haitong Bank, S.A., Sucursal Londres
8 Finsbury Circus, EC2M 7EA
Londres | Reino Unido
Tel: +44 207 4569191
Email: info.ukbranch@haitongib.com

BRASIL

Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729 – 8º andar
Itaim Bibi, CEP 04538-905, São Paulo | Brasil
Tel: + 55 11 3074 7444
Email: info.haitongbrazil@haitongib.com.br

MACAU

Haitong Bank, S.A., Sucursal Macau
Avenida Doutor Mário Soares, 300 – 322
Centro Financeiro e Tecnológico de Macau 20º andar, F Macau
Tel: +853 8290 1000
Email: info.macaubbranch@haitongib.com

FRANÇA

Haitong Bank, S.A., Escritório de Representação Paris
10, Avenue Franklin Roosevelt
75008 Paris | France
Tel. +331 43 87 49 30
Email: Info.paris@haitongib.com

RELATÓRIO DE GESTÃO

Principais Indicadores Financeiros	4
Estrutura Organizacional	5
Senior Management	6
Estratégia de Negócio	8
PRODUTO	9
Modelo de Negócio	9
Corporate Solutions	10
Mercado de Capitais	12
Structured Finance	19
Fusões e Aquisições	22
Fixed Income	26
Corporate Derivatives	30
Asset Management	32
Private Equity	35
PESSOAS	37
Capital Humano	37
Responsabilidade Social	40
PERFORMANCE FINANCEIRA	41
Ambiente Macroeconómico	41
Análise Financeira	45
Eventos Corporativos	47
Rating	47
Tesouraria	48
GESTÃO DE RISCO	50

RELATÓRIO FINANCEIRO

64

Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas às Contas	64
Declaração sobre a Auditoria às Contas	170

ANEXOS

171

Ações e Obrigações Detidas por Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal	172
Orgãos Sociais e Comitês	173
Declaração de Conformidade	174

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

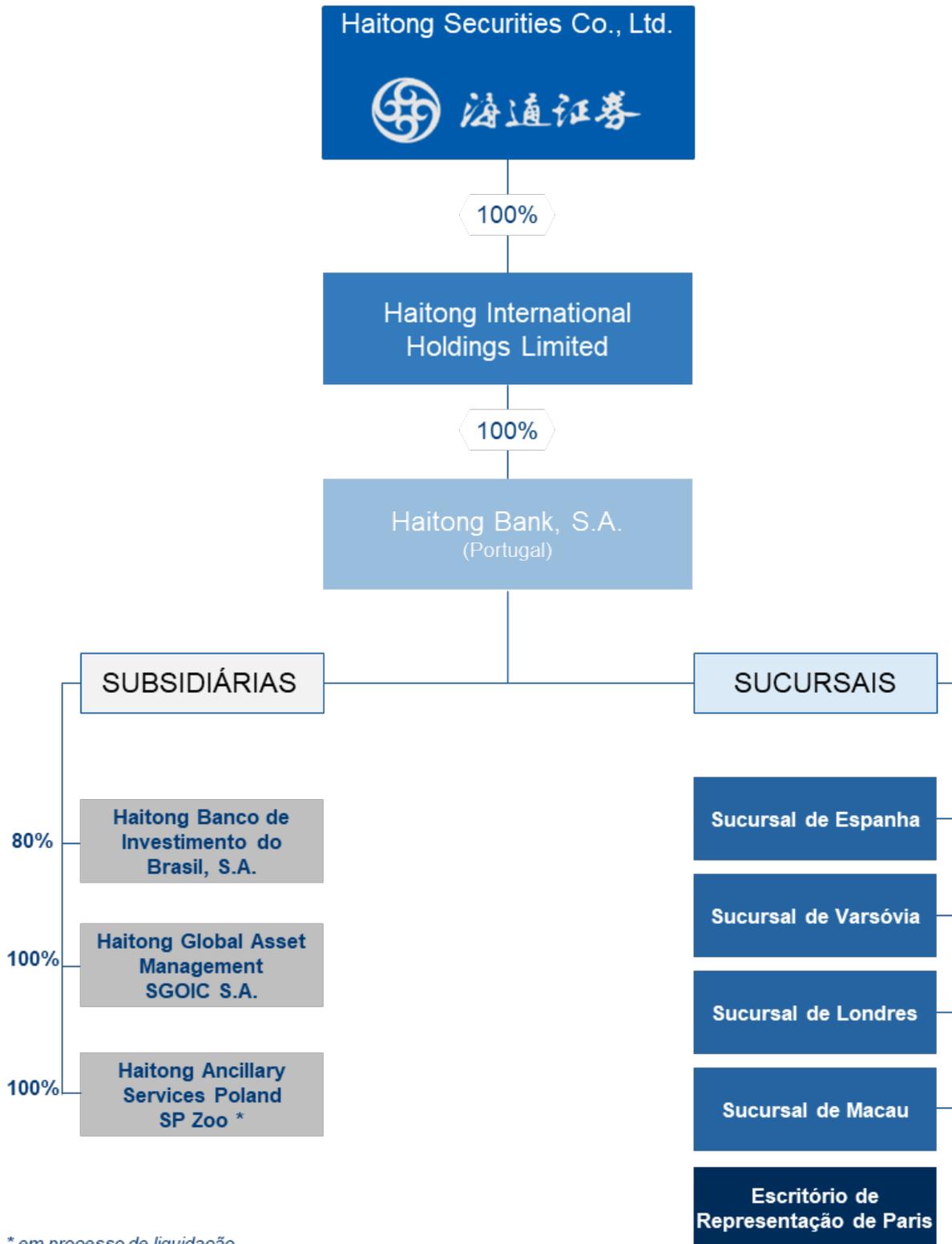
(milhões de euros)

	2022 junho	2021 dezembro	2021 junho
Balanço			
Total de Ativo	3 129	2 747	2 833
Total de Passivo	2 514	2 140	2 216
Total de Capital Próprio	615	607	616
Resultados			
Produto Bancário	22	89	44
Custos Operacionais	-30	-60	-29
Resultado Operacional	-8	29	15
Imparidades e Provisões	4	-20	-9
Resultado Líquido	-4	4	3
Rentabilidade			
Rentabilidade dos capitais próprios médios ("ROE")	-1,5%	0,6%	0,8%
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios ⁽¹⁾	-1,7%	1,4%	2,1%
Rentabilidade do ativo líquido médio ("ROA")	-0,3%	0,1%	0,2%
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio ⁽¹⁾	-0,4%	0,3%	0,5%
Produto Bancário / Ativo líquido médio ⁽¹⁾	1,5%	3,3%	3,2%
Eficiência			
Custos Operacionais / Produto Bancário ("Cost to Income ratio") ⁽¹⁾	140%	68%	65%
Custo com o Pessoal / Produto Bancário ⁽¹⁾	91%	42%	40%
Qualidade de Crédito			
Carteira de Crédito (bruta)	757	632	577
Reforço de Provisões para Crédito	-0,2	3	1
Rácio de crédito não produtivo ("NPL ratio")	1,3%	2,1%	4,5%
Cobertura de crédito não produtivo	58,4%	42,1%	17,7%
Solvabilidade			
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1 (<i>phased-in</i>)	18,0%	18,9%	21,1%
Rácio Fundos Próprios Totais (<i>phased-in</i>)	22,5%	23,6%	26,3%
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1 (<i>fully-loaded</i>)	18,0%	18,8%	21,0%
Rácio Fundos Próprios Totais (<i>fully-loaded</i>)	22,5%	23,5%	26,3%
Alavancagem			
Rácio de Alavancagem (<i>phased-in</i>)	15,0%	17,0%	15,7%
Rácio de Alavancagem (<i>fully-loaded</i>)	15,0%	17,0%	15,6%
Posição de Liquidez			
Net Stable Funding Ratio (NSFR)	144%	142%	180%
Rácio de Cobertura de Liquidez ("LCR")	257%	183%	266%
Rácio de Transformação ⁽¹⁾	74%	63%	58%
Nº de Colaboradores	358	357	368

⁽¹⁾ - Indicadores de referência do Banco de Portugal (Instruções 23/2011)

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Através dos seus escritórios em Portugal, Espanha, Reino Unido, Polónia, Brasil, França e Macau, onde conta com uma equipa de cerca de trezentos e cinquenta profissionais, o Haitong Bank está empenhado em servir os seus clientes domésticos, corporativos e institucionais, assim como a sua base crescente de Clientes chineses.



SENIOR MANAGEMENT

Conselho de Administração

LIN YONG

Presidente do Conselho de Administração



WU MIN

Presidente da Comissão Executiva e Membro Executivo do Conselho de Administração



Tesouraria & Fixed Income
Corporate Solutions
CEO Office
Recursos Humanos
Financeiro

ALAN FERNANDES

Membro Executivo do Conselho de Administração



CEO do Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A.

MIGUEL GUIOMAR

Membro Executivo do Conselho de Administração



Mercado de Capitais
Structured Finance
M&A
Corporate Derivatives Desk
Asset Management
Haitong Global Asset Management SGOIC S.A.

NUNO CARVALHO

Membro Executivo do Conselho de Administração



Compliance & AML-FT
Jurídico
Special Portfolio Management
Informática & Administrativo
Auditoria Interna

VASCO CÂMARA MARTINS

Membro Executivo do Conselho de Administração



Gestão de Risco
Rating
Operações

ANTÓNIO DOMINGUES

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



MARTINA GARCÍA

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



PAN GUANGTAO

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



PAULO MARTINS

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



VINCENT CAMERLYNCK

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



ZHANG XINJUN

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



Managers com Assento na Comissão Executiva

ANTÓNIO PACHECO

Responsável pelo Departamento Financeiro



PEDRO COSTA

Responsável pelo CEO Office e pela Sucursal de Londres
Secretário da Comissão Executiva e do Conselho de Administração*



* Em aprovação pela FCA - Financial Conduct Authority

ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO

A estratégia do Haitong Bank visa interligar clientes e oportunidades de negócio através da vasta rede do Banco, aliando a sua experiência de longa data na Europa e América Latina com a capacidade de originação *cross-border* de ângulo chinês do Grupo.

Linhas de Produto



Originação de Negócio



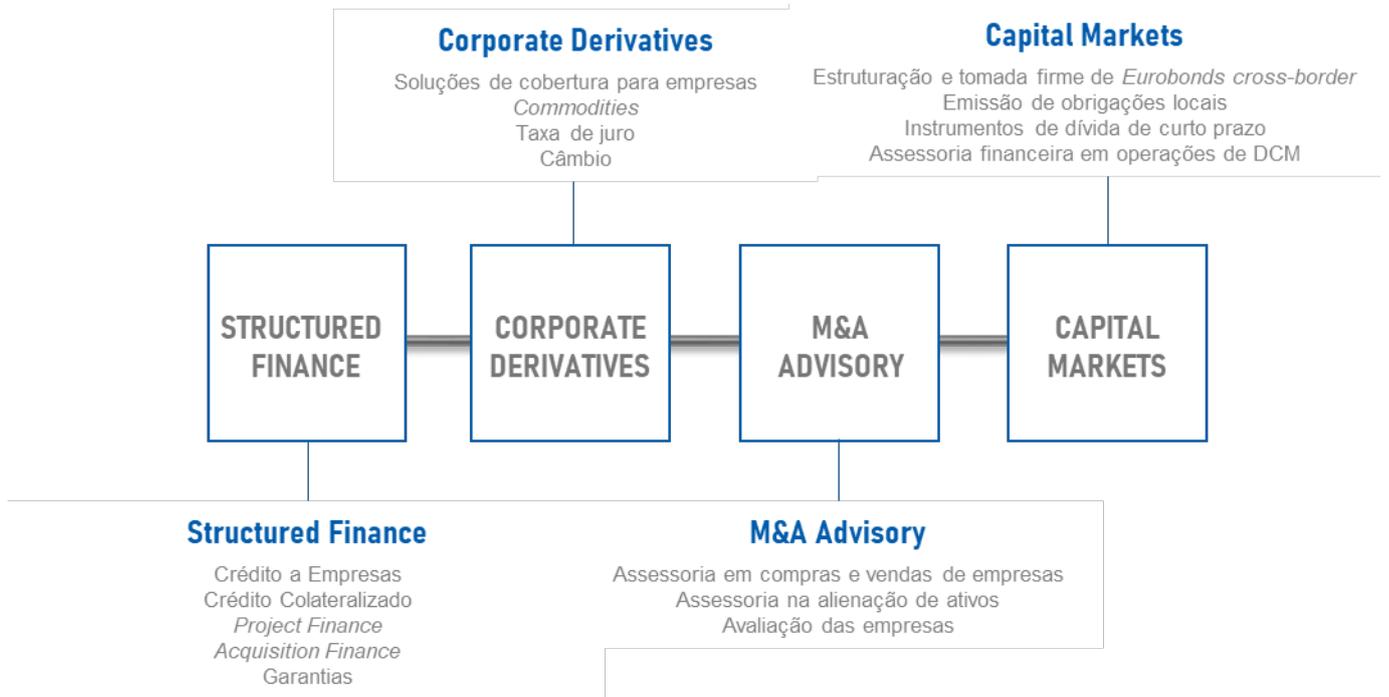
A estratégia do Haitong Bank assenta em três pilares:

- Franchise histórico local em Portugal, Espanha, Polónia, Reino Unido e Brasil;
- Ângulo chinês, reforçado com a abertura da Sucursal em Macau; e
- Negócio com foco *cross-border*.

Produto

MODELO DE NEGÓCIO

CORPORATE & INVESTMENT BANKING



INSTITUTIONAL SERVICES



CORPORATE SOLUTIONS

Visão Global

A Direção de Corporate Solutions é a principal equipa focada no contacto com clientes, responsável pela cobertura de clientes e originação de negócio. Esta Direção coopera com os clientes de forma a garantir a oferta das soluções corporativas e de banca de investimento mais adequadas às suas necessidades.

A presença enraizada do Haitong Bank em vários mercados domésticos na Europa e América Latina, em conjunto com o seu distinto ângulo chinês conferem-lhe um posicionamento de negócio único.

Estratégia

A Direção de Corporate Solutions desempenha um papel central na Estratégia do Banco, estando assente no crescimento sustentável da base de clientes nas suas várias geografias.

INSIGHTS

Uma equipa especializada que assegura a primazia de um **ângulo chinês** único e uma **vasta experiência em mercados nas relações com clientes**



NETWORK

Rede de equipas que **oferece experiência local e global**, permitindo ajudar os clientes a atingir as suas metas e objetivos

SOLUTIONS

Oferta de **soluções customizadas** para dar resposta às necessidades dos clientes, independentemente da sua **dimensão, indústria** em que operam ou das suas **prioridades de negócio**

Destaques da Atividade

A Direção de Corporate Solutions opera em estrita coordenação com as várias áreas de produto e em total alinhamento estratégico entre as áreas de produto e os clientes do Banco:

- **Structured Finance:** o Banco continuou a expandir a sua carteira de crédito, oferecendo soluções customizadas a clientes em múltiplos setores, tais como crédito colateralizado, financiamento imobiliário, *acquisition finance* e empréstimos sindicados;
- **Mercado de Capitais:** apoio contínuo na originação de transações domésticas de mercado de capitais, bem como em transações no mercado chinês. Estas transações incluem emissão de obrigações e instrumentos de curto prazo, como papel comercial. Não obstante as difíceis condições nos mercados de capitais europeus durante o primeiro semestre de 2022, o Banco manteve-se ativo na procura de novas oportunidades;
- **Assessoria em F&A:** tem-se verificado um crescimento consistente do pipeline de transações, tanto do lado da venda como da compra, em paralelo com oportunidades *cross-border* e transações ligadas à China. As oportunidades de negócio em F&A foram a principal fonte da atividade desenvolvida no primeiro semestre de 2022, tendo também o Banco alavancado a sua forte reputação em serviços de assessoria;
- **Corporate Derivatives:** no primeiro semestre de 2022, o Haitong Bank alargou significativamente o número de contrapartes corporativas que procuram soluções de cobertura para diversos tipos de risco, a quem ofereceu soluções customizadas de *hedging*, juntamente com a sua reconhecida plataforma eletrónica para produtos *plain vanilla*;
- **Produtos de Poupança:** trabalho conjunto com o Departamento de Tesouraria no apoio à expansão e diversificação das fontes de financiamento do Banco. A Direção de Corporate Solutions tem trabalhado igualmente com a Direção de Asset Management no apoio à distribuição de fundos de ações e de renda fixa, bem como na gestão de carteiras.

Apesar do contexto desafiante nos mercados financeiros europeus no primeiro semestre de 2022, a atividade global com clientes melhorou em comparação com o mesmo período do ano passado, tendo os *Senior Bankers* apostado em produtos e serviços com maior potencial para satisfazer as necessidades dos clientes do Haitong Bank num contexto mais volátil das perspetivas económicas e financeiras em 2022.

MERCADO DE CAPITALAIS

Visão Global

A Direção de Mercado de Capitais abrange a organização, estruturação e desenvolvimento de produtos de dívida e *equity* direcionados para o mercado. O Banco providencia serviços a clientes *corporate*, instituições financeiras, entidades estatais, empresas públicas e municípios. A área de Debt Capital Markets (DCM) inclui a estruturação de instrumentos de dívida, sobretudo emissões domésticas e emissões *cross-border*, particularmente relacionadas com a China e outros mercados emergentes, bem como de produtos híbridos, *green bonds*, *sustainability linked bonds*, *project finance bonds*, papel comercial e *liability management*. A vertente de Equity Capital Markets (ECM) inclui privatizações, ofertas públicas iniciais (IPOs), aumentos de capital, OPAs e saídas de Bolsa, bem como produtos *equity-linked*, como obrigações convertíveis para empresas. A área de Mercado de Capitais apoia igualmente outras entidades do Grupo Haitong nas suas transações domésticas, sempre que exista uma vertente internacional nas atividades dos seus clientes, ou que os setores relevantes estejam expostos às tendências do mercado global.

Estratégia

A área de Mercado de Capitais está sobretudo focada nas atividades de dívida, mantendo uma atividade de *equity* residual, resultante da análise de casos pontuais. A estratégia de negócio da área de DCM baseia-se em dois pilares principais: (i) *franchise* doméstico (emissões locais de obrigações na Ibéria, Polónia e Brasil), tirando partido das capacidades locais de originação e distribuição; e (ii) emissores da China, que tiram partido da capacidade de originação do Grupo Haitong conjugada com a capacidade de tomada firme, estruturação e distribuição do Haitong Bank. O Banco está bem posicionado para ser uma referência nas transações *cross-border* com a China, alavancando a sua destacada participação nos últimos três anos em operações denominadas em Euros para emittentes chineses, e beneficiando ainda do acesso privilegiado do Grupo a *pools* de liquidez na Ásia.

Valor do Produto Bancário

6,1 M€

Peso no Produto Bancário Total

28%

Oferta de Serviços

Estruturação e tomada firme de obrigações em EUR e USD

Emissão de obrigações para o mercado local

Instrumentos de dívida de curto prazo

Participação pontual em oportunidades de negócio na atividade de *equity*

O Mercado no 1º Semestre de 2022

Debt Capital Markets (DCM)

Graças à elevada taxa de vacinação e à expectativa de novos surtos menos severos da COVID-19, as perspetivas para 2022 eram muito favoráveis. Todavia, a pandemia continuou a influenciar os mercados internacionais de capitais de dívida no primeiro semestre deste ano, sobretudo o mercado chinês, e o eclodir da guerra na Ucrânia veio condicionar a recuperação económica e dos mercados de capitais iniciada em 2021.

Os mercados acionistas registaram quedas bruscas em todo o mundo durante o primeiro semestre de 2022, refletindo a incerteza económica causada pela guerra na Europa, juntamente com a recessão induzida pelos confinamentos na maior economia da Ásia, a persistência de uma inflação elevada e uma política mais agressiva de aumento das taxas de juro seguida pelos principais bancos centrais em várias décadas.

A atividade global de DCM cifrou-se em 4,8 biliões de dólares no primeiro semestre de 2022, o que corresponde a uma descida de 14% face ao período homólogo do ano anterior e ao pior primeiro semestre desde a primeira metade de 2019. Foram lançadas no mercado 14.143 novas ofertas neste período, o que representa uma descida homóloga de 7% e o pior registo dos últimos dois anos. A emissão de dívida baixou 19% em volume no segundo trimestre de 2022, face ao primeiro trimestre do ano e 5% em número de emissões.

O montante global de emissões de dívida *investment grade* atingiu 2,3 biliões de dólares no primeiro semestre de 2022, uma descida de 7% face a igual período do ano anterior e representando o pior desempenho semestral deste segmento desde 2019. No segundo trimestre do ano, a emissão de dívida *investment grade* ascendeu a 952,1 mil milhões de dólares, o que representa uma descida de 29% face ao trimestre anterior e o primeiro registo trimestral de novas ofertas inferior a 1 bilião de dólares desde o 4º trimestre de 2020.

Face ao semestre homólogo, a emissão de dívida *high-yield* registou uma queda de 78%, para 91,9 mil milhões de dólares, o que representa o pior desempenho desta atividade na primeira metade do ano desde 2009. As ofertas de dívida *high-yield* de emitentes dos Estados Unidos, do Reino Unido, dos Países Baixos e da Austrália representaram 74% do total de emissões no primeiro semestre de 2022, tendo aumentado face aos 70% registados no período homólogo de 2021.

De acordo com dados da Refinitiv e da The Climate Bonds Initiative, as emissões de *green bonds* totalizaram 229 mil milhões de dólares no primeiro semestre de 2022, o que corresponde a uma descida homóloga de 5%. Apesar disso, o segundo trimestre de 2022 foi o sexto trimestre consecutivo em que o montante emitido foi superior a 100 mil milhões de dólares. O volume de dívida emitida por agências governamentais, soberanas e supranacionais totalizou 1,6 biliões de dólares no primeiro semestre de 2022, o que representa uma descida homóloga de 5%.

As emissões internacionais de obrigações ascenderam a 2,2 biliões de dólares no primeiro semestre de 2022, tendo diminuído 28% face ao mesmo período do ano anterior. A dívida de emitentes corporativos de mercados emergentes registou uma queda homóloga de 48%, cifrando-se em 120 mil milhões de dólares. É de realçar que 61% do volume total de dívida corporativa emitida nos mercados emergentes no primeiro semestre de 2022 teve origem na Índia, na Tailândia, no Brasil e na Malásia.

No primeiro semestre de 2022, as ofertas de dívida asiáticas em moeda local registaram um aumento homólogo de 23%, atingindo 1,9 biliões de dólares, o melhor desempenho no primeiro semestre desde que existem registos (1980). As ofertas em Yuan aumentaram 30% face ao período homólogo e as ofertas em moeda japonesa cifraram-se em 10,1 biliões de ienes, o que representa uma queda homóloga de 21% e o pior desempenho dos últimos seis anos.

Equity Capital Markets (ECM)

A atividade global de ECM ascendeu a 237 mil milhões de dólares no primeiro semestre de 2022, o que corresponde a uma contração homóloga de 67% e ao pior primeiro semestre para esta atividade desde 2005. O número de ofertas de *equity* lançadas no mercado foi apenas ligeiramente superior a 2.000 no primeiro semestre, o que representa o pior registo em 10 anos e uma descida homóloga de 48%. O montante de aumentos de capital a nível global registou uma contração de 10% no segundo trimestre de 2022 face ao trimestre anterior, o que marca o pior desempenho trimestral para a atividade global de emissão de *equity* desde o 4º trimestre de 2011.

Os emitentes chineses captaram um total de 83,4 mil milhões de dólares nos mercados de capitais globais de *equity* durante o primeiro semestre de 2022, o que, embora represente uma contração de 55% face ao período homólogo do ano anterior, corresponde à maior parcela deste mercado num primeiro semestre desde que existem registos.

O volume global de IPOs, excluindo os SPACs (*special purpose acquisition companies*), totalizou 71,5 mil milhões de dólares no primeiro semestre de 2022, o que representa uma descida de 67% face ao período homólogo do ano anterior e que marca o primeiro semestre mais fraco para este tipo de operações desde 2020. O montante total angariado com IPOs nas bolsas norte-americanas registou uma quebra homóloga de 95% no primeiro semestre de 2022, para 4,3 mil milhões de dólares, enquanto nas bolsas chinesas se cifrou em 30,5 mil milhões de dólares, tendo recuado 50% em termos homólogos.

O volume global de ofertas secundárias ascendeu a 138,7 mil milhões de dólares no primeiro semestre de 2022, o que representa uma descida homóloga de 63% e marca o pior primeiro semestre para a atividade de captação de capital desde 2005. Foram realizadas pouco mais de 1.300 emissões *follow-on* durante o primeiro semestre de 2022, uma descida de 48% face ao primeiro semestre de 2021, em que se tinha registado o número mais elevado de ofertas secundárias num primeiro semestre desde que há registos (1980).

Destaques da Atividade

O Haitong Bank continuou a tirar partido da sua experiência nos mercados internacionais de dívida para apoiar a emissão de obrigações por parte de emitentes chineses, tanto públicos como privados, tendo a equipa de DCM *cross-border* concluído com êxito as seguintes operações:

- Reabertura da emissão de obrigações do Chengdu Jingkai Guotou Investment Group Co., Ltd., com taxa de 5,3% e vencimento em 2024, na sequência da forte apetência demonstrada pelos investidores, que subscreveram 200 milhões de dólares adicionais, elevando assim o montante total da emissão para 500 milhões de dólares;
- Emissão de obrigações do Zhengzhou Airport Economy Zone Xinggang Investment Group Co., Ltd., no montante de 200 milhões de dólares, com taxa de 4,7% e vencimento em 2025.

O Haitong Bank atuou como *Joint Global Coordinator*, *Joint Lead Manager* e *Joint Bookrunner* em ambas as operações.

Em Portugal, a atividade do Haitong Bank no primeiro semestre de 2022 continuou a destacar-se pela diversidade de operações de DCM concluídas. Entre as operações concluídas com sucesso em Portugal pela equipa de DCM, destacam-se as seguintes:

- Programa de Papel Comercial, no montante de 20 milhões de euros, da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. O Haitong Bank participou como *Arranger* e *Dealer* nesta operação;
- Emissão de obrigações do Futebol Clube do Porto – Futebol SAD através de uma Oferta Pública de Troca, no montante de 50 milhões de euros, com taxa de 5,25% e vencimento em 2025. O Haitong Bank participou nesta operação como *Sole Global Coordinator*;

- Renovação e aumento do programa de papel comercial da Luz Saúde, S.A. para 30 milhões de euros. O Haitong Bank participou nesta operação como *Arranger e Dealer*;
- Emissão de obrigações do Sport Lisboa e Benfica – Futebol SAD através de uma Oferta Pública, no montante de 60 milhões de euros, com taxa de 4,60% e vencimento em 2025. O Haitong Bank participou nesta operação como *Sole Global Coordinator*;
- Emissões de obrigações do Haitong Bank, uma no montante de 230 milhões de euros com vencimento em 2025 e outra de 150 milhões de dólares com vencimento em 2027, ambas realizadas através de colocação privada e garantidas pela Haitong Securities Co., Ltd.. A equipa de DCM em Portugal atuou nestas operações como *Manager*.

Em janeiro, a empresa detentora da Bolsa de Valores de Lisboa anunciou os vencedores da 11ª edição dos Prémios Euronext Lisbon 2022. A emissão de obrigações da Mota-Engil, SGPS, S.A., a primeira oferta pública associada a critérios de sustentabilidade, no montante de 100 milhões de euros, foi distinguida com o prémio *Finance for the Future*. O Haitong Bank participou nesta operação como *Joint Global Coordinator*. Esta emissão, com prazo de 5 anos, foi lançada em dezembro de 2021, sendo a primeira emissão com critérios ESG (Environmental, Social e Governance) realizada por uma empresa portuguesa.

Em Espanha, o mercado de DCM sofreu uma contração como já não se via há décadas. Com a inflação também a ultrapassar máximos da última década e com o aumento das taxas de juro que tem vindo a pressionar os SWAPs ao longo de toda a curva, o cenário de recessão tem vindo a tornar-se cada vez mais provável.

Este contexto teve como consequência a saída dos investidores deste mercado, os quais: (i) têm vindo a privilegiar a liquidez sobre o investimento; e (ii) apostaram numa "fuga para a qualidade", investindo principalmente em títulos de dívida pública com elevada liquidez ou em obrigações *investment grade*. Consequentemente, enquanto em 2021 o montante das emissões de obrigações corporativas no Mercado Alternativo de Renta Fija (MARF) (excluindo titularizações e emissões FIG) atingiu mais de 500 milhões de euros, a 30 de junho de 2022 não tinha sequer sido atingido o montante de 100 milhões de euros.

Não obstante, a equipa de DCM de Espanha continuou a trabalhar nos mandatos existentes, nomeadamente na colocação de notas promissórias da Vía Célere e da Copasa no MARF, assim como na colocação de papel comercial da Tradebe.

Adicionalmente, e apesar das perspetivas tanto macroeconómicas como para os mercados de dívida, durante o primeiro semestre de 2022, a Equipa conseguiu obter diversos mandatos, tendo vindo a trabalhar na sua execução. Entre as potenciais transações, destacam-se as seguintes:

- Novas emissões de obrigações no MARF, assim como nos mercados europeus;
- Serviços de consultoria em várias transações de dívida de empresas espanholas.

Na Polónia, o valor das emissões corporativas no primeiro semestre de 2022 diminuiu 60% relativamente ao mesmo período do ano anterior. Um valor tão baixo de emissões tinha sido registado pela última vez no segundo trimestre de 2020, altura em que o mercado praticamente estagnou, na sequência das restrições introduzidas no contexto da pandemia.

As principais razões que explicam a estagnação do mercado são o nível muito elevado das taxas de juro (taxas WIBOR acima dos 7%), por um lado, e as saídas de fundos de investimento (um dos maiores compradores de obrigações no mercado), por outro. As elevadas taxas WIBOR refletem o aumento das taxas de juro pelo Banco Nacional da Polónia a fim de conter a inflação, que tem vindo a afetar praticamente todas as economias europeias, incluindo a Polónia. Por sua vez, as saídas de fundos de investimento resultam essencialmente das perdas registadas em posições em obrigações de taxa fixa.

O mercado de *equity* polaco praticamente estagnou, com o valor dos IPOs na Bolsa de Valores de Varsóvia a cair para apenas 8 milhões de euros no primeiro semestre de 2022, comparado com cerca de 1,3 mil milhões de euros no primeiro semestre de 2021. Quase todos os candidatos a IPOs com ofertas previstas para 2022 suspenderam ou abandonaram os seus planos devido às condições desfavoráveis no mercado de ações.

No Brasil, o financiamento através do mercado de capitais atingiu 202 mil milhões de euros no primeiro semestre de 2022, tendo aumentado 25% face ao mesmo período do ano anterior. As emissões de debêntures estiveram novamente em destaque, atingindo 134 mil milhões de euros no primeiro semestre de 2022, ou seja, 66% do total de emissões.

Em termos da repartição dos ativos, os principais detentores continuam a ser intermediários e outros participantes associados a emissões, fundos de investimento e fundos de pensões. Neste cenário, o Haitong Bank no Brasil conseguiu colocar a seguinte operação:

- Titularização local de ativos imobiliários (“CRI”) da Embraed, no valor de 50 milhões de reais e prazo de 4 anos, inteiramente vendidos a investidores no âmbito de uma colocação privada.

A subida brusca das taxas de juro, que aumentaram de 4,25% no primeiro semestre de 2021 para 13,25% no primeiro semestre de 2022 condicionou significativamente o mercado brasileiro. Esta subida tornou os títulos de rendimento fixo muito mais atrativos do que as ações, afetando conseqüentemente o mercado de IPOs. Depois do recorde da década atingido em 2021, com 46 ofertas de IPO bem-sucedidas num total de 66 mil milhões de reais, no primeiro semestre de 2022 não se registou qualquer oferta, tendo sido canceladas 23.

No mercado de renda fixa continua a verificar-se uma forte procura por novas emissões, sobretudo *high-grade*, por parte dos investidores, não obstante a subida das taxas de juro.

A Sucursal de Macau iniciou a sua atividade no final de 2021. Durante o primeiro semestre de 2022, esta Sucursal continuou a encaminhar emitentes Chineses para os mercados internacionais, tendo participado em 10 emissões *cross-border* de obrigações em dólares, no montante agregado de 1,83 mil milhões de dólares. A Sucursal liderou três operações cotadas na MOX (ChongWa (Macau) Financial Asset Exchange CO., Ltd.) durante o primeiro semestre de 2022, uma das quais consistiu numa emissão de *green bonds*. Importa destacar a sua atuação como:

- *Joint Global Coordinator* na emissão *offshore* de obrigações no montante de 120 milhões de dólares, com vencimento em 2025 da Zhoukou Urban Construction Investment Development Limited Company;
- *Joint Bookrunner* na emissão *offshore* de obrigações verdes no montante de 300 milhões de dólares, com vencimento em 2025 da Qingdao Jiaozhou Bay Development Group Co., Ltd..

A equipa da Sucursal de Macau prestou ainda apoio ao Haitong Bank S.A. na emissão de obrigações no valor de 150 milhões de dólares e prazo de 5 anos, garantidas pela Haitong Securities Co., Ltd., a primeira emissão de obrigações a 5 anos em dólares por uma sociedade de valores mobiliários de capitais chineses em 2022. É de salientar que estas obrigações foram emitidas com o *spread* mais baixo entre todas as emissões a 5 anos em dólares realizadas por empresas chinesas, em abril de 2022.

No Policy Address de Macau de 2021 (o discurso anual do Chefe do Executivo) foi enfatizada a modernização acelerada do sector financeiro em Macau através do desenvolvimento do mercado obrigacionista. A Sucursal de Macau do Haitong Bank, o primeiro banco de investimento com presença em Macau, desempenha um papel vital na ligação da região com os mercados internacionais, promovendo a diversificação dos ativos dos bancos locais e o enriquecimento da sua carteira de investimentos, nomeadamente com obrigações de empresas estatais *investment grade* e *high-yield*.

SOE CHINA

CHONGQING HECHUAN CITY CONSTRUCTION INVESTMENT (GROUP) CO., LTD.
(重慶市合川城市建設投資(集團)有限公司)

6.00% Bonds due 2025

US\$ 207.000.000

Joint Lead Manager, Joint Bookrunner

2022



SOE CHINA



XING GANG INVESTMENT

ZHENGZHOU AIRPORT ECONOMIC ZONE XINGGANG INVESTMENT GROUP CO., LTD.
(鄭州航空港經濟區投資集團有限公司)

4.7% Bonds due 2025

US\$ 200.000.000

Joint Global Coordinator, Joint Lead Manager, Joint Bookrunner

2022



BANCA & SEGUROS PORTUGAL



Fixed Rate Senior Guaranteed Notes due 2027

US\$ 150.000.000

Manager

2022



SOE CHINA



CHENGDU JINGKAI GUOTOU INVESTMENT GROUP CO., LTD.
(成都建開國投集團有限公司)

Reopening of the 5.3% Bonds due 2024, in the amount of US\$200,000,000

US\$ 500.000.000

Joint Global Coordinator, Joint Lead Manager, Joint Bookrunner

2022



SOE CHINA



JZBD

3.20% Bonds due 2025

US\$ 300.000.000

Joint Lead Manager, Joint Bookrunner

2022



PRÉMIO




Finance for the Future

Sustainability-linked Bonds
€110,000,000
2021-2026

Joint Global Coordinator

2022



SAÚDE PORTUGAL



Programa de Papel Comercial

€ 30.000.000

Arranger, Dealer

2022



DESPORTO & ENTRETENIMENTO PORTUGAL



BENFICASAD

Oferta Pública de Subscrição de Obrigações

€ 60.000.000

Sole Global Coordinator

2022



CONSTRUÇÃO & IMOBILIÁRIO BRASIL



EMBRAED
EMPREENDEIMENTOS

Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)

R\$ 50.000.000

Sole Lead Bookrunner

2022



DESPORTO & ENTRETENIMENTO PORTUGAL



Public Bond and Exchange Offer

€ 50.000.000

Sole Global Coordinator
2022



CONSTRUÇÃO & IMOBILIÁRIO ESPANHA



Programa de Papel Comercial

€ 100.000.000

Dealer
2022



CONSTRUÇÃO & IMOBILIÁRIO ESPANHA



Programa de Papel Comercial

€ 30.000.000

Dealer
2022



Perspetivas para o 2º Semestre de 2022

A incerteza económica poderá ter atingido o pico no primeiro semestre de 2022, embora possa continuar a contribuir para o nível de volatilidade e a afetar o desempenho do mercado nos restantes meses do ano.

As perspetivas sobre a Zona Euro continuam a ser desfavoráveis. A guerra entre a Rússia e a Ucrânia não mostra sinais de estar perto de um desfecho, as pressões inflacionistas estão a aumentar, o BCE tem vindo a adotar uma postura *hawkish* e o risco das economias periféricas voltou a emergir à medida que aumentam os spreads das obrigações italianas.

No entanto, desde que os preços da energia se mantenham moderados e se evite uma recessão, as economias europeias têm potencial para manter o crescimento económico esperado. A exposição da Europa ao setor financeiro e a setores cíclicamente sensíveis, nomeadamente da indústria, dos materiais e da energia, e a sua exposição relativamente baixa aos setores tecnológicos, deverão constituir uma vantagem, à medida que a atividade económica recupera e os riscos geopolíticos diminuem.

No Brasil, a aproximação das eleições presidenciais de outubro tem vindo a tornar o cenário para o segundo semestre cada vez mais desafiante, com o aumento da volatilidade a reforçar a concentração em emissões *high-grade*. Neste contexto, o Haitong Bank no Brasil tem procurado focar-se em transações nos mercados de obrigações tanto *investment grade* como *high-yield*.

A Sucursal de Macau continuará a captar o fluxo de negócios na Greater Bay Area, tirando partido da presença mundial do Grupo Haitong e do seu profundo conhecimento do mercado chinês para reforçar o negócio de obrigações offshore de emitentes chineses, e em particular de LGFV (veículos de financiamento da administração local). Adicionalmente, a Sucursal de Macau concluiu durante o primeiro semestre o processo de abertura de contas na MCSD (Central de Valores Mobiliários de Macau), na MOX e nos bancos de compensação relacionados, o que irá facilitar a obtenção de mandatos para a emissão de obrigações na MCSD no segundo semestre do ano. O potencial existente de negócios na MCSD deverá estimular o desenvolvimento do mercado obrigacionista de Macau e reforçar o desenvolvimento financeiro local.

STRUCTURED FINANCE

Visão Global

Com um âmbito geográfico global, um vasto historial e uma larga experiência nas áreas de *project finance*, *acquisition finance* e outros créditos, a Direção de Structured Finance desenvolve e oferece aos seus clientes as seguintes soluções de financiamento e serviços:

- Estruturação, organização, montagem e tomada firme de operações de financiamento – sobretudo focadas em transações de financiamentos estruturados e com ângulo chinês, incluindo de *acquisition finance* e *project finance*, nos setores de imobiliário, infraestruturas e energia;
- Estruturação de operações financeiras através de emissões de obrigações em regime de *project finance* (“Project Bonds”);
- Serviços de assessoria financeira;
- Serviços de agenciamento – gestão da carteira de crédito e organização; e
- Garantias bancárias de desempenho e pagamento.

Estratégia

A estratégia da área de Structured Finance do Haitong Bank assenta no potencial de originação de novos negócios relacionados com a China, bem como no posicionamento local do Banco e nas suas capacidades de execução na Europa e na América Latina.

Tirando partido da experiência do Haitong Bank na atividade de *project finance* e no setor das infraestruturas, as oportunidades de negócio de natureza *cross-border*, em coordenação com o Grupo Haitong e outros investidores, têm merecido particular atenção.

Valor do Produto Bancário

9,2 M€

Peso no Produto Bancário Total

42%

Oferta de Serviços

Asset Finance

Project finance / Project bonds

Acquisition finance

Crédito a empresas / Financiamentos
intercalares

Garantias bancárias

Destaques da Atividade

Durante o primeiro semestre de 2022, a atividade de Structured Finance registou um desempenho global muito positivo, ultrapassando os objetivos de negócio estabelecidos para este período.

O impacto da pandemia de COVID-19 na atividade de Structured Finance diminuiu ao longo dos primeiros meses de 2022, permitindo um desempenho muito positivo nas várias geografias em que o Banco está presente, não obstante o clima de incerteza económica resultante do atual conflito entre a Rússia e a Ucrânia e da subida da inflação.

Este dinamismo manteve-se particularmente acentuado no setor imobiliário, que continuou a registar um crescimento significativo, especialmente nos setores hoteleiro e residencial. O setor da energia, que não foi particularmente afetado pela pandemia, manteve-se positivo durante da atual crise energética. Durante a primeira metade do ano, foram concluídas com êxito diversas transações em Portugal, Espanha, Polónia e Brasil, graças à boa coordenação dos esforços comerciais e ao foco em transações de valor acrescentado, tanto para o Banco como para os seus clientes.

Para além das operações concluídas durante o primeiro semestre, várias outras foram aprovadas internamente neste período, encontrando-se em fase de execução tendo em vista a sua conclusão até ao final do ano.

O negócio relacionado com a China manteve-se ativo, tendo sido desenvolvidas e analisadas diversas oportunidades, nomeadamente no Reino Unido, onde os setores imobiliário e da energia continuam a atrair investimento chinês.

Esta área de produto manteve ainda como uma das suas atividades mais importantes a gestão dinâmica e criteriosa da carteira de crédito existente e dos serviços de agenciamento, tanto do ponto de vista do risco como do retorno.

Na Europa, os setores imobiliário, industrial e da energia têm merecido especial atenção do Banco, sobretudo na vertente de crédito a empresas, tendo a equipa de Structured Finance analisado diversas oportunidades de financiamento. Como exemplos desta abordagem, destacam-se os financiamentos concedidos para a aquisição de um hotel à beira-mar com uma localização privilegiada na zona de Lisboa, e de uma unidade de produção de componentes para o setor da aviação em Espanha.

No Brasil, apesar do contexto difícil, resultante da subida abrupta da inflação, tanto a economia como o mercado de crédito se mostraram bastante resilientes. Neste cenário, a atividade de Structured Finance teve um desempenho muito positivo, tendo em consideração a conclusão de diversas transações, num total de cerca de 300 milhões de reais, e a sua diversificação pelos setores do agronegócio, retalho e infraestruturas. Para o segundo semestre de 2022 é esperada uma melhoria do desempenho desta área de negócio, mesmo num cenário de subida das taxas de juro devido à inflação e de possíveis impactos na economia decorrentes das eleições presidenciais no Brasil.

Na atividade de Structured Finance, de um modo geral, o Banco continua a posicionar-se como um fornecedor de soluções de financiamentos estruturados, desenhadas através de uma abordagem flexível e construtiva, focada em transações de valor acrescentado.

Perspetivas para o 2º Semestre de 2022

Apesar do aumento dos riscos económicos e inflacionários, as perspetivas de negócio para o segundo semestre mantêm-se positivas, esperando-se a conclusão de diversas operações de Structured Finance, já aprovadas internamente no primeiro semestre.

O pipeline de novas operações de Structured Finance mantém-se sólido e muito dinâmico, destacando-se os setores imobiliário, de hotelaria, infraestruturas e energia como os mais representativos de novas oportunidades de negócio.

CONSTRUÇÃO & IMOBILIÁRIO BRASIL / PORTUGAL



Facilidade de Dívida Senior

€ 18.500.000

Mandated Lead Arranger
2022



ENERGIA BRASIL



Financiamento

R\$ 60.000.000

Lender
2022



CONSTRUÇÃO & IMOBILIÁRIO POLÓNIA



Credit Facility

Sole Arranger
2022



FUSÕES E AQUISIÇÕES

Visão Global

A Direção de Fusões e Aquisições (F&A) do Haitong Bank presta serviços de consultoria financeira na aquisição, venda ou fusão de empresas, bem como serviços de avaliações, processos de reestruturação e estudos de viabilidade. A dinâmica desta Direção baseia-se numa equipa de profissionais com elevada experiência, numa sólida rede de contactos e num longo historial de execução de operações em diversas geografias. Adicionalmente, a equipa de F&A apoia empresas chinesas na implementação da sua estratégia de internacionalização na Europa e na América Latina.

Estratégia

Num ambiente cada vez mais competitivo, a atividade de F&A do Banco tem vindo a expandir-se cada vez mais para além-fronteiras. Neste contexto, o Haitong Bank tem vindo a alargar o seu âmbito geográfico para poder prestar estes serviços a uma escala mais global e integrada.

Nesse sentido, as direções locais de F&A em Portugal e Espanha foram encerradas e foi criada uma nova direção, chamada "Sino-EU M&A Department", que é responsável por todas as operações de F&A do Haitong Bank entre a China e a Zona Euro.

Valor do Produto Bancário

1,9 M€

Peso no Produto Bancário Total

9%

Oferta de Serviços

Assessoria sell-side e buy-side

Assessoria na alienação de ativos

Avaliação de empresas

O Mercado no 1º Semestre de 2022

De acordo com dados da Mergermarket, no primeiro semestre de 2022, a atividade global de F&A registou um crescimento homólogo de 6% no valor de transações concluídas, para 1,8 biliões de dólares. Na Europa, o mercado de F&A acompanhou a tendência global de crescimento, com o valor das transações concluídas a aumentar 6% face ao ano anterior, para 554 mil milhões de dólares.

Na Península Ibérica, o valor das transações concluídas no primeiro semestre atingiu 32 mil milhões de dólares, correspondente a 448 transações, o que representa uma subida de 18% em valor e 22% em número de transações, face a igual período do ano anterior.

No Reino Unido, o mercado de F&A registou 878 transações concluídas no primeiro semestre de 2022, comparativamente com 1.152 em igual período de 2021. O valor das transações concluídas ascendeu a 152 mil milhões de dólares, inferior em 24% aos 200 mil milhões de dólares verificados em igual período do ano passado. No início do ano, a economia britânica mostrava um crescimento robusto e acima do nível pré-pandémico, suportado pela expansão da maioria dos setores. Contudo, a partir do início da guerra na Ucrânia, este crescimento deteriorou-se, atingindo 0,8% no primeiro trimestre de 2022 e provavelmente estagnando no segundo trimestre.

Na Polónia, o mercado de F&A registou 91 transações concluídas no primeiro semestre de 2022, o que representa uma ligeira descida (-3%) face ao período homólogo de 2021. Já em valor, este mercado registou uma subida de 20% (6,1 mil milhões de dólares face a 5,1 mil milhões de dólares). No geral, a economia polaca continua a mostrar bastante resiliência à pandemia de COVID-19 e à guerra na Ucrânia, mantendo um crescimento positivo do PIB, o que deverá suportar um fluxo robusto de operações de fusão e aquisição.

No Brasil, a atividade de F&A totalizou 26,9 mil milhões de dólares no primeiro semestre de 2022, tendo subido cerca de 27% relativamente ao primeiro semestre de 2021. O número de transações concluídas no primeiro semestre ascendeu a 293, o que representa um aumento de 44% em termos homólogos. Os setores da Internet, Software e Serviços de IT, Software específico para a indústria, Apoio às Empresas e Profissionais e Outros Serviços Financeiros foram os mais dinâmicos neste período.

Destaques da Atividade

Na Península Ibérica, o Haitong Bank assessorou a Sonae Capital na venda de uma participação de 80% numa central de cogeração de biomassa em Portugal ao SDCL Energy Efficiency Income Trust (SEEIT). A central gera calor e energia a partir de biomassa de fontes sustentáveis e fornece calor localmente a uma instalação industrial que fabrica painéis de fibras de média densidade ("MDF") detida pela Sonae Arauco PT ("SAPT"). A transação foi concluída em abril.

O Haitong Bank prestou assessoria financeira à empresa pública portuguesa Parpública, Participações Públicas, SGPS, S.A. na reprivatização de uma participação de 71,73% do capital da Efacec Power Solutions SGPS, S.A. - um grupo português de soluções integradas de engenharia, industriais e tecnológicas parcialmente nacionalizado em julho de 2020 - à DST, SGPS, S.A. - um grupo industrial sediado em Portugal dedicado à engenharia e construção. A reprivatização, que está sujeita a uma série de condições precedentes, deverá ser concluída no segundo semestre de 2022.

O Haitong Bank atuou também como assessor da Iberdrola e Naturgy, em Espanha, na venda das suas participações na Tecnatom (transação pendente de conclusão no final de 2021).

No primeiro semestre de 2022, a equipa de F&A no Reino Unido prestou assessoria a um cliente chinês sobre uma potencial aquisição no setor industrial britânico, trabalhando em estreita colaboração com a equipa da China em Lisboa. A Equipa apoiou igualmente a Sucursal de Varsóvia numa transação de F&A *cross-border*, apresentando-lhes potenciais investidores estratégicos, incluindo empresas de *private equity*. No mercado doméstico, a equipa de F&A no Reino Unido continua a assessorar uma sociedade gestora de ativos na angariação de fundos, no montante de 100 milhões de euros, no setor de Investimentos Alternativos, bem como numa operação de carteira secundária.

Na Polónia, durante o primeiro semestre de 2022, a sucursal do Banco em Varsóvia atuou como assessora de *sell-side* dos acionistas da NexoTech, um dos principais fornecedores polacos de serviços de manutenção e instalação de redes de fibra ótica e de banda larga de cobre, na venda de 100% das ações desta empresa à SPIE (transação pendente de conclusão no final de 2021). Para além da conclusão da operação da NexoTech, a Equipa tem trabalhado em diversos mandatos em curso, nomeadamente para uma operação *cross-border* na Alemanha.

No Brasil, o Haitong Bank tem-se dedicado a diversas iniciativas de originação de transações nos setores da energia (transmissão e geração de energia), construção pesada, logística e água e saneamento, com especial incidência em transações de M&A com um ângulo chinês. Foram obtidos dois mandatos adicionais (de *sell-side* e *buy-side*), e outros quatro mandatos encontram-se em análise.

Perspetivas para o 2º Semestre de 2022

O Haitong Bank encara a atividade no segundo semestre de 2022 com otimismo, com base num robusto pipeline de projetos em curso nas várias regiões em que opera.

Na Península Ibérica, as perspetivas são, como esperado, mistas, beneficiando, por um lado, de um número significativo de transações com conclusão prevista para a segunda metade do ano, embora, por outro lado, as previsões de crescimento económico sejam hoje mais reduzidas devido ao impacto da guerra na Ucrânia.

No Reino Unido, a confiança no mercado de F&A deverá continuar a ser afetada pela persistência de constrangimentos do lado da oferta, aos quais acrescem preocupações relativas aos elevados níveis da inflação, assim como a incerteza quanto à direção e duração das decisões de política monetária e fiscal por parte dos decisores políticos. Espera-se um número crescente de empresas a realizar revisões estratégicas e alienações de unidades não *core*, abrindo oportunidades para o negócio de *private equity*. Numa perspetiva setorial, e tal como sucedeu na primeira metade do ano, o setor de TMT deverá manter a maior contribuição para os níveis de atividade, devido às necessidades recorrentes das empresas no âmbito da transformação digital.

Na Polónia, antevê-se um mercado de F&A positivo no segundo semestre de 2022, existindo diversas transações planeadas em pipeline. A Equipa tem mandatos em curso nos setores do equipamento médico tecnológico, lazer e industrial.

No Brasil, o Haitong Bank aprofundou a sua presença e melhorou as suas credenciais no mercado local enquanto banco de investimento chinês de primeira linha a operar na América Latina, na sequência da recente execução de um mandato para a China Southern Power Grid International (HK) Co., Limited ("CSGI"). Desde então, grandes fundos locais e internacionais, assim como grupos locais de infraestruturas, têm vindo a solicitar cada vez mais os serviços do Banco no Brasil, contribuindo para o aumento do atual pipeline com eventual conclusão no segundo semestre.

ENERGIA PORTUGAL

SONAE CAPITAL

Venda de 80% da SIAF (Central de Cogeração a Biomassa) ao SDCL Energy Efficiency Income Trust

Financial Adviser
2022



ENERGIA PORTUGAL

PARPÚBLICA
PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS) S.A.

Reprivatização de 71,73% do capital social da Efacec Power Solutions ao Grupo DST (conclusão pendente)

Financial Adviser
2022



ENERGIA ESPANHA



Assessoria Financeira à Iberdrola e Naturgy na venda da participação na Tecnatom

Financial Adviser
2022



TELECOMS, MEDIA & IT POLÓNIA




Aquisição de 100% das ações

Financial Adviser
2022



FIXED INCOME

Visão Global

A atividade da Direção de *Fixed Income* inclui a gestão de carteiras de investimento e *trading*, funcionando como uma “fábrica de produtos” e plataforma de distribuição de produtos de dívida e derivados OTC. A Equipa disponibiliza a sua sólida experiência nos mercados locais e uma plataforma internacional, capturando os fluxos de negócios entre diferentes clientes e diferentes regiões, mantendo-se como um *player* de relevo nos mercados domésticos nos quais o Banco está presente.

As áreas de atuação de *Fixed Income* permitem à Equipa adquirir uma grande experiência nos mercados alvo e garantir uma forte capacidade de distribuição dos produtos de dívida junto de uma base internacional de clientes institucionais.

A Direção de *Fixed Income* tem presença em Portugal, Espanha, Polónia e Brasil, sendo responsável pela gestão da carteira bancária do Haitong Bank, assim como pelo *trading/flow*, distribuição para clientes institucionais e sindicância.

Estratégia

A Direção de *Fixed Income* mantém os seus esforços direcionados para a integração do ângulo chinês na atual oferta, visando tornar-se um *player* importante no que respeita a produtos chineses. O desenvolvimento de uma forte ligação com as equipas locais chinesas, juntamente com o dinamismo das equipas locais, permite gerar importantes sinergias e tornar a área de negócios de *Fixed Income* num centro de execução de oportunidades de negócio *cross-border* de diferentes regiões.

Valor do Produto Bancário

3,2 M€

Peso no Produto Bancário Total

15%

Oferta de Serviços

Fixed Income Trading e Debt Market Making

Gestão da Carteira Bancária

Derivados OTC para Clientes Institucionais

Distribuição para Clientes Institucionais

Sindicância

Destaques da Atividade

O ano começou num contexto global de recuperação da pandemia de COVID-19, crescimento económico e indicadores de subida da inflação, suportando uma tendência de aumento das taxas de juro na Europa e nos EUA, registando-se também a alguma volatilidade nos *spreads* de crédito, para o que contribuiu o desempenho positivo da China.

O eclodir da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, em finais de fevereiro, fez subir a inflação ao mesmo tempo que, devido a um aumento acentuado dos preços da energia, começaram a surgir receios de uma futura estagflação ou de uma possível recessão. Estes fatores fomentaram um aumento da volatilidade no mercado de dívida, enquanto a incerteza relativamente ao desempenho económico conduziu a um alargamento generalizado dos *spreads* de crédito.

Em resultado deste cenário, assistiu-se a uma contração dos fluxos de renda fixa, que justificou uma abordagem conservadora relativamente às posições de *trading* e decisões de investimento. Espera-se que as futuras declarações do BCE respeitantes à evolução da política monetária, juntamente com a publicação de dados e previsões macroeconómicas, ajudem a clarificar esta evolução. No entanto, a volatilidade nos mercados de crédito e de taxas de juro deverá manter-se.

Trading / Flow

No primeiro semestre do ano assistiu-se a um aumento acentuado dos níveis de volatilidade em todas as classes de ativos, incluindo as taxas de juro. Com o mercado posicionado para uma forte recuperação da procura no período pós-COVID, a guerra na Ucrânia veio trazer novos desafios. O reposicionamento no sentido de refletir a subida da inflação e das taxas de juro num novo quadro de política monetária não foi suficiente. O significativo aumento dos preços da energia veio introduzir no cenário a perspetiva de deflação, resultando em perdas no mercado acionista e no alargamento dos *spreads* de crédito. Por sua vez, o alargamento dos *spreads* levou a um abrandamento significativo do fluxo de atividade, com os investidores a reduzirem desde logo parte do risco da carteira e a procurarem novas oportunidades nos mercados primários, principalmente no segmento de *investment grade*, uma vez que o segmento de *high-yield* estava praticamente encerrado.

Com o Índice Crossover perto dos 600 pontos no início do segundo semestre, perspetivam-se boas oportunidades de investimento em ativos mais desvalorizados, sobretudo em setores com utilização menos intensiva de energia. Não obstante, só se deverá assistir a uma maior restritividade depois do Verão, quando existir uma visão mais clara sobre a evolução da inflação e uma potencial recessão.

Gestão da Carteira Bancária

O primeiro semestre de 2022 foi um período muito negativo para os mercados de dívida. Durante este período, os principais índices de renda fixa registaram perdas superiores a 10%, sendo os emissores de *high-yield* os mais penalizados. Isto deveu-se principalmente à normalização da política monetária, instigada pelo inesperado conflito entre a Rússia e a Ucrânia. A conjugação destes dois fatores traduziu-se num aumento significativo dos níveis de volatilidade, impedindo que a área de Fixed Income assumisse riscos adicionais. Só no segundo semestre do ano deverá ser possível retomar o esforço de investimento na carteira bancária, quando a previsível estabilização dos *spreads* e das taxas de juro permita equilibrar os riscos económicos.

Vendas para Clientes Institucionais

Em resultado da evolução incerta das taxas de juro e do nível historicamente baixo dos *spreads* de crédito, esta atividade foi penalizada pela quebra brusca dos fluxos de renda fixa a nível global, com uma redução dos volumes que atingiu cerca de 50%.

Apesar deste contexto, a Equipa conseguiu aumentar o número de clientes ativos e manteve-se focada na colocação de dívida de curto prazo, assim como na procura de investidores para novas emissões de dívida no mercado de capitais.

Sindicação

Em termos de transações de mercado primário, o primeiro semestre de 2022 foi marcado pelos efeitos da invasão russa da Ucrânia e por receios inflacionistas nos blocos norte-americano e europeu. Este contexto traduziu-se numa subida significativa das taxas de juro, refletindo a expectativa de mudança na política monetária, o alargamento dos *spreads* de crédito e as desvalorizações ocorridas nos principais mercados acionistas, juntamente com uma maior volatilidade nos mercados. Todos estes fatores contribuíram para um volume muito menor de emissões comparativamente com anos anteriores.

Neste contexto de mercado, a equipa de Sindicação dedicou-se essencialmente à colocação das emissões do Haitong Bank e também de emissores chineses *investment grade*.

Durante este período, são de destacar as emissões de obrigações do Haitong Bank: a primeira, em fevereiro, no montante de 230 milhões de euros, um prazo de 3 anos e taxa variável e a segunda em maio, no montante de 150 milhões de dólares, um prazo de 5 anos e taxa fixa. Também em maio, teve lugar a emissão de obrigações da Haitong Unitrust, no montante de 200 milhões de dólares e um prazo de 3 anos.

Relativamente aos emissores chineses, merece destaque a emissão de obrigações, no montante de 200 milhões de dólares e um prazo de 3 anos, realizada pelo Zhengzhou Airport Economy Zone Xinggang Investment Group Co., Ltd em março deste ano.

Simultaneamente, a equipa de Fixed Income continuou a desenvolver esforços para a obtenção de novos mandatos, alguns já em pipeline (tanto na China como na Península Ibérica), para implementação quando as condições do mercado o permitirem, o que se espera que aconteça durante o segundo semestre de 2022.

Fixed Income na Polónia

As preocupações em torno da pandemia de COVID-19 e as tensões geopolíticas na Europa também causaram incerteza no mercado de investimento polaco, tendo este contexto excecional afetado negativamente todos os segmentos do setor da gestão de ativos. Alguns investidores financeiros adiaram temporariamente todas as suas decisões de *trading*. Todos os fundos de investimento polacos, assim como fundos globais de obrigações, registaram saídas de capitais desde o início deste ano, devido, entre outras razões, à subida significativa das *yields* dos títulos soberanos nos últimos meses. O mercado de dívida tem-se mostrado muito volátil, com muitos investidores a negociar por impulso, com base em preocupações sobre as perspetivas a longo prazo do mercado obrigacionista num cenário de aumento da inflação e das taxas de juro.

Os investidores estrangeiros ainda estão em fuga de ativos de risco devido ao receio de que a real subida da inflação esteja a ser subestimada. No entanto, em junho, diversos agentes de mercado relevantes desfizeram posições que apostavam no aumento das taxas de juro, realizadas no ano passado, levando a que fossem dadas muitas ordens de *stop-loss* por parte dos bancos e por sua vez a um reduzido nível de liquidez. Neste contexto, o Haitong Bank apoiou as ordens dadas pelos seus clientes, cobrindo as suas posições sem assumir qualquer risco.

Durante o primeiro semestre do ano, foi registado um menor número de transações e um interesse reduzido em novas transações no mercado de obrigações de empresas. Para o terceiro e quarto trimestres, são esperadas novas emissões, tendo sido observado um interesse significativo entre os clientes do Banco por operações de cobertura do risco de subida das taxas de juro, que deverão persistir até ao final deste ano e durante o próximo ano.

Fixed Income no Brazil

A equipa de vendas de Fixed Income no Brasil continuou a dar resposta a pedidos de estudo de diversas empresas com o objetivo de analisar a viabilidade de distribuir as ofertas desses clientes, mas em muitos casos, os mercados de capitais não se mostraram competitivos. Ainda assim, a equipa de Fixed Income distribuiu com sucesso uma emissão de obrigações titularizadas da Embraed, procurando reforçar a presença do Banco neste tipo de operações.

Adicionalmente, a equipa de distribuição manteve-se focada na obtenção de fundos através da colocação de obrigações do Haitong Bank junto dos seus clientes institucionais em condições competitivas.

Para o segundo semestre de 2022, espera-se uma maior participação de investidores institucionais nas ofertas de renda fixa, não obstante o elevado nível de volatilidade e incerteza política neste período.

CORPORATE DERIVATIVES

Visão Global

A área de Derivados do Haitong Bank cobre várias classes de ativos tais como taxa de juro, FX e *commodities*, apoiando os seus clientes com soluções à medida, de forma a otimizarem a sua estratégia de *hedging* contra a subida das taxas de juro, as variações cambiais entre pagamentos e recebimentos dos seus produtos e a fixação do preço de custo/venda de matérias-primas. A Equipa tem cerca de 20 anos de experiência nas várias áreas associadas aos Derivados, tais como *structured finance* e *project finance*, mantendo um contacto direto com Diretores Financeiros e CFOs das mais prestigiadas empresas cotadas e não cotadas em Portugal, Espanha, Polónia e Brasil.

Estratégia

A área de Derivados do Haitong Bank tem como objetivo apoiar as empresas na imunização dos seus balanços contra variáveis financeiras que possam afetar negativamente os seus lucros, permitindo-lhes manter o foco no seu negócio *core*, salvaguardar a margem dos seus produtos e, acima de tudo, proteger o valor para o acionista.

Valor do Produto Bancário

3,9 M€

Peso no Produto Bancário Total

18%

Oferta de Serviços

Soluções de cobertura para
empresas

Commodities

Taxa de juro

Câmbio

Destaques da Atividade

A área de Derivados na Península Ibérica registou um crescimento expressivo no 1º semestre de 2022, face a igual período do ano anterior, tendo-se focado sobretudo em operações cambiais (FX), devido à volatilidade observada nos mercados em resultado da guerra na Ucrânia, do aumento dos preços da energia e da subida da inflação. Neste contexto, e apesar da subida acentuada das taxas de juro, o volume de novas transações manteve-se estável. Em termos de novas transações OTC, registou-se um crescimento homólogo de cerca de 30% em número, tendo o seu volume mais do que quintuplicado (2,7 mil milhões de euros).

A plataforma *online* FX do Banco, que já provou ser uma das melhores do mercado em termos de *pricing* e características customizadas para empresas, tem permitido aumentar a fidelização de um grande número de clientes.

No Brasil, ao longo do primeiro semestre de 2022, a equipa de Corporate Derivatives e FX aproveitou a valorização do BRL em relação ao USD para expandir o negócio com clientes de nicho específicos, tanto em termos de volume como de receitas. Os resultados globais da área atingiram um nível recorde, com as receitas de serviços (FX /Comissões) a aumentar o seu peso relativamente ao ano anterior.

Perspetivas para o 2º Semestre de 2022

Na Península Ibérica, antecipa-se um aumento das operações de taxa de juro e *commodities* no segundo semestre de 2022. A estratégia de Corporate Derivatives envolve a alocação seletiva de capital em operações com *rating* alinhado com o Apetite de Risco do Banco em Portugal, Espanha, Polónia, Brasil e Macau. A expectativa é de que a recente abertura da Sucursal de Macau permita aumentar as sinergias com a China, através da introdução deste tipo de produtos neste mercado, via OTC.

No Brasil, no segundo semestre de 2022, a Equipa irá apostar na diversificação das fontes de receitas, expandindo o negócio de derivativos cambiais com clientes empresariais. A Equipa irá concentrar a sua atividade na obtenção de sinergias e no *cross-selling*, procurando novas oportunidades nos principais setores da economia brasileira.

ASSET MANAGEMENT

Visão Global

A Direção de Asset Management atua como um Gestor de Investimentos responsável por um leque diversificado de mandatos e carteiras de ativos, com o objetivo de maximizar o seu retorno absoluto, considerando o perfil de risco de cada cliente e os limites estabelecidos em cada mandato.

Estratégia

A estratégia consiste em expandir significativamente esta atividade de negócios, procurando aumentar os Ativos sob Gestão tanto nas carteiras de ações como nas de renda fixa.

Com um historial de mais de 20 anos de desempenho muito positivo da carteira de ações europeias, o Banco possui uma importante vantagem competitiva na evolução dos Ativos sob Gestão.

Valor do Produto Bancário

0,6 M€

Peso no Produto Bancário Total

3%

Oferta de Serviços

Gestão Discrecionária de Carteiras

Fundo *Fixed Income*

Estratégias quantitativas

O Mercado no 1º Semestre de 2022

Durante a primeira metade de 2022, os mercados globais enfrentaram uma rara combinação de fatores que levaram para território negativo os mercados de ações e os de renda fixa. Após um desempenho muito positivo em 2021, o mercado de ações foi afetado pela iminente ameaça de inflação, que o mercado de renda fixa já vinha a incorporar nos preços. Além disso, a guerra na Ucrânia originou o aumento dos preços da energia e das *commodities*, levando à subida das taxas de juro, numa reação tardia dos bancos centrais para conter as consequências negativas da inflação.

Efetivamente, os bancos centrais começaram por sinalizar uma redução mais agressiva das taxas, numa tentativa de serem vistos como estando "à frente da curva". Seguindo o exemplo de alguns bancos centrais das economias emergentes (Brasil, México, Rússia e Coreia do Sul), que já tinham começado a aumentar as taxas no ano passado, a Reserva Federal dos EUA inflietiu significativamente a sua posição, começando a aumentar as taxas na sua reunião de março de 2022 e sinalizando novas subidas (tendo em vista uma Taxa *Fed Funds* acima dos 3%), e iniciando a contração do seu balanço a um ritmo acelerado de quase 95 mil milhões de dólares por mês. Na Europa, a guerra na Ucrânia toldou ainda mais as perspetivas económicas, devido aos impactos da escalada dos preços da energia e das *commodities*, fazendo com que BCE hesitasse em tomar medidas robustas de combate à inflação.

Neste contexto, a mudança na orientação da política monetária ditou uma rápida subida das *yields* das obrigações, que atingiram níveis não vistos há muito tempo: a *yield* dos Treasury Notes a 10 anos dos EUA subiu para 3% e a *yield* do Bund alemão a 10 anos para 1,5%. O dólar continuou a apreciar-se contra a maioria das moedas, em particular contra o euro (8,5% no primeiro semestre de 2022), uma vez que os mercados europeus foram penalizados por taxas mais elevadas, pela subida em flecha dos preços da energia e pelos impactos económicos negativos da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Os *spreads* de crédito também registaram um alargamento significativo, refletindo o aumento das preocupações relativas ao crescimento. Os mercados acionistas tiveram um desempenho bastante fraco, com as valorizações a serem penalizadas pela subida das *yields* das obrigações e redução das expectativas de crescimento. Tanto o S&P500 como o EuroStoxx50 perderam cerca de 20% durante este período, enquanto os índices que tinham iniciado o ano com valorizações mais elevadas (tal como o Nasdaq) registaram um desempenho ainda pior. Os setores da Tecnologia, Imobiliário e Retalho foram os mais atingidos, enquanto o setor da Energia e alguns setores defensivos (Telecomunicações e Saúde) tiveram um melhor desempenho.

A China aparenta estar a seguir o seu próprio ciclo. Com um mau desempenho da economia desde meados do ano passado, o Banco Central da China (PBOC) reforçou o seu apoio através da redução das taxas e do aumento da concessão de crédito. Por outro lado, as despesas fiscais mantiveram-se em níveis elevados e o investimento em infraestruturas foi antecipado para ajudar a estabilizar o crescimento. No entanto, os efeitos da maior restritividade regulamentar (nos setores da tecnologia e da promoção imobiliária) continuam a fazer-se sentir, apesar de alguma flexibilização recente. A economia sofreu um novo golpe no segundo trimestre devido a um novo surto de COVID, que obrigou as autoridades chinesas a encerrar muitas cidades, incluindo Pequim e Xangai. A política de "COVID zero" continua a ser um dos principais riscos para a recuperação económica da China.

Destaques da Atividade

O desempenho das estratégias em obrigações chinesas foi bastante positivo, sobretudo num contexto de aumento das *yields* das obrigações norte-americanas e de alargamento dos *spreads* de crédito. O mercado chinês de *high-yield* em dólares manteve um fraco desempenho este ano, sendo negativamente afetado por *defaults* e problemas de liquidez entre os promotores imobiliários chineses. No entanto, o Fundo de bandeira do Banco no Luxemburgo - Haitong China High Income Fund - aumentou 4,3% desde o início do ano. Este Fundo continuou a concentrar-se no segmento LGFV (Veículos de Financiamento Governamental Local), que tem proporcionado retornos estáveis ao mesmo tempo que permanece relativamente imune à volatilidade do mercado, uma vez que continua a ser sustentado pelo apoio fiscal proporcionado pelas despesas em infraestruturas.

As estratégias de *equity*, embora com retornos bastante negativos, tiveram um desempenho relativamente bom, quando comparadas com o retorno das estratégias em obrigações e índices de ações. A estratégia agressiva de ações europeias registou perdas de 10,04%, ainda assim melhor do que as perdas de quase 20% do EuroStoxx50. A estratégia de ações flexíveis perdeu 7,6% durante o primeiro semestre de 2022 - o que compara bem com os índices de obrigações, tanto em euros como em dólares, que recuaram mais de 10%, tanto no segmento de Soberanos como nos segmentos de *investment grade* e *high-yield*.

Apesar do bom desempenho das estratégias de dívida chinesa, os Fundos do Banco registaram alguns, mas reduzidos, resgates que se explicam pela volatilidade do mercado. Nas estratégias de ações europeias, a redução dos Ativos sob Gestão é explicada por efeitos do mercado, evidenciando a resiliência da atual base de clientes. Pela positiva, destacam-se quer a apreciação do dólar quer o desempenho positivo das estratégias de dívida chinesa. Globalmente, o total dos Ativos sob Gestão diminuiu 3%, de 158 milhões de euros no final de 2021, para 152 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2022.

Perspetivas para o 2º Semestre de 2022

As perspetivas para o segundo semestre do ano estão rodeadas de incertezas, sendo a maior delas relativa à inflação, que atingiu um recorde de quase quatro décadas (acima dos 8% tanto nos EUA como na Europa) e cuja trajetória futura é ainda desconhecida. Se a inflação não baixar, poderá forçar os bancos centrais a adotar uma postura mais resoluta e, caso isto se verifique, aumentarão os riscos de um aperto excessivo e de uma recessão. Esta é a fonte de preocupação que os mercados financeiros começaram a refletir nos preços no final do primeiro semestre. Além disso, o conflito na Ucrânia continuará a limitar o crescimento económico na Europa, não podendo descurar-se os riscos dos impactos nos preços da energia e das *commodities*, já que surgiram recentemente rumores de que a Rússia iria cortar o fornecimento de gás à Europa.

Adicionalmente, embora os lucros das empresas possam sofrer uma correção no segundo semestre, não é expectável que os mercados acionistas tenham um desempenho tão fraco como no primeiro semestre de 2022, nem que as *yields* das obrigações registem uma subida tão rápida.

Também não se pode excluir a possibilidade de surgirem novos surtos de COVID, que afetariam sobretudo a China, uma vez que o governo mantém inalterada a sua política de "Zero-COVID". Se isto vier a suceder, as autoridades chinesas deverão reforçar os estímulos a fim de apoiar o crescimento económico e estabilizar os mercados financeiros, especialmente em antecipação ao 20º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês em outubro.

Do ponto de vista da organização corporativa, a Haitong Global Asset Management - SGOIC deverá ficar totalmente operacional com a conclusão da migração das atividades de gestão de ativos, atualmente desenvolvidas no Banco, permitindo uma melhoria da qualidade e do âmbito dos serviços prestados, que, juntamente com uma estratégia de distribuição mais abrangente, darão um contributo significativo para o aumento dos Ativos sob Gestão.

PRIVATE EQUITY

Visão Global

A Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A. (HGAM), anteriormente denominada Haitong Capital - SCR, S.A., gere atualmente dois fundos de *private equity* dedicados ao segmento de capital de desenvolvimento / *buyout* na Europa.

A HGAM tira partido das suas competências geográficas e setoriais para apoiar as empresas que pretendam expandir os seus negócios. A empresa ambiciona proporcionar aos seus investidores um retorno absoluto atrativo sobre os investimentos realizados.

Historicamente, esta área de negócio tem gerido uma combinação de *seed capital* do Grupo com os fundos obtidos junto de investidores externos de primeira linha.

Estratégia

A HGAM tem em curso um processo de mudança do seu modelo de negócio no sentido de alargar o âmbito da atividade de gestão de ativos para além do foco estrito no negócio de *private equity*. Do ponto de vista jurídico, a alteração do âmbito de negócios da HGAM ocorreu no primeiro trimestre de 2022, após a conclusão da venda da sua última participada em carteira, em janeiro de 2022.

A estratégia da HGAM deverá assentar na conjugação das suas competências europeias e chinesas para investir em setores que beneficiem das dinâmicas que marcam ambos os mercados.

Durante os próximos meses, a HGAM deverá incorporar as atividades de gestão de ativos que têm vindo a ser desenvolvidas pelo Haitong Bank.

Valor do Produto Bancário

0,5 M€

Oferta de Produtos

Growth Capital Fund

Peso no Produto Bancário Total

2%

Destaques da Atividade

Durante o primeiro semestre de 2022, a sociedade gestora concluiu a liquidação do Haitong Infrastructure Fund I e alienou duas empresas (Nexxpro e Epedal) detidas pelo Fundo FCR PME/Novo Banco, que se encontra atualmente em processo de liquidação.

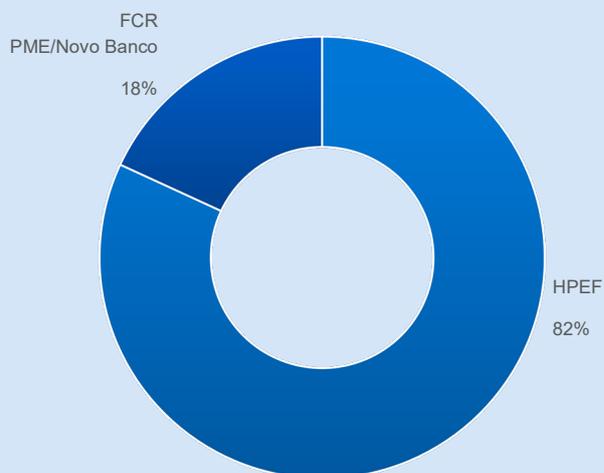
O encaixe agregado das carteiras de investimento dos Fundos cifrou-se em 13,1 milhões de euros. Deste montante, cerca de 6,2 milhões de euros resultaram da alienação da Epedal e da Nexxpro e os restantes 6,9 milhões de euros são provenientes da carteira de participadas dos Fundos, nomeadamente da Armilar II e da ESID.

Durante este período, a área de Private Equity apresentou um lucro de 0,2 milhões de euros e o montante de capitais próprios ascendeu a 56 milhões de euros.

Perspetivas para o 2º Semestre de 2022

O Haitong Bank tem em curso um processo de reorganização da HGAM, tendo em vista a redefinição do seu modelo de negócio, já aprovada pelo regulador. Este processo de transformação, que deverá ocorrer no terceiro trimestre de 2022, irá recentrar a atividade da HGAM na gestão de ativos de âmbito geral.

Repartição de Fundos sob Gestão (junho 2022)



Fonte: Haitong Global Asset Management.

Pessoas

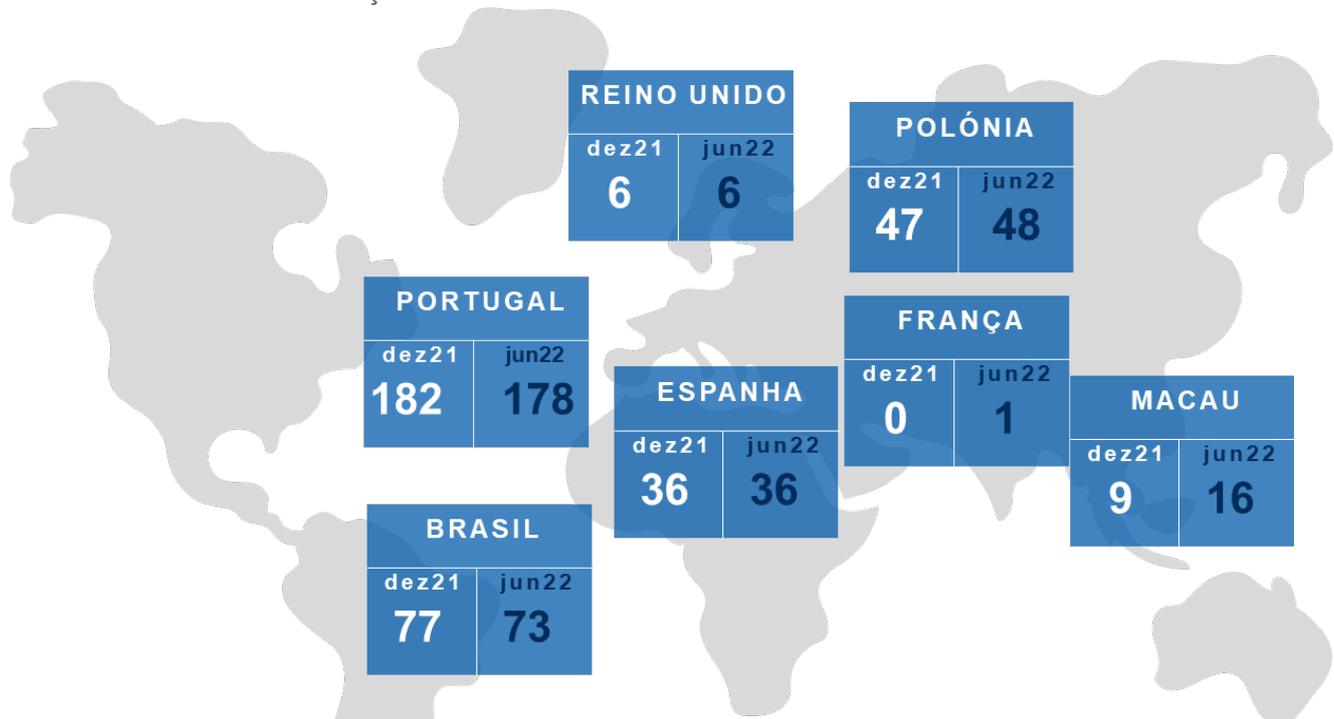
CAPITAL HUMANO

A Importância do Capital Humano

O Haitong Bank reconhece o seu Capital Humano como um ativo fundamental. O Banco acredita na aquisição do melhor talento, no desenvolvimento do quadro de pessoal existente, na promoção do trabalho em equipa e no incentivo à realização individual através de oportunidades de carreira e de mobilidade.

Os Recursos Humanos desempenham um papel essencial na coordenação da estratégia do Banco, assegurando a adequação do quadro de pessoal necessário, o que implica uma participação ativa na expansão para novos mercados e regiões. Adicionalmente, os Recursos Humanos visam aumentar a eficiência do quadro de colaboradores, promovendo soluções de mobilidade que promovam a melhoria do rácio entre *front-office* e *back-office*, assim como uma maior motivação e envolvimento.

Quadro de Colaboradores 1S2022



Durante o primeiro semestre de 2022, os Recursos Humanos mantiveram o seu compromisso para com a construção de talento, procurando identificar e recrutar os candidatos ideais para cada nova função. Durante este período, o quadro de colaboradores do Haitong Bank registou um pequeno aumento, resultante do posicionamento estratégico do Banco e do reforço de equipas específicas em diversos locais.

Os Recursos Humanos advogam a diversidade e a inclusão, colaborando e apoiando as comunidades das várias regiões onde o Banco está presente. O Haitong Bank continua a defender os princípios da igualdade de oportunidades. Atualmente, as mulheres representam 39% do total de colaboradores, existindo um considerável número de colaboradores do sexo feminino nos lugares de topo do Banco.



Geografia	Idade	Média de tempo de serviço (anos)	Homens	Mulheres
PORTUGAL	42,5	12,5	101	77
ESPAÑA	43,7	11,7	27	9
REINO UNIDO	45,5	9,9	4	2
POLÓNIA	40,7	6,8	29	19
BRASIL	46,2	10,9	45	28
MACAU	32,0	0,6	10	6
FRANÇA	50,7	0,5	1	0
MÉDIA HAITONG BANK	42,7	10,7		

Os Recursos Humanos enquanto Parceiro de Negócio

O alinhamento estratégico da função de Recursos Humanos com os objetivos de curto prazo e o posicionamento de negócio do Banco fez realçar a necessidade de otimizar o quadro de pessoal através da mobilidade interna. A promoção da mudança de funções dentro e entre departamentos antes de iniciar um processo de recrutamento externo contribui para aumentar o nível de motivação e retenção dos colaboradores.

Os Recursos Humanos também desempenham um papel fundamental no planeamento da sucessão, que se concentra na identificação e desenvolvimento de um pipeline alternativo de talento para as funções mais importantes e críticas do Banco. De acordo com os regulamentos em vigor, o Banco desenvolve e monitoriza proativamente estes colaboradores-chave, tendo em vista assegurar que as pessoas mais adequadas estejam nas funções certas, no momento certo, a fim de satisfazer as exigências da estratégia de negócio e desempenhar eficazmente as responsabilidades de liderança.

No primeiro semestre de 2022, o Haitong Bank iniciou o processo de regresso dos seus colaboradores ao local de trabalho. Tendo em vista a atenuação das restrições resultantes da pandemia e o regresso gradual à normalidade, o trabalho à distância deixou de ser a opção por defeito para todos os colaboradores, embora persistam sistemas de trabalho remoto, assegurando o alinhamento efetivo entre as necessidades do negócio e a flexibilidade do trabalho.

Destaques da Atividade

A equipa de Recursos Humanos continuou a apoiar a gestão de topo e os órgãos de supervisão do Banco e respetivas comissões. Os principais marcos que caracterizaram a atividade dos Recursos Humanos neste período foram os seguintes:

- Participação em feiras de emprego virtuais para universidades de topo, através de uma estratégia que combina a melhoria do *Employer Branding* com a atração de talento jovem;
- Processos de aquisição de talento, incluindo a previsão das necessidades de contratação, a seleção de candidatos (internos e externos) e os processos gerais de seleção e recrutamento;
- Monitorização da Gestão do Desempenho e crescimento dos resultados globais do Banco, ajudando os colaboradores a reforçar os seus pontos fortes e a almejar um melhor desempenho;
- Investimento contínuo na formação e desenvolvimento do Capital Humano, adaptando-o a novos formatos de aprendizagem (cursos online) e disponibilizando planos de formação personalizados;
- Melhoria dos serviços diários de Recursos Humanos, com enfoque permanente na administração eficiente de dados e reportes e na gestão de salários e benefícios complementares.

Perspetivas para o 2º Semestre de 2022

Para atuar como um parceiro de negócios de Recursos Humanos eficiente, é necessário responder proativamente aos muitos desafios que se avizinham. A curto prazo, são estes alguns dos objetivos deste departamento:

- Manter o foco na atração e contratação do melhor talento disponível no mercado, de forma a assegurar que o Banco tem as pessoas certas com as competências certas;
- Apoiar as iniciativas estratégicas e de negócio emanadas das chefias, desenhando soluções construtivas para os desafios enfrentados pelos Recursos Humanos;
- Tirar partido do conhecimento, competências e aptidões dos colaboradores e apoiá-los no desenvolvimento e realização do seu potencial;
- Conceber e implementar uma cultura de conectividade, utilizando plataformas digitais inovadoras para instituir e consolidar novos modelos de colaboração e de produtividade;
- Manter o foco nos processos de angariação de talento e no reforço contínuo da visibilidade do Banco nas plataformas de recrutamento das Redes Sociais;
- Manter o foco em tarefas chave, tais como a gestão organizacional e do quadro de colaboradores, e a mobilidade global;
- Apoiar o crescimento das subsidiárias e das sucursais do Banco nos seus mercados, assegurando ao mesmo tempo que mantêm as mesmas orientações, políticas e procedimentos da Sede.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Banco desenvolve a sua atividade de acordo com os princípios e melhores práticas internacionais de Responsabilidade Social, respeitando e cumprindo os compromissos de gestão no sentido de contribuir para um desenvolvimento mais sustentável do ponto de vista Ambiental, Social e de Governo (ESG). O Banco assume o compromisso de respeitar os direitos humanos internacionalmente reconhecidos no âmbito da sua relação com os clientes, fornecedores, parceiros e nas comunidades onde opera, procurando evitar ou mitigar os impactos adversos diretos ou indiretos da sua atividade. O Banco está fortemente empenhado em cumprir a legislação social e ambiental assim como em seguir as melhores práticas do setor bancário. O Banco apoia e encoraja todos os seus colaboradores a participar em atividades de solidariedade social. No entanto, não podem ser atribuídos donativos de natureza social caso exista a possibilidade de estes influenciarem uma decisão de negócio.

Durante o primeiro semestre de 2022, o Haitong Bank manteve o seu compromisso para com as suas responsabilidades sociais, continuando a apoiar e incentivar a plena participação e envolvimento ativo dos seus colaboradores e restantes *stakeholders* nesta área.

Em colaboração com a Junta de Freguesia da Estrela, o Haitong Bank em Lisboa doou medicamentos e equipamento médico no montante de 1.000 euros para serem enviados para a Ucrânia. Os colaboradores do Banco também contribuíram com alimentos, vestuário e eletrodomésticos para serem distribuídos aos ucranianos em Portugal.

O Haitong Bank no Brasil doou 5.600 reais ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis a fim de ajudar a cidade de Petrópolis (Estado do Rio de Janeiro), afetada por deslizamentos de terras e inundações devido às chuvas torrenciais. O Banco utilizou ainda os seus créditos fiscais para apoiar projetos sociais ao abrigo da Lei de Incentivos Fiscais, ajudando famílias que vivem em condições vulneráveis nas zonas periféricas carenciadas de São Paulo.

Na Polónia, a Sucursal de Varsóvia financiou o prémio atribuído ao laureado da 6ª edição do "Concurso para a melhor tese de graduação no domínio da cooperação económica contemporânea entre a República da Polónia e a República Popular da China" organizado pelo Conselho Empresarial China-Polónia.

Durante o primeiro semestre de 2022, a Sucursal de Macau apoiou a iniciativa local de reciclagem - "Programa de Reciclagem de Equipamento Eletrónico e Elétrico" - através do envio de *toners* de impressoras, baterias avariadas de computadores portáteis e pilhas para reciclagem ao abrigo de um programa local.

A convite da Associação de Bancos de Macau, a Sucursal de Macau participou ainda em duas atividades coorganizadas pela Direção dos Serviços de Proteção Ambiental de Macau: (i) o evento "Hora Mundial da Terra 2022", realizado a 5 de junho de 2022, que consistiu em desligar toda a iluminação não essencial nas instalações durante uma hora com o objetivo de contribuir para a conservação de energia ; e (ii) a iniciativa "Traje Informal de Verão, Poupança de Energia", entre 6 de junho e 31 de agosto de 2022, destinada a encorajar os colaboradores a usar roupa informal para apoiar a proteção ambiental e a poupança de energia.

Performance Financeira

AMBIENTE MACROECONÓMICO

O Mercado no 1º Semestre de 2022

Uma combinação singular de eventos no primeiro semestre de 2022 terá criado as condições para uma possível desaceleração do PIB global na segunda metade do ano. Em particular, a perspectiva de subida das taxas de juro pelos bancos centrais para combater a inflação desencadeou uma grande onda de aversão ao risco entre os investidores sob a forma de uma forte correção nos mercados mundiais de ações e obrigações no primeiro semestre de 2022. A guerra na Ucrânia e a moderação da atividade económica na China, causada pelos confinamentos anti-COVID contribuíram igualmente para reduzir o apetite de risco dos investidores relativamente à sua atuação nos mercados económicos globais em 2022. Consequentemente, as estimativas do consenso para o PIB mundial em 2022 caíram de 4,4% em dezembro de 2021 para 3,2% em junho de 2022.

Por outro lado, o emprego e o consumo privado, permaneceram fortes nas economias ocidentais. Durante o primeiro semestre de 2022, a pandemia de COVID-19 passou para um estado de doença endémica, enquanto a inflação aumentou para os níveis mais elevados desde a década de 1980. A taxa de desemprego na Zona Euro atingiu o valor mais baixo desde 1998, situando-se em 6,6% em maio de 2022 vs. 7,0% em dezembro de 2021. Nos EUA a taxa de desemprego atingiu igualmente um mínimo histórico desde o final da década de 1960, situando-se em 3,6% em junho de 2022, vs. 4,2% em dezembro de 2021.

Produto Interno Bruto (%) - Consenso					
	2019	2020	2021	2022	2023
Global	2,9%	-3,1%	6,1%	3,2%	3,2%
Zona Euro	1,6%	-6,3%	5,4%	2,7%	1,9%
EUA	2,3%	-3,4%	5,7%	2,5%	1,8%
Portugal	2,7%	-8,4%	5,4%	5,6%	2,0%
Espanha	2,1%	-10,8%	5,1%	4,3%	2,8%
Reino Unido	1,7%	-9,3%	7,2%	3,5%	1,0%
Polónia	4,7%	-2,2%	5,9%	4,6%	2,8%
Brasil	1,2%	-3,9%	4,8%	1,2%	1,1%
China	6,0%	2,2%	8,1%	4,1%	5,2%

*Estimativas de Consenso (Bloomberg) jun22 | Negrito= Valores reais | Itálico=consenso
Fonte: Bloomberg

A persistência de perturbações na cadeia de abastecimento global, que tem vindo a sustentar o nível elevado da inflação desde 2021, agravou-se com a guerra na Ucrânia, levando muitos bancos centrais a acelerar o ritmo da normalização monetária no primeiro semestre de 2022.

Na perspectiva da maioria dos bancos centrais, o atual ciclo inflacionário é causado por uma combinação de choque de oferta e forte consumo das famílias que ocorre durante um período de taxas de desemprego extremamente baixas. A redução da inflação neste cenário macroeconómico requer o abrandamento das despesas de consumo (através de uma política monetária mais restritiva) e o incentivo ao investimento em nova capacidade de produção (por meio de condições de crédito favoráveis para as empresas ou de estímulos fiscais). Os governos das economias desenvolvidas reforçaram as perspectivas de despesa orçamental em projetos de infraestruturas, especialmente na transição energética, na Europa, com o plano NextGenerationEU, e nos EUA, com a lei das infraestruturas. A guerra na Ucrânia justificou ainda os planos de aumento da despesa com a defesa militar nacional nos membros europeus da NATO durante os próximos anos.

A partir de março de 2022, a Reserva Federal dos EUA retomou o ciclo de normalização monetária, tendo aumentado a sua taxa de referência em 150 pontos base para o intervalo de 1,50% - 1,75% até junho de 2022. Durante a sua última reunião, em junho, o Banco Central Europeu (BCE) anunciou uma estratégia destinada a antecipar o início da normalização monetária do final de 2022 para julho deste ano. O Banco de Inglaterra (BoE)

aumentou as taxas em quatro movimentos de 25 pontos base no primeiro semestre de 2022, devendo a sua taxa de referência subir de 1,25% para 2,75% até dezembro de 2022, de acordo com as taxas implícitas do mercado.

Os Bancos centrais não *core*, como o Banco Central do Brasil e o Banco da Polónia, também procederam a um forte aperto das condições monetárias no primeiro semestre de 2022. A taxa Selic do Brasil atingiu 13,25% (+400 pontos base face a dezembro de 2021), enquanto as autoridades monetárias polacas aumentaram a taxa de referência em 425 pontos base, para 6,50%, no primeiro semestre de 2022.

As condições de crédito deterioraram-se no primeiro semestre de 2022, com a taxa de referência dos Treasury Notes dos EUA a 10 anos a atingir um pico de 3,01% em junho de 2022 vs. 1,51% em dezembro de 2021 e a *yield* do Bund alemão a 10 anos a subir para 1,34% em junho de 2022 vs. -0,18% em dezembro de 2021. Os *spreads* de crédito das empresas não financeiras *investment grade* na Europa medidos pelo *iTraxx Main* duplicaram, de 59 pontos base em dezembro de 2021 para 119 pontos base em junho de 2022. A situação de liquidez das empresas europeias *high-yield* deteriorou-se para os níveis registados em março de 2020 (COVID-19) e o *spread* do *iTraxx Crossover* atingiu 584 pontos base em junho de 2022 vs. 242 pontos base em dezembro de 2021.

A chamada fragmentação dos títulos de dívida soberana dos países periféricos da Zona Euro relativamente aos mercados *core* do Euro surgiu como um risco no primeiro semestre de 2022. O *spread* das obrigações italianas a 10 anos face ao Bund alemão para o mesmo prazo aumentou para 242 pontos base a 14 de junho e a 15 de junho o BCE realizou uma reunião de emergência para anunciar a decisão de adotar novos instrumentos anti-fragmentação, utilizando o balanço do PEPP - o Programa de Compra de Emergência Pandémica de 1,85 biliões de euros. Em junho de 2022, o BCE interrompeu as novas compras para o balanço do PEPP tendo, no entanto, decidido reinvestir os resgates na carteira, nomeadamente visando a preparação de novos instrumentos anti-fragmentação a anunciar no terceiro trimestre de 2022.

A volatilidade nos principais mercados financeiros das economias desenvolvidas teve repercussões nos mercados emergentes e nos preços das *commodities* no primeiro semestre de 2022. Por outro lado, o eclodir da guerra na Ucrânia em fevereiro de 2022 e a difícil reabertura pós-COVID nos países asiáticos refletiu-se em novos desequilíbrios na atividade económica global, especialmente no comércio de bens, e também na inflação.

Depois de atingirem um pico de atividade no primeiro trimestre de 2022, diversos indicadores económicos globais mostravam tendências mistas relativamente ao segundo trimestre. De acordo com o índice Global Manufacturing PMI, a confiança das empresas na atividade industrial tinha baixado para 52,2 em junho de 2022 (vs. 54,3 em dezembro de 2021). O índice de mercadorias CRB atingiu o máximo histórico de 644 pontos em maio de 2022, tendo depois baixado para 597 pontos em junho de 2022 (-0,6% desde o início do ano e +5,2% face ao período homólogo do ano anterior). O comércio de mercadorias de acordo com o índice CBP, que mede o volume do comércio mundial, caiu 1,1% de dezembro de 2021 até abril de 2022 (+3,0% relativamente a igual período de 2021), tendo sido fortemente afetado pelos confinamentos na China e pelos elevados custos do transporte de mercadoria a nível global. O preço do petróleo bruto subiu de USD77,5/barril em dezembro de 2021 para USD133,9/barril em março de 2022, recuando depois para USD115/barril em junho de 2022 (+48,5% desde o início do ano e +53,2% face ao período homólogo).

Os mercados cambiais foram afetados pela guerra na Ucrânia e pelos riscos relacionados com o aumento das taxas de juro, sobretudo nos EUA, durante o primeiro semestre de 2022. O Índice de Referência do Dólar atingiu 105 pontos em junho de 2022, o valor mais alto dos últimos 20 anos (+9,4% desde o início do ano e +13,3% homólogo), assistindo-se à procura de classes de ativos mais líquidos e sem risco por parte dos fundos de investimento a nível global.

Durante o primeiro semestre de 2022, as agências de *rating* estiveram no geral silenciosas, não efetuando qualquer alteração ao *rating* soberano ou ao *outlook* das geografias onde o Banco está presente, incluindo a China, Portugal, Espanha, Polónia, e Brasil.

A atividade económica em Portugal e Espanha ganhou impulso no primeiro trimestre de 2022 e mostrou alguma resiliência no segundo trimestre. De acordo com estimativas do consenso, tanto Portugal como Espanha deverão ultrapassar o crescimento do PIB da Zona Euro em 2022 e 2023. Os *spreads* das obrigações soberanas a 10 anos de Portugal e Espanha foram afetados pelo difícil contexto dos mercados obrigacionistas do euro em junho de 2022. Face ao Bund alemão a 10 anos, os *spreads* das obrigações do tesouro português a 10 anos alargaram 43 pontos base, para 108 pontos base em junho de 2022, enquanto os *spreads* das obrigações equivalentes a 10 anos do governo espanhol aumentaram 109 pontos base no mesmo período. No entanto, tanto em Portugal como em Espanha, estes *spreads* continuam alinhados com o intervalo de 100-130 pontos base registado nos mercados de crédito *investment grade* no primeiro semestre de 2019, quando a Reserva Federal dos EUA estava a apertar as condições monetárias e a Zona Euro enfrentava o risco de estagnação económica.

A atividade económica na China melhorou no final do primeiro semestre de 2022, com as exportações a registarem um assinalável crescimento de 16,9% e as importações a aumentarem 4,0% em maio de 2022, face a igual período do ano anterior. O consumo interno enfraqueceu devido às restrições impostas pelo confinamento, tendo as vendas a retalho caído 6,7% até maio de 2022, em termos homólogos. O Banco Popular da China anunciou novas medidas de apoio à economia interna, efetuando um corte de 25 pontos base no rácio de reservas obrigatórias, para 11,25% em abril de 2022.

Mercados Cambiais (taxa de câmbio e % de variação)				
		2021	1S22	% (jun21-jun22)
EUA	Dollar Index	95,67	104,69	9,4%
Euro	USDEUR	1,14	1,05	-7,8%
Reino Unido	USDGBP	1,35	1,22	-10,0%
China	CNYUSD	6,36	6,70	5,4%
Brasil	BRLUSD	5,57	5,26	-5,7%
Polónia	PLNUSD	4,04	4,48	11,1%

Fonte: Bloomberg | Análise: Haitong Bank SA | Atualizado: 31/6/2022

A *yield* dos títulos do Governo chinês a 10 anos em euros subiu para 3,1% em junho de 2022, vs. 0,7% em dezembro de 2021 e os *spreads* dos CDS a 5 anos em dólares aumentaram para 86,4 pontos base na mesma data vs. 40,3 pontos base em dezembro de 2021.

Perspetivas para o 2º Semestre de 2022

As perspetivas económicas mundiais para o segundo semestre de 2022 tornaram-se mais incertas com a prevalência dos riscos associados ao impacto da guerra na Ucrânia (relativos ao fornecimento de energia e alimentos), a uma reabertura desequilibrada das economias na sequência do enfraquecimento da pandemia de COVID-19, e às consequências da normalização monetária nos EUA e na Europa.

A ocorrência persistente de choques do lado da oferta deverá manter a inflação acima da meta da maioria dos bancos centrais das economias desenvolvidas até ao segundo semestre de 2023. A economia global continua a crescer para além da sua capacidade estrutural em 2022, em termos de capital e trabalho. Além disso, as autoridades monetárias não têm outra opção para reduzir as pressões inflacionistas, senão apertar as condições de liquidez no segundo semestre de 2022 e no primeiro semestre de 2023.

Um ciclo de taxas de juro mais elevadas, especialmente nos EUA, deverá aumentar o custo de oportunidade das classes de ativos de maior risco no segundo semestre de 2022 e em 2023. Os participantes no mercado refletiram nas taxas o risco de normalização monetária, fazendo elevar a *yield* dos Treasury Notes dos EUA a 10 anos para 3,47% em 14 de junho de 2022, o ponto mais alto desde o primeiro trimestre de 2011. Espera-se que a Reserva Federal dos EUA aumente a sua taxa de referência do intervalo de 1,50%-1,75% em junho de 2022 para o intervalo de 3,25%-3,50% até dezembro de 2022, de acordo com as projeções do consenso (Bloomberg, julho de 2022).

Na Europa, o BCE anunciou, em julho de 2022, a primeira subida das taxas desde 2011 (+50 pontos base), perspetivando-se um aumento da taxa refi de 0% em junho de 2022 para 1,25% em dezembro de 2022, de acordo com estimativas do consenso (Bloomberg, julho de 2022).

Devido às expectativas de taxas de juro mais elevadas nos EUA, a moeda norte-americana deverá manter a sua força no segundo semestre de 2022, causando, em particular, o risco de o euro cair abaixo da paridade com o dólar. As projeções do Banco colocam o EUR/USD no intervalo de 1,00-1,05 em 2022 e o Índice de Referência do Dólar no intervalo de 105-110 no segundo semestre de 2022 (subida homóloga de +10% a +15%).

O Índice de Referência do Dólar atingiu o nível mais elevado dos últimos 20 anos no primeiro semestre de 2022, com todas as moedas dos mercados desenvolvidos a desvalorizar em relação ao dólar. Algumas moedas “*commodity*” tiveram um desempenho superior ao dólar, como o real brasileiro, que registou ganhos de 5,3% no primeiro semestre de 2022. No entanto, a perspetiva é de um enviesamento no sentido descendente das moedas dos mercados emergentes no segundo semestre de 2022, se se continuar a assistir à correção das condições financeiras dos mercados desenvolvidos. Os preços das *commodities* deverão estar igualmente expostos a uma maior volatilidade no segundo semestre de 2022, devido ao efeito conjunto de um crescimento económico global mais lento, da guerra na Ucrânia, e de taxas de juro mais elevadas. O preço do petróleo bruto (Brent) deverá oscilar no intervalo de USD95-130 por barril no segundo semestre de 2022 (vs. preço médio de 106 dólares por barril no primeiro semestre de 2022), de acordo com estimativas do consenso (Bloomberg).

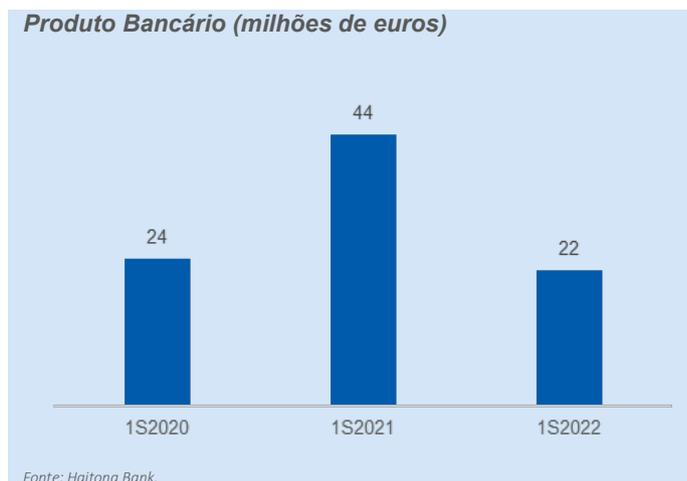
As condições de crédito na Zona Euro deverão manter-se menos favoráveis para os emitentes corporativos, devido à estratégia do BCE de cessar a compra de novos ativos para o seu balanço e de proteger os títulos soberanos em euros contra o risco de fragmentação. A tendência de deterioração dos *ratings* dos emitentes corporativos deverá ser um dos riscos enfrentados pelos mercados de capitais globais.

Graças ao compromisso de apoio da UE, nomeadamente através do fluxo contínuo dos fundos NextGenerationEU, o *rating* da dívida soberana dos mercados periféricos do Euro deverá manter-se inalterado no segundo semestre de 2022, nomeadamente os *ratings* soberanos e *outlook* de Portugal (S&P BBB/estável; Moody's Baa3/positivo; e Fitch BBB/estável) e de Espanha (S&P A/negativo; Moody's Baa1/estável; e A-/estável).

ANÁLISE FINANCEIRA

A economia global sofreu um abrandamento significativo durante o primeiro semestre de 2022, em resultado do conflito Rússia-Ucrânia e das inesperadas pressões inflacionistas, que têm vindo a agravar o já desequilibrado cenário pós-pandémico. O risco da pandemia de COVID-19 foi neste momento relegado para segundo lugar. Contudo, na China, foram impostos novos confinamentos, o que contribuiu para um abrandamento da economia chinesa.

O desempenho do Banco no primeiro semestre de 2022 foi fortemente penalizado pelos fatores acima referidos e, em particular, pelo abrandamento dos negócios relacionados com a China. No final do primeiro semestre de 2022, o Produto Bancário atingiu 21,7 milhões de euros, tendo contraído 51% face ao mesmo período do ano anterior. O negócio relacionado com a China foi o principal fator para o desempenho mais fraco no primeiro semestre, tendo os confinamentos impostos em diversas cidades chinesas para combater a COVID afetado negativamente tanto as operações de F&A e DCM, como as transações do Grupo.



Por outro lado, as operações domésticas, e especialmente nas áreas de Structured Finance, Fixed Income e Corporate Derivatives, têm tido um bom desempenho, apesar da atual volatilidade do mercado.

Os custos operacionais aumentaram 6% no primeiro semestre de 2022 face a igual período do ano anterior, atingindo 30,5 milhões de euros. O recuo verificado nas receitas, juntamente com o aumento dos custos operacionais explicam o resultado operacional negativo de 8,8 milhões de euros, significativamente abaixo do resultado positivo de 15,4 milhões de euros registado no mesmo período do ano passado. O Banco apresentou um resultado líquido negativo de 4,5 milhões de euros, tendo a reversão de imparidades e provisões no período atingido 3,6 milhões de euros.

O Banco expandiu os seus ativos para 3,1 mil milhões de euros, um aumento de 13,9% face aos 2,7 mil milhões de euros registados no final de 2021. O crescimento de 383 milhões de euros nos ativos ficou a dever-se, em grande parte, à evolução das carteiras de Crédito e de Títulos. A Carteira de Crédito aumentou 20% relativamente a dezembro de 2021, alcançando os 744 milhões de euros. A Direção de Structured Finance mostrou-se particularmente ativa, tendo concluído diversas operações, não obstante a atitude prudente adotada relativamente ao risco na originação de novos ativos. Os rácios NPL e NPE mantiveram-se em níveis reduzidos, respetivamente em 1,3% e 0,5%.



O Banco mantém uma sólida posição de Capital, com um rácio CET1 de 18,0% e um rácio de Capital Total de 22,5%.

No que respeita ao *funding*, o Banco tem vindo a diversificar as suas fontes de financiamento, a aumentar a maturidade dos passivos e a reduzir o custo médio de financiamento. Durante o primeiro semestre de 2022, o Banco marcou presença nos mercados internacionais com duas emissões de obrigações focadas em diferentes tipos de investidores. Primeiro, em fevereiro último, o Banco emitiu, com sucesso, Obrigações Sénior no montante de 230 milhões de euros com taxa variável e com prazo de vencimento de 3 anos. De seguida, o Banco emitiu em maio obrigações no montante de 150 milhões de dólares com taxa fixa e prazo de vencimento de 5 anos. Estas emissões incluíram-se num conjunto de iniciativas tomadas para reduzir o custo de financiamento do Banco e ambas tiveram a garantia da Haitong Securities Co. Ltd., obtendo as duas transações um *rating investment grade BBB* por parte da S&P.

A 1 de julho de 2022, foi deliberado o aumento do capital social do Haitong Bank decorrente da conversão dos direitos atribuídos ao Estado Português e adquiridos pela Haitong International Holdings Limited, única acionista votante do Banco. Estes direitos foram emitidos ao abrigo do Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos, aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 98/2019, de 4 de setembro (“REPID”) e são relativos ao ano fiscal de 2015.

O aumento do capital social foi realizado na modalidade de incorporação da reserva especial constituída ao abrigo do n.º 1 do artigo 8.º do REPID, no montante de 2.630.305,00 euros, mediante a emissão de 526.061 ações ordinárias, correspondentes ao número de direitos de conversão previamente atribuídos ao Estado Português e adquiridos pela Haitong International Holdings Limited, com o valor nominal de 5,00 euros cada. O aumento do capital teve um ágio de 757.961,57 euros, que foi incorporado em reserva especial sujeita ao regime da reserva legal nos termos do artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais.

Em consequência, o capital social do Banco passou a ser de 847.399.305,00 euros, tendo os Estatutos do Banco sido alterados em conformidade.

As novas ações emitidas no âmbito do aumento de capital foram atribuídas na sua totalidade à acionista única votante do Banco, a Haitong International Holdings Limited, sociedade constituída em Hong Kong, subsidiária da Haitong Securities Co., Ltd. (uma sociedade cujas ações se encontram admitidas à negociação na Shanghai Stock Exchange e na The Stock Exchange of Hong Kong Limited), em virtude desta sociedade ter adquirido, nos termos e para os efeitos do número 2 do artigo 10.º do REPID, a totalidade dos direitos de conversão atribuídos ao Estado Português, relativos ao exercício de 2015.

EVENTOS CORPORATIVOS

- Em janeiro de 2022, o Haitong Bank S.A. deu início ao processo de liquidação da Haitong Ancillary Services (Polónia).
- Em janeiro de 2022, o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital da Fundo FI Multimercado Treasury, a que correspondeu um investimento de 15 milhões de reais.
- Em março de 2022, o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital da Fundo FI Multimercado Treasury, a que correspondeu um investimento de 70 milhões de reais.
- Em junho de 2022, o Haitong Bank, S.A. concluiu o processo de abertura de um escritório de representação em Paris.
- Em julho de 2022, foi deliberado o aumento do capital social do Haitong Bank S.A. em 2.630.305,00 euros, para 847.399.305,00 euros. Este aumento de capital, na modalidade de incorporação de reserva especial, decorreu da conversão dos direitos atribuídos ao Estado Português e adquiridos pela Haitong International Holdings Limited, única acionista votante do Banco, relativos ao ano fiscal de 2015, emitidos ao abrigo do Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (REAIID).

RATING

A 28 de outubro de 2021, a Standard & Poor's ("S&P") reviu em alta o Outlook do Haitong Bank de "Negativo" para "Estável", reafirmando a sua notação de *rating* de crédito de longo prazo em "BB" e a notação de curto prazo em "B". De acordo com a S&P, a revisão em alta do Outlook para "Estável" reconhece a resiliência do Banco no contexto da pandemia e o alívio de riscos operacionais no sistema bancário português. A S&P considerou positivos os esforços continuados da Administração do Banco para fortalecer o seu *franchise* doméstico, reajustar o seu perfil de financiamento, e desenvolver a sua atividade *cross-border* com clientes chineses de modo a diversificar a sua base de receitas e sustentar e garantir uma maior estabilidade da sua rentabilidade operacional. Por fim, a S&P acredita que o apoio constante da casa-mãe do Haitong Bank vai continuar a preservar o perfil de crédito do Banco nos próximos anos, mantendo-se o foco na contínua reestruturação do seu modelo operacional.

Desde então e até ao final do primeiro semestre de 2022, não se verificou qualquer alteração.

TESOURARIA

O Mercado no 1º Semestre de 2022

Durante o primeiro semestre de 2022, os choques do lado da oferta resultantes fundamentalmente da guerra na Ucrânia, continuaram a ser a principal fonte de risco para a economia global. A pandemia de COVID-19 foi um risco persistente, mas controlável, dada a disponibilidade de vacinas e tratamentos. A principal fonte de preocupação para o crescimento económico tem sido a inflação, que se ampliou com o impacto da guerra.

O crescimento da atividade económica na Europa foi afetado pela subida da inflação, pela diminuição da confiança das empresas e dos consumidores e pelo aumento das taxas Euribor, cujo impacto afetou os mercados obrigacionistas.

Adicionalmente, dadas as perspetivas de uma prolongada crise energética causada pela guerra na Ucrânia, o BCE sinalizou o fim do programa de compra de ativos em junho de 2022, seguido da subida das taxas de juro na segunda metade de 2022.

Nos mercados cambiais, a procura dos investidores por ativos de menor risco (*“flight to quality”*) favoreceu o dólar, tendo o Euro desvalorizado 8,3% face à moeda norte-americana no primeiro semestre de 2022 (de 1,1326 para 1,0387).

Yields a 10 anos				
País	jan. 2022	2022 Mínimo	2022 Máximo	jun 2022
Alemanha	-0,182%	-0,124% (jan)	1,767% (jun)	1,333%
Itália	1,170%	1,204% (jan)	4,171% (jun)	3,257%
Espanha	0,563%	0,585% (jan)	3,110% (jun)	2,418%
Portugal	0,462%	0,499% (jan)	3,100% (jun)	2,408%
Grécia	1,315%	1,296% (jan)	4,688% (jun)	3,606%
EUA	1,510%	1,510% (jan)	3,476% (jun)	3,016%

Fonte: Haitong Bank.

No Brasil, o primeiro semestre de 2022 foi marcado por uma recuperação da atividade económica mais forte do que o esperado, apesar da instabilidade política e institucional.

Na vertente económica, apesar das condições financeiras mais restritivas, a elevada oferta de crédito e a renovação dos programas de estímulo fiscal contribuíram significativamente para o crescimento do PIB no primeiro semestre do ano. No entanto, uma análise mais detalhada dos dados continua a revelar uma dinâmica de recuperação desigual entre os diversos setores.

Relativamente à inflação, o crescimento mais forte do que o esperado, os desequilíbrios nas cadeias de abastecimento e a subida dos preços das *commodities*, contribuíram para pressionar a subida dos preços. Apesar dos choques recentes, as medidas *core* continuam a sugerir que os aumentos dos preços tenderão a ser mais prolongados do que o previsto.

Adicionalmente, as alterações nas cadeias de produção globais, assim como o aumento da concentração do mercado ditado pela pandemia, estarão também a contribuir para a subida da inflação. Neste contexto, é expectável que o Banco Central do Brasil continue a aumentar as taxas de juro, com a taxa SELIC a aproximar-se de 14% até ao final do ano.

As finanças públicas, por outro lado, continuaram a beneficiar de um crescimento mais forte e do aumento da inflação. A cobrança de impostos federais continua a surpreender pela positiva, sendo essencialmente impulsionada pelos impostos sobre bens importados e/ou manufaturados. Além disso, a intensificação dos canais de venda online durante a pandemia deverá contribuir para uma maior formalização das receitas do setor privado, reforçando assim a cobrança de impostos. Apesar de uma evolução recente favorável, o consenso entre os analistas é de que a dívida pública continuará a aumentar nos próximos anos, devido à perspetiva de abrandamento do crescimento e à ascensão do populismo eleitoral.

Por fim, na frente política, tem-se vindo a assistir ao aumento da agitação política e instabilidade institucional no Brasil, em resultado da corrida às eleições presidenciais e da referida escalada do populismo eleitoral.

Destaques da Atividade

Durante o primeiro semestre de 2022, o Banco manteve uma posição de liquidez muito confortável, tendo beneficiado de uma descida do custo de financiamento.

O Banco concluiu com sucesso duas emissões de obrigações: a primeira em fevereiro, no montante de 230 milhões de euros com maturidade a 3 anos, seguida da segunda em maio, no montante de 150 milhões de dólares, com maturidade a 5 anos. Estas emissões permitiram ao Banco alargar o prazo médio de vencimento da dívida, reduzir o custo médio de financiamento e diversificar as suas fontes de financiamento.

Depósitos de Retalho

Durante o primeiro semestre de 2022, o Banco prosseguiu a sua estratégia de levantamento de fundos através de plataformas online de depósitos para particulares, assistindo-se a um aumento significativo dos volumes neste período. Este canal provou ser uma fonte estável de financiamento com benefícios claros nos rácios de liquidez NSFR e LCR.

O Banco tem desenvolvido diversas iniciativas destinadas a melhorar a qualidade da oferta de depósitos a retalho, incluindo a análise de novos mercados e, mais recentemente, o lançamento de uma plataforma própria de *home banking*.

A equipa de Tesouraria no Brasil atuou de forma a tirar partido da maturidade dos depósitos, tendo em conta as tendências dos investidores para transferir ativos de maior risco da sua carteira para ativos de rendimento fixo, na sequência do aumento da taxa de juro de referência, movimento que deverá persistir durante o segundo semestre de 2022.

Outras Fontes de Financiamento

O Banco continuou a acompanhar de perto as decisões de política monetária do BCE, tendo aumentado os ativos elegíveis e, conseqüentemente, a sua capacidade de financiamento.

No Brasil, a venda de títulos de dívida a investidores institucionais, em linha com as orientações estratégicas de expandir a base de investidores e diversificar as fontes de financiamento esteve em destaque, durante o primeiro semestre de 2022.

O Banco tem vindo a reforçar o acesso a Investidores Institucionais, Clientes Empresariais e plataformas de retalho, permitindo utilizar os instrumentos mais adequados ao financiamento das atividades do Banco.

Durante o primeiro semestre de 2022, a gestão do *funding* no Brasil cumpriu os seus objetivos de manter os rácios de liquidez/financiamento e o *buffer* de liquidez disponível (cerca de 1,9 mil milhões de reais no final do semestre) em níveis confortáveis, permitindo ao Banco prosseguir simultaneamente a sua atividade sem qualquer alerta ou deterioração dos indicadores de liquidez.

Perspetivas para o 2º Semestre de 2022

O objetivo prioritário do Departamento de Tesouraria do Banco para 2022 é continuar a assegurar a liquidez necessária para a execução do plano de negócios, com o objetivo particular de redução do custo de financiamento. Para o efeito, o Banco pretende manter uma estrutura de financiamento estável e diversificada, composta essencialmente por depósitos de retalho, financiamento de longo prazo através de empréstimos sindicados e/ou emissões de obrigações e também através da utilização dos instrumentos de política monetária disponibilizados pelo BCE, designadamente o Eurosistema.

Gestão de Risco

Governance

O Conselho de Administração é o responsável final pelo sistema de gestão de risco do Haitong Bank. O Conselho de Administração está devidamente ciente dos tipos de riscos a que o Banco está exposto e dos processos utilizados para identificar, avaliar, monitorizar e controlar esses riscos, bem como das obrigações legais e dos deveres a que o Haitong Bank está sujeito, sendo responsável pelo estabelecimento e manutenção de uma estrutura de gestão de risco apropriada e eficaz.

O esquema abaixo descreve a estrutura de Comités e Comissões relevantes para a função de gestão de risco no Banco.

Comissão de Risco

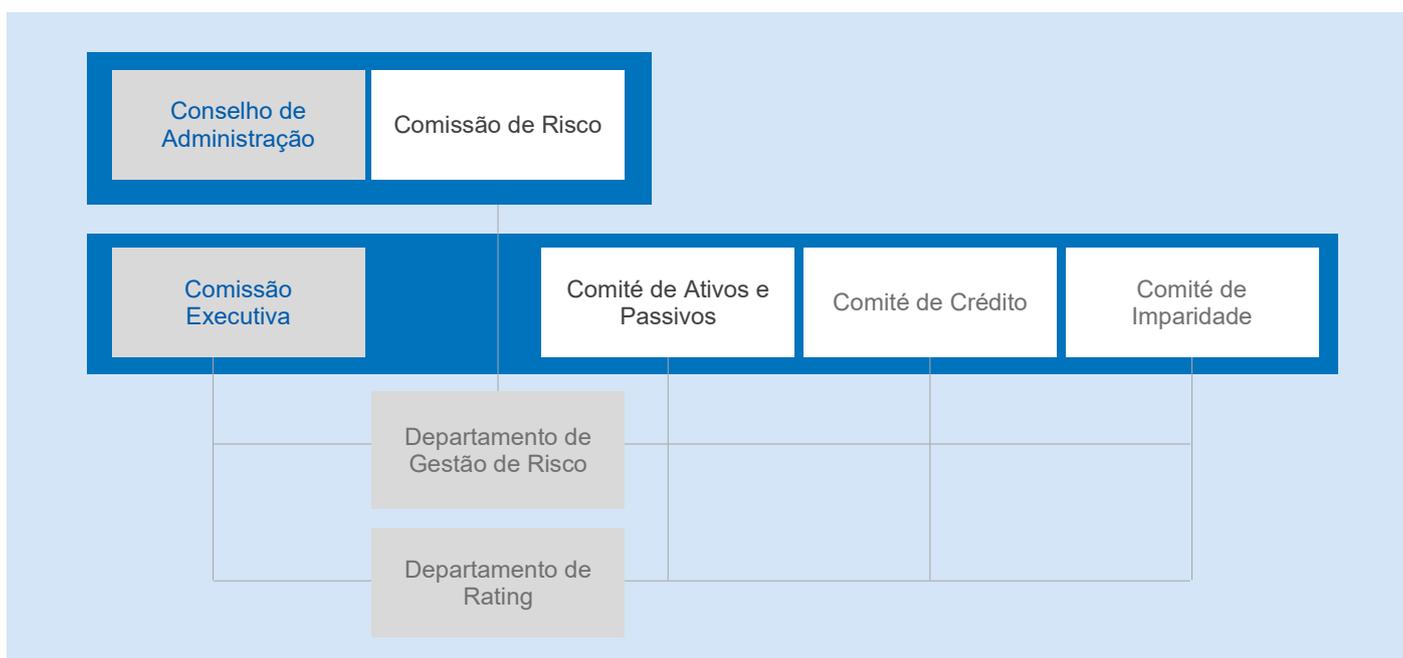
A Comissão de Risco tem como missão monitorizar, de forma contínua, o desenvolvimento e implementação da estratégia/ apetite de risco do Banco e certificar-se de que estes são compatíveis com uma estratégia sustentável a médio e longo prazo.

Comité de Ativos e Passivos.

O Comité de Ativos e Passivos (“*Assets and Liabilities Committee*” ou “ALCO”) tem como missão aconselhar a Comissão Executiva na gestão dos ativos e passivos do Banco, incluindo a supervisão do planeamento de capital, da liquidez/*funding*, da gestão do risco de ativos e passivos, do *pricing* e da política de investimento, em consonância com a estratégia de negócio e os requisitos regulamentares aplicáveis.

Departamento de Gestão de Risco

O Departamento de Gestão de Risco, enquanto função de controlo independente, ativamente envolvida em todas as decisões relevantes e alinhada com as orientações e práticas da casa-mãe, tem por objetivo permitir ao Banco tomar decisões informadas e assegurar que as políticas de risco aprovadas pelo Conselho de Administração são devidamente implementadas e seguidas.



Departamento de Rating

Conjuntamente com o Departamento de Gestão de Risco, o Departamento de Rating faz parte da Função de Controlo de Risco do Haitong Bank. O Departamento de Rating desempenha um importante papel no apoio ao processo de tomada de decisão do Comité de Crédito e da Comissão Executiva, e na avaliação individual de imparidade em sede de Comité de Imparidade.

Comité de Crédito

O Comité de Crédito, estabelecido pela Comissão Executiva com a autorização do Conselho de Administração, é o Comité do Banco responsável por:

- Avaliar e decidir sobre operações que envolvam a tomada de risco para o Banco, no âmbito do Quadro de Decisão do Comité de Crédito estabelecido pela Comissão Executiva;
- Emitir pareceres não vinculativos sobre operações que não se enquadrem: (i) no Quadro de Decisão do Comité de Crédito estabelecido pela Comissão Executiva; ou (ii) no *Risk Appetite Framework* (“RAF”) aprovado pelo Conselho de Administração – nesses casos, as operações devem ser submetidas, respetivamente, à aprovação da Comissão Executiva e do Conselho de Administração.

Comité de Imparidade

O Comité de Imparidade do Haitong Bank é responsável por analisar e propor os montantes de imparidade a serem atribuídos aos clientes de crédito sujeitos a análise individual.

Apetite de Risco

A estratégia do Haitong Bank visa interligar clientes e oportunidades de negócio através da vasta rede do Banco, aliando a sua experiência de longa data na Europa e na América Latina com a capacidade de originação *cross-border* do Grupo no mercado chinês. O Haitong Bank continuará a apoiar os seus clientes corporativos na Europa e na América Latina, a par da sua crescente base de clientes chineses.

Sendo um Banco com clientes maioritariamente corporativos e institucionais, as principais atividades de negócio desenvolvidas atualmente são: DCM, Structured Finance, Fusões e Aquisições, Fixed Income, Corporate Derivatives e Asset Management.

O Haitong Bank está ciente de que a sua função de gestão de risco constitui um fator-chave para alcançar os objetivos estratégicos do Grupo. A visão global do risco do Banco é estabelecida em torno dos seguintes três princípios orientadores:

- **Capital:** O Haitong Bank pretende manter reservas de capital prudentes e superiores aos requisitos de capital, tanto internos como regulamentares;
- **Liquidez e Financiamento:** O Haitong Bank como um todo e cada uma das suas subsidiárias individualmente visam manter uma sólida posição de liquidez de curto prazo e um perfil de financiamento sustentável a médio-longo prazo; e
- **Resultados:** O Grupo tem como objetivo gerar resultados recorrentes que garantam a sua sustentabilidade e um nível razoável de retorno para o Acionista.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do devedor ou contraparte relativamente às obrigações contratuais, estabelecidas com o Banco. Sendo a categoria de risco mais relevante a que se encontra exposta a atividade do Banco, a sua gestão e controlo são suportados por processos abrangentes de identificação, avaliação, quantificação e reporte do risco.

PRÁTICAS DE GESTÃO

Tem sido prosseguida uma política de gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito.

Ratings Internos

No Haitong Bank, os *ratings* internos, que medem a probabilidade de *default* a um ano, são atribuídos através de ferramentas internas de *rating* desenvolvidas pela Standard and Poor's ("S&P"). Embora centralizada na sede do Banco, a atribuição de *ratings* internos é realizada por um grupo de analistas experientes integrados nas equipas de Lisboa, Varsóvia e São Paulo.

Monitorização

As atividades de acompanhamento e de controlo do risco de crédito têm por objetivo medir e controlar a evolução do risco de crédito e identificar atempadamente situações que indiciem uma deterioração de risco, bem como elaborar estratégias globais de gestão da carteira de crédito.

Nessa perspetiva, tendo como objetivo central a preservação do apetite de risco definido pelo Conselho de Administração, a função de monitorização do risco de crédito e o seu respetivo desenvolvimento é objetivamente assumida como um pilar de intervenção prioritário do sistema de gestão e controlo de risco.

Processo de Recuperação de Crédito

O Departamento de Special Portfolio Management do Haitong Bank gere os ativos não produtivos (*non-performing exposures*) do Banco, propondo e implementando estratégias de reestruturação e/ou de recuperação de crédito com o objetivo de maximizar os valores de recuperação dos créditos.

ANÁLISE DO RISCO DE CRÉDITO

Carteira de Crédito

Estrutura da carteira de crédito

Em junho de 2022, a carteira de crédito (bruta de provisões) ascendia a 757 milhões de euros, o que representa um aumento de cerca de 125 milhões de euros face a dezembro de 2021.

A distribuição setorial da carteira de crédito espelha a importância crescente da atividade internacional de concessão de crédito desenvolvida pelo Banco.

Carteira de Crédito por Segmentos de Produto e Geografia (milhares de euros)

	junho 2022			dezembro 2021		
	Doméstico	Internacional	Total	Doméstico	Internacional	Total
Carteira de Crédito ¹	273 375	483 726	757 101	222 483	409 802	632 285
<i>Specialized Lending</i>	168 965	155 775	324 740	159 021	110 085	269 106
Crédito a empresas	55 150	290 353	345 503	59 568	253 957	313 525
Outros	49 260	37 598	86 858	3 894	45 760	49 654

¹ Bruto de provisões - Fonte: Haitong Bank**Carteira de Crédito por Segmento e Setor**

	junho 2022				dezembro 2021			
	<i>Specialized Lending</i>	<i>Corporate</i>	Outros	Total	<i>Specialized Lending</i>	<i>Corporate</i>	Outros	Total
TOTAL	42,9%	45,7%	11,4%	100,0%	42,6%	49,6%	7,8%	100,0%
Imobiliário	12,6%	0,0%	5,2%	17,8%	8,7%	0,0%	2,3%	11,0%
Energia	12,9%	3,4%	0,0%	16,3%	14,8%	3,7%	0,0%	18,5%
Infraestruturas de transportes	15,3%	0,3%	0,0%	15,6%	18,8%	0,3%	0,0%	19,1%
Telecomunicações	0,0%	8,2%	0,0%	8,2%	0,0%	8,0%	0,0%	8,0%
Comércio e Serviços	0,0%	7,1%	0,0%	7,1%	0,0%	6,7%	0,0%	6,7%
Saúde	0,0%	6,3%	0,0%	6,3%	0,0%	7,3%	0,0%	7,3%
Instituições financeiras não bancárias	0,0%	0,0%	6,0%	6,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Agricultura e Bens alimentares	0,0%	2,9%	0,0%	2,9%	0,0%	3,8%	0,0%	3,8%
Retalho	0,0%	2,7%	0,0%	2,7%	0,0%	3,2%	0,0%	3,2%
Bens de investimento	0,0%	2,5%	0,0%	2,5%	0,0%	1,7%	0,0%	1,7%
Construção e Obras Públicas	0,0%	2,0%	0,0%	2,0%	0,0%	3,6%	0,0%	3,6%
Indústria química	0,0%	2,0%	0,0%	2,0%	0,0%	2,4%	0,0%	2,4%
Arrendamento e Locação	1,9%	0,0%	0,0%	1,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Materiais de construção	0,0%	1,7%	0,0%	1,7%	0,0%	2,0%	0,0%	2,0%
Papel e Produtos Florestais	0,0%	1,6%	0,0%	1,6%	0,0%	2,9%	0,0%	2,9%
Indústria de petróleo e gás	0,0%	1,5%	0,0%	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Cooperativas agrícolas	0,0%	1,3%	0,0%	1,3%	0,0%	1,3%	0,0%	1,3%
Transportes	0,2%	0,7%	0,0%	0,9%	0,3%	1,0%	0,0%	1,3%
Fundos & Gestores de ativos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	5,3%	5,3%
Outros	0,0%	1,5%	0,2%	1,7%	0,0%	1,7%	0,2%	1,9%

Fonte: Haitong Bank.

Perfil de Ratings Internos

O Haitong Bank utiliza os sistemas de *rating* internos no apoio à decisão e na monitorização do risco de crédito. O quadro seguinte apresenta a distribuição da carteira de crédito por níveis de *rating* interno.

Perfil de rating da Carteira de Crédito

	junho 2022	dezembro 2021
[aaa+; a-]	3,0%	2,1%
[bbb+; bbb-]	11,9%	15,5%
[bb+; bb-]	66,1%	50,3%
[b+; b-]	19,0%	32,2%

Em percentagem da carteira não default com notações de risco
Fonte: Haitong Bank.

Indicadores de Risco de Crédito (milhares de euros)

	junho 2022	dezembro 2021
Carteira de Crédito	757 101	632 285
Carteira de Crédito Não Produtivo (NPL)	9 649	13 235
Rácio de Crédito não Produtivo	1,3%	2,1%
Imparidade do Crédito Não Produtivo	5 631	5 571
Cobertura de Crédito não Produtivo	58,4%	42,1%
Exposição de risco de crédito bruta	2 600 568	2 282 263
Exposições não produtivas (NPE) ⁽¹⁾	13 464	23 436
Rácio NPE	0,5%	1,0%
Cobertura de Exposições não Produtivas por Imparidades	45,9%	26,0%
Crédito reestruturado ("forborne") ⁽¹⁾	63 409	61 446
Das quais exposições produtivas (%)	84,6%	72,6%

⁽¹⁾ O Banco segue o critério definido para exposições não produtivas com base nas Orientações da EBA sobre a gestão de exposições não produtivas e exposições reestruturadas (EBA/GL/2018/06) de 21 de Outubro de 2018, bem como a classificação definida de acordo com a Parte 2 "Instruções respeitantes aos modelos" do Anexo V do Regulamento de Execução (UE) 2018/1627 da Comissão Europeia, de 9 de Outubro de 2018, que altera o Regulamento de Execução (UE) n. 680/2014, respeitante à avaliação prudente no quadro do relato para fins de supervisão.

Fonte: Haitong Bank

A melhoria do rácio de exposições não produtivas (NPE) de 1% em dezembro de 2021 para 0,5% em junho de 2022 resulta das normas prudentes no momento da originação do crédito e das medidas de redução do crédito e exposições não produtivas empreendidas pelo Banco.

Títulos de Rendimento Fixo

Estrutura da Carteira

A carteira de títulos de rendimento fixo terminou o primeiro semestre de 2022 com um total líquido de 1.221 milhões de euros, representando um aumento de 81 milhões de euros face a dezembro de 2021. Este acréscimo deve-se a um investimento na carteira de dívida soberana europeia e brasileira, parcialmente compensado pela participação na colocação de dívida de clientes da Europa.

Títulos de Rendimento Fixo por setor (milhares de euros)

	junho 2022	dezembro 2021
Total	1 220 562	1 139 288
Administração pública	756 112	632 160
Imobiliário	82 262	76 172
Bancos	71 197	82 621
Instituições financeiras não bancárias	55 868	53 710
Energia	38 107	36 617
Telecomunicações	30 370	29 050
Agricultura e Bens alimentares	24 507	20 924
Água e saneamento	21 219	11 205
Construção e Obras Públicas	21 206	30 739
Saúde	20 609	24 037
Indústria de petróleo e gás	18 268	13 993
Automóveis e peças de automóveis	17 477	20 499
Bens de investimento	12 086	16 739
Indústria química	10 130	9 551
Metalúrgica & Mineração	9 560	11 708
Alojamento e Turismo	7 184	17 767
Alimentação, bebidas e tabaco	6 843	7 456
Transportes	5 113	5 098
Bens de consumo e vestuário	3 224	3 185
Papel e produtos florestais	2 709	19 690
Materiais de construção	1 269	0
Media e Entretenimento	1 185	0
Comércio e Serviços	979	4 545
Retalho	640	11 620
Outros	2 438	202

Fonte: Haitong Bank.

Perfil de Ratings Internos

Em junho de 2022, a carteira de renda fixa do Banco apresentava o seguinte perfil:

Perfil de Rating da Carteira de Títulos de Rendimento Fixo

	junho 2022	dezembro 2021
[aaa; a-]	12,5%	5,8%
[bbb+; bbb-]	30,1%	32,0%
[bb+; bb-]	54,1%	59,3%
[b+; b-]	3,3%	2,9%

Em percentagem da carteira não default com notações de risco
Fonte: Haitong Bank.

Carteira de Derivados

Estrutura da Carteira

O risco de contraparte subjacente à carteira de derivados sobre instrumentos de taxa de juro, câmbio, crédito e ações ascendia a aproximadamente 126 milhões de euros em junho de 2022, uma redução de 44 milhões de euros face a dezembro de 2021.

No que respeita à distribuição setorial, em junho de 2022, 33% da exposição global resultou de transações com contrapartes do setor de infraestruturas de transportes, seguido por 15% em Bancos.

Derivados por indústria (milhares de euros)

	junho 2022	dezembro 2021
Total	125 668	169 796
Infraestruturas de transportes	41 702	69 296
Bancos	18 586	22 569
Indústria química	17 538	13 675
Alimentação, bebidas e tabaco	14 707	16 583
Instituições financeiras não bancárias	11 186	6 273
Papel e produtos florestais	5 481	5 008
Metalúrgica & Mineração	4 737	6 352
Materiais de construção	3 420	301
Construção e Obras Públicas	3 049	646
Energia	2 677	5 678
Corretagem	318	6 250
Indústria de petróleo e gás	282	5 291
Agricultura e Bens alimentares	92	10 333
Outros	1 893	1 541

Fonte: Haitong Bank.

Perfil de Ratings Internos

O Banco assume sobretudo risco de contraparte subjacente à carteira de derivados ao fornecer soluções de cobertura para clientes *corporate* (incluindo contrapartes *Project Finance*). Em junho de 2022, a exposição do Banco a instrumentos derivados está essencialmente concentrada em operações de *swap* de taxa de juro.

Perfil de Ratings da Carteira de Derivados

	junho 2022	dezembro 2021
[aaa; a-]	17,6%	14,1%
[bbb+; bbb-]	34,9%	43,6%
[bb+; bb-]	27,4%	29,5%
[b+; b-]	20,1%	12,7%

Em percentagem da carteira não default com notações de risco
Fonte: Haitong Bank.

Risco de Mercado

O risco de mercado representa a possibilidade de ocorrência de perdas em posições patrimoniais ou extrapatrimoniais resultantes de alterações adversas nos preços de mercado, nomeadamente nos preços de ações, taxas de juro, taxas de câmbio e *spreads* de crédito. No desenvolvimento das suas atividades, o Haitong Bank está exposto ao risco de mercado na sua carteira de negociação e carteira bancária.

O Haitong Bank tem vindo a implementar políticas, procedimentos e sistemas de gestão do risco de mercado que permitem avaliar e controlar todos os fatores de risco de mercado a que o Banco está exposto.

As tarefas de identificação, monitorização, controlo e reporte do risco de mercado são desenvolvidas pela unidade de Controlo do Risco de Mercado, que trabalha de forma totalmente independente das áreas de negócio do Banco.

Em termos organizacionais, existe uma repartição geográfica da função de Controlo de Risco de Mercado pelas diversas entidades do Grupo, as quais detêm as competências adequadas para avaliar as atividades desenvolvidas e os riscos incorridos por cada uma.

Para que a organização tenha uma imagem clara dos riscos incorridos e do apetite de risco desejado, é utilizado um vasto conjunto de medidas de risco, e respetivos limites, complementado com limites de *stop loss* e de concentração. Estas medidas de risco incluem o *Value at Risk (VaR)* e medidas de sensibilidade a variações em taxas de juro, *spreads* de crédito, taxas de câmbio, preços de ações e volatilidade.

RISCO DE CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

Práticas de Gestão

O Haitong Bank estima as potenciais alterações no valor de mercado das posições na carteira de negociação, considerando um VaR por simulação histórica, um período de investimento de 10 dias úteis com observação histórica de 1 ano e um intervalo de confiança de 99%.

Em junho de 2022, o VaR do Haitong Bank, totalizava 7,0 milhões de euros, o que representa um aumento de 1,1 milhões de euros quando comparado com dezembro de 2021.

Value at Risk por fator de risco (milhões de euros)

	junho 2022	dezembro 2021
Cambial	6,8	4,7
Taxa de juro	0,4	0,6
Ações e Mercadorias	0,0	0,0
Spread de crédito	0,6	1,3
Covariância	-0,8	-0,7
VaR Global	7,0	5,9

Fonte: Haitong Bank.

RISCOS DA CARTEIRA BANCÁRIA

Os outros riscos da carteira bancária resultam de movimentos adversos nas taxas de juro, nos *spreads* de crédito e no valor de mercado de títulos de capital e imóveis em exposições *non-trading* que o Banco detém no seu balanço.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro na carteira bancária (IRRBB) refere-se ao risco atual ou potencial para o capital e ganhos do Banco decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juro que afetam as posições da carteira bancária do Banco.

O Haitong Bank visa capturar todas as fontes materiais de IRRBB e avaliar os efeitos das mudanças de mercado no âmbito da sua atividade, e gere o IRRBB medindo a sensibilidade do valor económico da carteira bancária e a sensibilidade da margem financeira esperada num horizonte temporal de 1 ano.

As alterações nas taxas de juros podem afetar o valor económico subjacente dos ativos, passivos e instrumentos extrapatrimoniais do Banco, dado que o valor presente dos fluxos de caixa futuros varia aquando da variação das taxas de juro. A alteração nas taxas de juros também afeta as receitas do Banco, podendo aumentar ou diminuir a sua margem financeira (NII).

Em junho de 2022, o impacto no valor económico da carteira bancária, sob um choque paralelo na curva de rendimentos de +/- 200 pontos base foi estimado em 15,9 milhões de euros. Um *floor* de -100 pontos base foi aplicado na curva de rendimentos para desconsiderar cenários irrealistas de taxas de juro extremamente negativas.

Risco de Spread de Crédito

O *spread* de crédito, que representa a capacidade de o emitente cumprir com as suas responsabilidades até à maturidade, é um dos fatores a considerar na avaliação de ativos e reflete a diferença entre a taxa de juro associada a um ativo financeiro de risco e a taxa de juro referente a um ativo sem risco na mesma moeda e com a mesma maturidade.

O Banco encontra-se ainda sujeito a outros tipos de risco da carteira bancária, onde se inclui o risco das Participações Financeiras e o risco dos Fundos de Investimento. Estes riscos podem ser definidos genericamente como a probabilidade de perda resultante da alteração adversa no valor de mercado dos instrumentos financeiros citados.

RISCO DO FUNDO DE PENSÕES

O risco de Fundo de Pensões resulta da possibilidade de o valor dos passivos (as responsabilidades do Fundo) exceder o valor dos ativos na carteira do Fundo, exigindo ao Haitong Bank uma contribuição extraordinária para o Fundo de Pensões. Caso contrário, se o rendimento dos ativos da carteira do Fundo de Pensões estiver alinhado com a evolução das responsabilidades do Fundo, o Haitong Bank só terá de fazer as contribuições regulares para o Fundo (o custo normal do plano de pensões).

Risco Operacional

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos com impacto negativo nos resultados ou no capital, resultantes de procedimentos internos desadequados ou da sua implementação negligente, do funcionamento deficiente ou falha dos sistemas de informação, do comportamento do pessoal ou motivados por acontecimentos externos. O risco jurídico e de IT incluem-se nesta definição. Desta forma, o risco operacional é visto como o somatório dos riscos operacional e de sistemas de informação.

Práticas de Gestão

A gestão do risco operacional é efetuada através da aplicação de um conjunto de processos que visam assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. A prioridade na gestão do risco operacional é a identificação e mitigação ou eliminação das fontes de risco.

As metodologias de gestão em vigor têm por base os princípios e emitidos pelo Comité de Basileia para risco operacional e pelas Diretrizes do BCE no que refere a orientações sobre a Avaliação de Riscos das TIC.

A função de gestão do risco operacional, suportada por uma estrutura exclusivamente dedicada ao acompanhamento deste risco, compreende os seguintes processos:

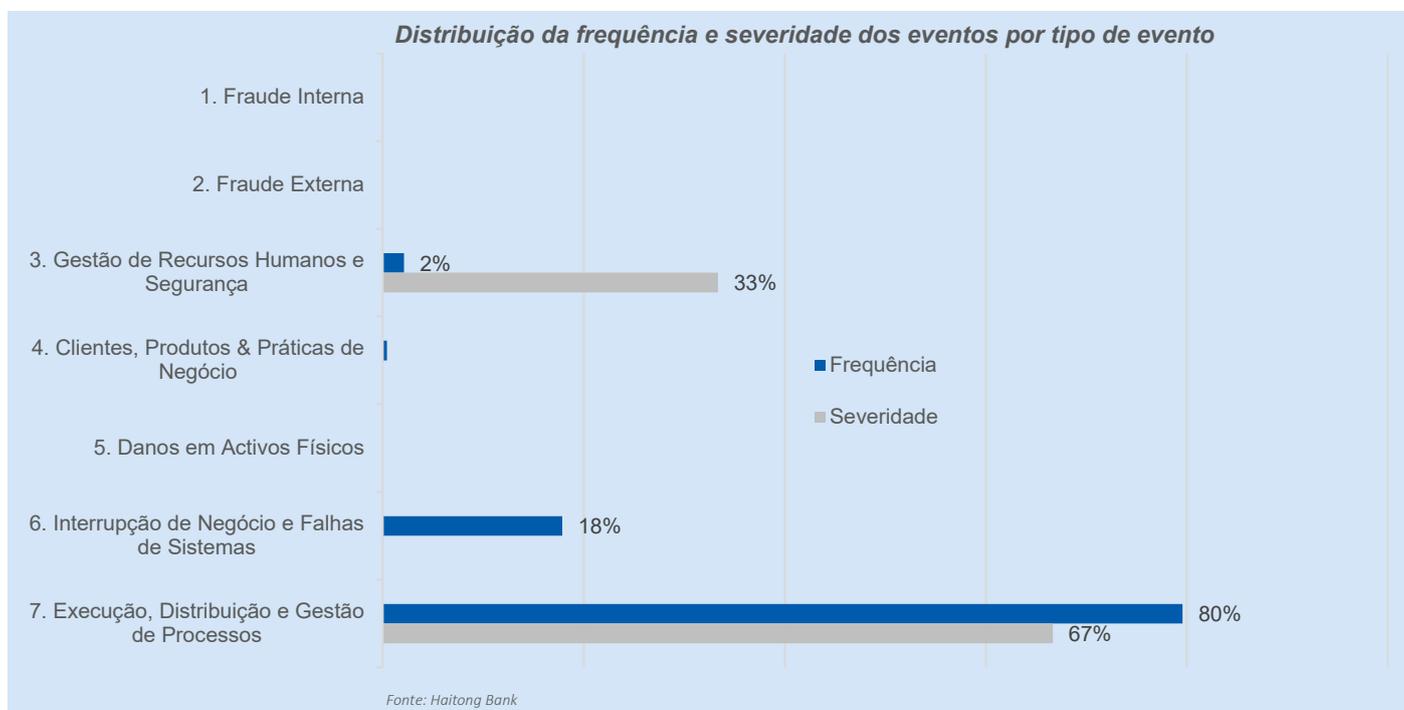
- Identificação e avaliação dos riscos e controlos através de exercícios de autoavaliação dos processos, riscos e controlos;
- Identificação e avaliação dos riscos operacionais em novos produtos e serviços, nomeadamente no ambiente de IT do Banco, incluindo a necessidade de implementar novos controlos para mitigar os riscos identificados;
- Identificação, análise e reporte de eventos de risco operacional;
- Monitorização do risco através de um conjunto de indicadores de risco seleccionados;
- Cálculo dos requisitos de capital de acordo com o Método Padrão.

ANÁLISE DO RISCO OPERACIONAL

Os eventos de risco operacional identificados são reportados de forma a permitir a sua caracterização completa e sistematizada e o controlo das ações de mitigação identificadas. Todos os eventos são classificados de acordo com as categorias de risco do Banco de Portugal, por linhas de negócio e tipologias de eventos de Basileia.

Os eventos de perda registados no primeiro semestre de 2022 foram todos inferiores a 5.000 euros.

Seguindo a caracterização de eventos operacionais definida por Basileia, verificamos que, na primeira metade de 2022, 80% dos eventos operacionais estavam relacionados com Execução, Distribuição e Gestão de Processos, estando 67% das perdas operacionais reportadas associadas a este risco. A tipologia Gestão de Recursos Humanos e Segurança no Trabalho sofreu um decréscimo do número de eventos e respetivo impacto face a 2021, contudo, foi a segunda tipologia de eventos com maior montante de perdas do exercício, representando 33% do total de perdas de eventos de risco operacional.



Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco que resulta da incapacidade, atual ou futura, de uma instituição liquidar as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em custos excessivos.

Práticas de Gestão

A gestão da liquidez e do financiamento é um elemento chave na estratégia de negócio do Haitong Bank e constitui, em conjunto com a gestão do capital, um pilar fundamental para assegurar a sua robustez e resiliência.

A gestão de liquidez e a estratégia de financiamento do Haitong Bank são da responsabilidade da Comissão Executiva, que assegura a gestão da liquidez do Banco de forma integrada, incluindo a tesouraria de todas as entidades do Haitong Bank.

Assente num modelo de organização sólido, e no sentido de dotar o Banco de proteção face a cenários adversos, a gestão do risco de liquidez do Haitong Bank tem como objetivo alcançar uma estrutura de financiamento adequada, tanto ao nível da sua composição, como ao nível do seu perfil de maturidades, consistente com os seguintes princípios:

- Assegurar a capacidade de cumprir as obrigações atempadamente e a um custo razoável;
- Cumprir os requisitos regulamentares de liquidez em todas as geografias em que o Banco opera;
- Garantir o total alinhamento com o apetite de risco de liquidez e financiamento;

- Disponibilizar um buffer de liquidez imediata suficiente para garantir a capacidade de reação a qualquer evento de stress que possa restringir a capacidade de acesso ao mercado quer em condições normais quer em condições de stress;
- Desenvolver uma base diversificada de investidores e manter o acesso a múltiplas fontes de financiamento, procurando minimizar o custo de financiamento; e
- Desenvolver, de forma contínua, um quadro interno adequado à identificação, medição, contenção, monitorização e mitigação do risco de liquidez.

POSIÇÃO DE LIQUIDEZ

Rácio de Cobertura de Liquidez

O Rácio de Cobertura de Liquidez (LRC) previsto na CRD IV (Diretiva 2013/36/UE) foi estabelecido para promover a robustez da liquidez de curto-prazo das instituições, medindo a adequabilidade das reservas de ativos líquidos de elevada qualidade (que podem ser facilmente monetizáveis) face às necessidades de liquidez por um período de 30 dias resultantes de um cenário de stress.

Em junho de 2022, o Haitong Bank alcançou um rácio de cobertura de liquidez de 257%, o que representa uma posição de liquidez de curto prazo resiliente, cumprindo confortavelmente os requisitos mínimos regulamentares.

Rácio de Cobertura de Liquidez (milhares de euros)

	junho 2022	dezembro 2021
Ativos de elevada qualidade	798 096	670 542
Saídas líquidas a 30 dias	310 392	365 824
Rácio de cobertura de liquidez	257%	183%

Fonte: Haitong Bank.

Net Stable Funding Ratio

O Comité de Supervisão Bancária de Basileia aprovou o Net Stable Funding Ratio (NSFR) em outubro de 2014, no âmbito da reforma regulamentar de Basileia III. O NSFR foi transposto para a legislação da União Europeia pelo Regulamento 2019/876, tendo entrado em vigor a partir de junho de 2021.

O NSFR é uma medida estrutural que procura promover a estabilidade a mais longo prazo, incentivando os bancos a gerir de forma adequada os desfasamentos de maturidades através do financiamento de ativos de longo prazo com passivos de longo prazo.

Em junho de 2022, o Haitong Bank alcançou um NSFR de 144%, assegurando assim um perfil de financiamento de médio longo prazo adequado.

NSFR

	junho 2022	dezembro 2021
Net Stable Funding Ratio	144%	157%

Fonte: Haitong Bank.

Gestão de Capital

Ao nível da gestão do capital, o Haitong Bank procura assegurar um nível adequado de solvabilidade e rentabilidade de acordo com os objetivos e políticas de apetite de risco definidos pelo Conselho de Administração, sendo, por isso, um elemento crítico da instituição para a sua gestão estável e sustentada.

Práticas de Gestão

As políticas e práticas de gestão do capital são delineadas com vista a cumprir os objetivos estratégicos de negócio e o nível de apetite de risco definido pelo Conselho de Administração. Desta forma, para efeitos da determinação do nível de capital adequado, quer em quantidade, quer em qualidade, o Haitong Bank tem implementado um modelo de gestão de capital que assenta nos seguintes objetivos:

- Permitir o crescimento sustentado da atividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos ativos;
- Cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital; e
- Assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital e apetite de risco.

Complementando a perspetiva regulatória, o Haitong Bank executa periodicamente uma autoavaliação interna de capital baseada no risco (ICAAP) que consiste numa medição prospetiva dos riscos materiais incorridos pelo Haitong Bank (incluindo os não cobertos pelo capital regulamentar do Pilar 1).

Adicionalmente, como parte integrante do seu processo de gestão de capital, o Haitong Bank desenvolve um Plano de Recuperação que estabelece o protocolo de decisão inerente ao processo de gestão de crises e identifica a lista de ações e estratégias pré-definidas para responder a um evento adverso em termos de capital.

RÁCIOS REGULAMENTARES DE CAPITAL E DE ALAVANCAGEM

Solvabilidade

Os requisitos regulamentares de capital são determinados pelo Banco de Portugal de acordo com as regras estabelecidas na CRR II (Regulamento (EU) nº 876/2019 que altera o Regulamento (EU) nº 575/2013) e na CRD V (Diretiva 878/2019 que altera a Diretiva 2013/36/EU). De acordo com estes regulamentos, os requisitos de capital são apurados de forma a atender o nível de risco a que a instituição está exposta, que por sua vez é medido através dos ativos ponderados pelo risco (*RWAs – Risk Weighted Assets*) e pelo grau de alavancagem.

A legislação em vigor contempla um período de transição por forma a fasear quer a não inclusão/exclusão de elementos anteriormente considerados (*phased-out*), quer a inclusão/ dedução de novos elementos (*phased-in*) nos quais as instituições possam acomodar os novos requisitos. O período transitório terminou no final de 2017 para a maioria dos elementos, com exceção da dedução relacionada com os impostos diferidos gerados antes do dia 1 de janeiro de 2014, o ajustamento de transição resultante da implementação da IFRS9 e com a dívida subordinada e instrumentos híbridos não elegíveis como fundos próprios, de acordo com a nova regulamentação, cujo período se estendeu até ao final de 2021.

De acordo com esta estrutura regulatória, os rácios mínimos de capital são 4,5%, 6% e 8% para os fundos próprios principais de nível 1, fundos próprios de nível 1 e fundos próprios totais, respetivamente. Adicionalmente, acresce a estes rácios mínimos a reserva de conservação de capital. A CRD IV permitiu que a inclusão desta reserva de fundos próprios fosse faseada com incrementos de 0,625% por ano até ao valor de 2,5% dos ativos ponderados pelo risco em 1 de janeiro de 2019.

Ainda no contexto das reservas de fundos próprios prevista na CRD IV, o Banco de Portugal decidiu, em novembro de 2016, aplicar uma reserva adicional a seis bancos portugueses considerados como “Outras Instituições de Importância Sistémica” (O-SII), no âmbito da sua revisão anual da imposição de reservas de fundos próprios, nos termos do n.º 2 do artigo 138.º-R do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF). O Haitong Bank encontra-se fora do âmbito de aplicação desta reserva macro prudencial.

A regulamentação prevê ainda uma nova reserva contracíclica de fundos próprios que poderá atingir 2,5% (dos fundos próprios principais de nível 1), podendo ser imposta pelo supervisor nacional caso este considere que tal se justifica devido a um crescimento excessivo da atividade creditícia nas jurisdições sob a sua supervisão. No dia 30 de junho de 2022, o Banco de Portugal decidiu pela não aplicação desta reserva contracíclica de fundos próprios, estabelecendo uma percentagem de 0% do valor total da posição total em risco. Esta decisão está sujeita a reapreciação por parte do supervisor numa base trimestral.

Além das já mencionadas reservas de capital, a partir de 1 de julho de 2018, o Haitong Bank passou a estar sujeito a um requisito complementar específico, determinado e revisto anualmente no âmbito do Processo Anual de Supervisão conduzido pelo Banco de Portugal.

A junho de 2022, os rácios de capital do Haitong Bank são calculados de acordo com as regras estabelecidas na CRR II (Regulamento (EU) n.º 876/2019 que altera o Regulamento (EU) n.º 575/2013) e na CRD V (Diretiva 878/2019 que altera a Diretiva 2013/36/EU), tanto para o período transitório como para o período de Implementação Plena, conforme se encontram na tabela que se segue.

Rácios de Solvabilidade

	junho 2022		dezembro 2021	
	Período Transitório	Implementação Plena	Período Transitório	Implementação Plena
Rácios Fundos Próprios Principais de Nível 1	18,0%	18,0%	18,9%	18,8%
Rácios Fundos Próprios de Nível 1	22,4%	22,4%	23,5%	23,4%
Rácios Fundos Próprios Totais	22,5%	22,5%	23,6%	23,5%

Fonte: Haitong Bank.

A gestão prudente de capital implementada pelo Haitong Bank permite-lhe manter uma sólida posição de capital.

Alavancagem

A regulamentação CRRII/CRDV introduziu um rácio de alavancagem não baseado no risco como medida complementar. Este rácio de alavancagem compara os fundos próprios de nível 1 com uma medida de exposição, visando evitar o acumular de alavancagem excessiva no setor bancário e definindo um limite adicional de suporte aos requisitos de capital com ponderação de risco, através de uma medida simples e não sensível ao risco.

A junho de 2022, os rácios de alavancagem determinados à luz dos métodos Padrão previstos no regime de Basileia III, em período transitório e em implementação plena, encontram-se na tabela que se segue.

Leverage Ratios

	junho 2022	dezembro 2021
Período Transitório	15,0%	17,0%
Implementação Plena	15,0%	17,0%

Fonte: Haitong Bank.

RELATÓRIO FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ÀS CONTAS



1. Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstração dos Resultados Consolidados dos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2022 e 2021

(milhares de euros)

	Notas	30.06.2022	30.06.2021
Juros e proveitos similares	5	48 171	34 134
Juros e custos similares	5	40 270	18 777
Margem financeira		7 901	15 357
Rendimentos de serviços e comissões	6	13 262	27 059
Encargos com serviços e comissões	6	(3 043)	(2 684)
Resultados de instrumentos de negociação	7	7 581	(9 009)
Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	8	(234)	4 205
Resultados de desreconhecimento de activos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	9	1	54
Resultados de reavaliação cambial	10	(1 312)	408
Resultados de desreconhecimento de activos financeiros mensurados ao custo amortizado	11	569	8 994
Outros resultados operacionais	12	(3 020)	(274)
Proveitos operacionais		21 705	44 110
Custos com pessoal	13	19 752	17 775
Gastos gerais administrativos	15	7 486	7 681
Depreciações e amortizações	24 e 25	3 237	3 211
Provisões	30	(3 418)	(910)
Imparidade em activos financeiros	30	(162)	9 993
Custos operacionais		26 895	37 750
Resultado antes de impostos		(5 190)	6 360
Impostos			
Correntes	31	2 240	3 273
Diferidos	31	(2 956)	(122)
		(716)	3 151
Resultado líquido do período		(4 474)	3 209
Atribuível aos accionistas do Banco		(4 524)	2 292
Atribuível aos interesses que não controlam	34	50	917
		(4 474)	3 209
Resultados por acção básicos (em euros)	16	-0,03	0,01
Resultados por acção diluídos (em euros)	16	-0,03	0,01

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Director do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Demonstração do Rendimento Integral Consolidado dos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2022 e 2021

	(milhares de euros)	
	30.06.2022	30.06.2021
Resultado líquido do período		
Atribuível aos accionistas do Banco	(4 524)	2 292
Atribuível aos interesses que não controlam	50	917
	<u>(4 474)</u>	<u>3 209</u>
Outro rendimento integral do exercício		
Itens que não serão reclassificados para resultados		
Desvios actuariais líquidos de impostos	8 134	6 216
	<u>8 134</u>	<u>6 216</u>
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados		
Diferenças de câmbio líquidas de impostos		
Diferenças de câmbio resultantes de subsidiárias em moeda estrangeira	15 590	7 870
Ganhos/(Perdas) com cobertura de net investment (ver Nota 38)	-	(697)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	1
Alterações no justo valor de instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral	(7 421)	1 798
	<u>8 169</u>	<u>8 972</u>
Total do rendimento integral do período	<u>11 829</u>	<u>18 397</u>
Atribuível aos accionistas do Banco	8 769	16 088
Atribuível aos interesses que não controlam	3 060	2 309
	<u>11 829</u>	<u>18 397</u>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021

	Notas	30.06.2022	31.12.2021
(milhares de euros)			
Activo			
Caixa e equivalentes de caixa	17	668 912	488 544
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		469 475	455 753
Activos financeiros detidos para negociação		451 717	435 954
Títulos	18	370 795	346 040
Instrumentos financeiros derivados	19	80 922	89 914
Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		17 758	19 799
Títulos	20	17 736	19 777
Crédito a clientes	22	22	22
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	20	220 470	259 769
Activos financeiros pelo custo amortizado		1 426 811	1 207 036
Títulos	20	655 335	532 773
Aplicações em instituições de crédito	21	27 082	54 022
Crédito a clientes	22	744 394	620 241
Activos não correntes detidos para venda	23	6 398	6 538
Outros activos tangíveis	24	8 651	9 975
Activos intangíveis	25	3 433	3 618
Activos por impostos		132 762	120 051
Activos por impostos correntes	31	25 867	24 819
Activos por impostos diferidos	31	106 895	95 232
Outros activos	26	192 277	195 368
Total de Activo		3 129 189	2 746 652
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação		74 931	75 638
Títulos	18	992	1 036
Instrumentos financeiros derivados	19	73 939	74 602
Passivos financeiros ao custo amortizado		2 331 299	1 950 147
Recursos de instituições de crédito	27	881 776	759 397
Recursos de clientes	28	970 388	1 164 000
Responsabilidades representadas por títulos	29	479 135	26 750
Provisões	30	17 970	19 939
Passivos por impostos		7 160	7 568
Passivos por impostos correntes	31	6 855	7 267
Passivos por impostos diferidos	31	305	301
Outros passivos	32	82 884	86 513
Total de Passivo		2 514 244	2 139 805
Capital Próprio			
Capital	33	844 769	844 769
Prémios de emissão	33	8 796	8 796
Outros instrumentos de capital	33	105 042	108 773
Reservas de reavaliação	34	(9 234)	(1 926)
Outras reservas e resultados transitados	34	(351 918)	(376 071)
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco		(4 524)	3 552
Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco		592 931	587 893
Interesses que não controlam	34	22 014	18 954
Total de Capital Próprio		614 945	606 847
Total de Passivo e Capital Próprio		3 129 189	2 746 652

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Director do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado dos períodos findos em 30 de Junho de 2022, 31 de Dezembro de 2021 e 30 Junho de 2021

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de justo valor	Outras Reservas, Resultados Transitados e Outro Rendimento Integral	Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	844 769	8 796	108 773	(1 391)	(383 292)	1 641	579 296	18 793	598 089
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	844 769	8 796	108 773	(1 391)	(383 292)	1 641	579 296	18 793	598 089
Outros movimentos registados directamente no capital próprio (ver Notas 34 e 37):									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	1 962	-	-	1 962	(164)	1 798
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	1	-	1	-	1
Diferenças de câmbio, líquidas de imposto	-	-	-	-	5 617	-	5 617	1 556	7 173
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	6 216	-	6 216	-	6 216
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	2 292	2 292	917	3 209
Total do rendimento integral do período	-	-	-	1 962	11 834	2 292	16 088	2 309	18 397
Constituição de reservas (ver Nota 33)	-	-	-	-	1 641	(1 641)	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2021	844 769	8 796	108 773	571	(369 817)	2 292	595 384	21 102	616 486
Saldo em 1 de Julho de 2021	844 769	8 796	108 773	571	(369 817)	2 292	595 384	21 102	616 486
Outros movimentos registados directamente no capital próprio (ver Notas 34 e 37):									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	(2 497)	-	-	(2 497)	(277)	(2 774)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio, líquidas de imposto	-	-	-	-	(5 345)	-	(5 345)	(1 355)	(6 700)
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(909)	-	(909)	-	(909)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	1 260	1 260	(113)	1 147
Total do rendimento integral do período	-	-	-	(2 497)	(6 254)	1 260	(7 491)	(1 745)	(9 236)
Juros de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(403)	(403)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	844 769	8 796	108 773	(1 926)	(376 071)	3 552	587 893	18 954	606 847
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	844 769	8 796	108 773	(1 926)	(376 071)	3 552	587 893	18 954	606 847
Outros movimentos registados directamente no capital próprio (ver Notas 34 e 37):									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	(7 308)	-	-	(7 308)	(113)	(7 421)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio, líquidas de imposto	-	-	-	-	12 467	-	12 467	3 123	15 590
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	8 134	-	8 134	-	8 134
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	(4 524)	(4 524)	50	(4 474)
Total do rendimento integral do período	-	-	-	(7 308)	20 601	(4 524)	8 769	3 060	11 829
Constituição de reservas (ver Nota 33)	-	-	-	-	3 552	(3 552)	-	-	-
Reembolso de outros instrumentos de capital (ver Nota 33)	-	-	(3 731)	-	-	-	(3 731)	-	(3 731)
Saldo em 30 de Junho de 2022	844 769	8 796	105 042	(9 234)	(351 918)	(4 524)	592 931	22 014	614 945

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados dos períodos findos em 30 de Junho de 2022 e 2021

		(milhares de euros)	
	Notas	30.06.2022	30.06.2021
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		37 331	39 769
Juros e custos pagos		(21 030)	(10 996)
Serviços e comissões recebidas		12 806	26 975
Serviços e comissões pagas		(3 043)	(2 684)
Recuperações de créditos		530	7 702
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(35 370)	(30 105)
		(8 776)	30 661
<i>Variação nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em Bancos Centrais		724	306
Activos e passivos financeiros de negociação		(7 226)	(69 138)
Aplicações em instituições de crédito		28 551	106 814
Recursos de instituições de crédito		124 405	227 463
Crédito a clientes		(120 697)	(145 247)
Recursos de clientes e outros empréstimos		(205 875)	(107 681)
Derivados de cobertura		-	151
Outros activos e passivos operacionais		13 771	22 421
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		(175 123)	65 750
Impostos sobre os lucros pagos		(3 212)	(2 353)
		(178 335)	63 397
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		-	500
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		-	1
Compra de investimentos em títulos		(196 663)	(254 525)
Venda e reembolsos de investimentos em títulos		114 995	138 707
Compra de imobilizações		(1 225)	(254)
		(82 893)	(115 571)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de obrigações e outros passivos titulados	29	446 622	11 241
Reembolso de obrigações e outros passivos titulados	29	(572)	(11 297)
Reembolso de outros instrumentos de capital	29	(3 731)	-
		442 319	(56)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		181 091	(52 230)
Caixa e equivalentes no início do exercício		485 806	491 314
Caixa e equivalentes no fim do exercício		666 897	439 084
		181 091	(52 230)
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	17	7	
Disponibilidades em bancos centrais	17	634 047	420 863
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	34 858	21 486
(-) Reservas Mínimas	17	(2 015)	(3 265)
Total		666 897	439 084

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

2. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Haitong Bank, S.A.

NOTA 1 – ACTIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

O **Haitong Bank, S.A. (Banco ou Haitong Bank)** é um banco de investimento com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

A Instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em Fevereiro de 1983 como um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L.. No exercício de 1986 a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A..

Com o objectivo de alargar o âmbito da actividade, a Instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimento, através da Portaria n.º 366/92 de 23 de Novembro, publicada no Diário da República - II Série – n.º 279, de 3 de Dezembro. O início das actividades de Banco de Investimento, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de Abril de 1993.

No exercício de 2000, o Banco Espírito Santo, S.A. adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a reflectir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

Em 3 de Agosto de 2014, na sequência da aplicação pelo Banco de Portugal ao Banco Espírito Santo, S.A. de uma medida de resolução, o Banco passou a ser detido pelo Novo Banco, S.A..

Em Setembro de 2015, a Haitong Internacional Holdings Limited adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento, tendo a denominação social do Banco sido alterada para Haitong Bank, S.A..

Presentemente o Haitong Bank opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres, Varsóvia, Macau e Madrid, assim como através das suas subsidiárias no Brasil e Polónia.

As demonstrações financeiras do Haitong Bank são consolidadas pelo Haitong International Holdings Limited, com sede no Li Po Chun Chambers, n.º 189, Des Voeux Road Central, em Hong Kong.

A estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação, apresenta-se como segue:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
Haitong Bank SA	1983	-	Portugal	Banca	100%	Integral
Haitong Global Asset Management SGOIC S.A.	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100%	Integral
Haitong Ancillary Services Sp Zoo	2004	2021	Polónia	Serviços Bancários Auxiliares	100%	Integral
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	2000	2000	Brasil	Banca de investimento	80%	Integral
FI Multimercado Treasury	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80%	Integral
Haitong Negócios S.A.	2004	2004	Brasil	Gestão de activos	80%	Integral
Haitong do Brasil DTVM, SA	2009	2010	Brasil	Gestão de activos	80%	Integral
Haitong Securities do Brasil S.A.	2000	2000	Brasil	Corretagem	80%	Integral

O Haitong Bank iniciou em 2013 um plano de simplificação do seu grupo. No âmbito desse processo foram tomadas diversas medidas, incluindo a alienação e a fusão de diversas participações. O processo de simplificação manteve-se ao longo do primeiro semestre de 2022, sendo as principais alterações à estrutura do grupo apresentadas abaixo.

Subsidiárias

- Em Janeiro de 2022 o Haitong Bank S.A. deu início ao processo de liquidação da Haitong Ancillary Services Sp Zoo.
- Em Janeiro de 2022, o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital da Fundo FI Multimercado Treasury, a que correspondeu um investimento de 15 000 milhares de reais.
- Em Março de 2022, o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital da Fundo FI Multimercado Treasury, a que correspondeu um investimento de 70 000 milhares de reais.

Durante o primeiro semestre de 2022, os movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias e associadas detalham-se como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2022	
	Aquisições	
	Outros Investimentos (a)	Total
Empresas subsidiárias		
FI Multimercado Treasury	15 704	15 704
Total	15 704	15 704

(a) Aumentos de capital, prestações suplementares e suprimentos

Durante o exercício de 2021, os movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias e associadas detalham-se como segue:

	(milhares de euros)				
	31.12.2021				
	Aquisições			Vendas	
	Valor de aquisição	Outros Investimentos (a)	Total	Outros Reembolsos (b)	Total
Empresas subsidiárias					
Haitong Ancillary Services Sp Zoo	500	-	500	-	-
FI Multimercado Treasury	-	4 883	4 883	-	-
	500	4 883	5 383	-	-
Empresas associadas					
Fundo Espírito Santo IBERIA I	-	-	-	1	1
Total	500	4 883	5 383	1	1

(a) Aumentos de capital, prestações suplementares e suprimentos

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal (revogado pelo Aviso do Banco de Portugal, n.º 5/2015), as demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank, S.A., (Banco, Haitong Bank ou Grupo) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank agora apresentadas reportam-se ao período findo em 30 de junho de 2022 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 30 de junho de 2022. Estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são apresentadas em conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e não incluem toda a informação requerida para as demonstrações financeiras completas anuais.

O Grupo adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os períodos que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2022. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os outros activos financeiros, passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico. Os activos não correntes detidos para venda e activos de unidades em descontinuação são registados ao menor valor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 24 de agosto de 2022.

2.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, proveitos e custos do Haitong Bank e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo Haitong Bank), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando tem o poder de dirigir as actividades relevantes da entidade, e está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo adquire o controlo até à data em que o controlo termina.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- Intercâmbio de pessoal de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respectivo *goodwill* determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

Goodwill

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adoptada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas no período entre 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2009 foram registadas pelo Grupo pelo método da compra. O custo de aquisição equivalia ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionados dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representava a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, e conforme o IFRS 3 – *Business Combinations*, o Grupo mensura o *goodwill* como a diferença entre o justo valor do custo de aquisição da participação, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos activos adquiridos e passivos assumidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos directamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, o Grupo reconhece como interesses que não controlam os valores correspondentes à proporção do justo valor dos activos adquiridos e passivos assumidos sem a respectiva parcela de *goodwill*. Assim, o *goodwill* reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos accionistas do Banco.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o valor de mercado deduzido dos custos de venda. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados com base numa taxa que reflecte as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio.

Transações com interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do Haitong Bank.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio médias do exercício;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não iniciem existência de imparidade.

2.3. OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados.

2.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.4.1 CLASSIFICAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS

No reconhecimento inicial, os activos financeiros são classificados numa das seguintes carteiras:

- a) Activos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Activos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - i. Activos financeiros detidos para negociação
 - ii. Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados
 - iii. Activos financeiros designados ao justo valor através de resultados

A classificação e mensuração dos activos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

- a) Activos financeiros pelo custo amortizado

Um activo financeiro é classificado na categoria de “Activos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. é gerido com um modelo de negócio cujo objectivo é manter activos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e
- ii. as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito, Crédito a clientes e títulos de dívida.

b) Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um activo financeiro é classificado na categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. é gerido com um modelo de negócio cujo objectivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos activos financeiros e a sua venda, e
- ii. as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Adicionalmente, no reconhecimento inicial de um instrumento de capital, que não seja detido para negociação, nem uma retribuição contingente por um adquirente numa concentração de actividades à qual se aplica a IFRS 3, o Grupo pode optar irrevogavelmente por classificá-lo na categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”. Esta opção é exercida numa base casuística, investimento a investimento e apenas está disponível para os instrumentos financeiros que cumpram com a definição de instrumentos de capital disposta na IAS 32, não podendo ser utilizada para os instrumentos financeiros cuja classificação como instrumento de capital na esfera do emitente seja efectuada ao abrigo das excepções previstas nos parágrafos 16A a 16D da IAS 32. O Banco não adoptou esta opção irrevogável prevista na IAS 32, tendo classificado nesta categoria apenas títulos de dívida.

c) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Um activo financeiro é classificado na categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” se o modelo de negócio definido pelo Grupo para a sua gestão ou devido às características dos seus fluxos de caixa contratuais não sejam apropriados para que sejam classificados nas categorias anteriores.

Adicionalmente, o Grupo pode designar irrevogavelmente um activo financeiro, que cumpra os critérios para ser classificado na categoria de “Activos financeiros pelo custo amortizado” ou de “Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (accounting mismatch), que de outra forma resultaria da mensuração de activos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases. O Banco não adoptou esta opção irrevogável, tendo classificado nesta categoria:

- activos financeiros na sub-categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de resultados - Activos financeiros detidos para negociação”, quando sejam:
 - i. originados ou adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo;
 - ii. parte de um grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para os quais existe evidência de acções recentes com o objectivo de obter ganhos no curto prazo;
 - iii. instrumentos derivados que não cumpram com a definição de contracto de garantia financeira nem tenham sido designados como instrumentos de cobertura.

- activos financeiros na sub-categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de resultados- activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados”, quando sejam:
 - i. instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa não dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que sejam apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).
 - ii. instrumentos de capital, que não se classifiquem como detidos para negociação.

Os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras, são reconhecidos na rubrica de “Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados” da demonstração de resultados.

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de activos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, esta não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do activo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos activos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter activos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos activos financeiros (SPPI)

Se um activo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), o Grupo determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos activos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excepcionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros serão registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos ao justo valor através de resultados, os custos de transacção directamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados.

Os custos de transacção são definidos como gastos directamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um activo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Grupo não tivesse efectuado a transacção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, o Grupo valoriza os activos financeiros ao custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral, ao justo valor através de resultados ou ao custo.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (bid-price). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias incorporam igualmente o

risco de crédito próprio e da contraparte. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efectiva da transacção sobre o valor contabilístico bruto da transacção (excepto no caso de activos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade).
- b) As restantes alterações de valor serão reconhecidas como receita ou despesa quando o instrumento for desreconhecido do balanço, quando for reclassificado, e no caso de activos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos de recuperação.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) As variações no justo valor são registadas directamente em resultados, separando entre a parte atribuível aos rendimentos do instrumento, que se regista como juros ou como dividendos segundo a sua natureza, e o resto, que se regista como resultados na rubrica correspondente.
- b) Os juros relativos a instrumentos de dívida são calculados aplicando o método da taxa de juro efectiva.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros têm procedimento igual ao dos activos ao custo amortizado.
- b) As diferenças cambiais são reconhecidas em resultados.
- c) As perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados.
- d) As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Assim, quando um instrumento de dívida é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral, os valores reconhecidos no resultado do período são os mesmos que os que seriam reconhecidos se mensurados pelo custo amortizado.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do exercício.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um activo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do Activo financeiro em conformidade com a política adoptada pelo Banco, o Banco recalcula o valor bruto do activo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do activo financeiro é recalculado como o valor actual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

Reclassificações entre carteiras de instrumentos financeiros

Somente se o Grupo decidisse mudar o seu modelo de negócio para a gestão de uma carteira de activos financeiros, reclassificaria todos os activos financeiros afectados de acordo com os requisitos da IFRS 9. Esta reclassificação seria feita de forma prospectiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem da IFRS 9, geralmente as mudanças no modelo de negócio ocorrem com muito pouca frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre carteiras.

Política de desreconhecimento

O Banco desreconhece um activo financeiro nas seguintes situações:

- a) quando transfere esse activo e, na sequência dessa transferência, todos os riscos e benefícios desse activo são

transferidos para outra entidade quando se verifica uma modificação considerada significativa nos termos e condições desse activo;

- b) quando se verifica uma modificação considerada significativa nos termos e condições desse activo, ou uma mudança significativa na estrutura dos mutuários dentro do instrumento;
- c) quando se verifica uma modificação considerada significativa nos termos e condições desse activo.

Crédito abatido ao activo (Write-off)

O Grupo reconhece um crédito abatido ao activo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um activo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as acções de recuperação desenvolvidas pelo Grupo se revelarem infrutíferas. Os créditos abatidos ao activo são reconhecidos em contas extrapatrimoniais.

Activos financeiros adquiridos ou originados em imparidade de crédito

Os activos financeiros adquiridos ou originados em imparidade (POCI) são activos que apresentam evidências objectivas de imparidade no momento do seu reconhecimento inicial. Um activo financeiro está em imparidade se um ou mais eventos tiverem ocorrido com um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo.

Os dois eventos que levam à origem de uma exposição POCI são apresentados como segue:

- activos financeiros originados na sequência de um processo de recuperação, em que se tenham verificado modificações nos termos e condições do contracto original, o qual apresentava evidências objectivas de imparidade, que tenham resultado no seu desreconhecimento e no reconhecimento de um novo contracto que reflecte as perdas de imparidade incorridas;
- activos financeiros adquiridos com um desconto significativo, na medida em que a existência de um desconto significativo reflecte as perdas de imparidade incorridas no momento do seu reconhecimento inicial.

No reconhecimento inicial, os POCI não têm imparidade. Em vez disso, as perdas de imparidade esperadas ao longo da vida são incorporadas no cálculo da taxa de juro efectiva. Consequentemente, no reconhecimento inicial, o valor contabilístico bruto do POCI (saldo inicial) é igual ao valor contabilístico líquido antes de ser reconhecido como POCI (diferença entre o saldo inicial e o total de cash flows descontados).

Imparidade de activos financeiros

O Grupo determina perdas por imparidade para os instrumentos de dívida que são mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como para outras exposições que tenham risco de crédito associado tais como garantias bancárias e compromissos assumidos.

Os requisitos da norma IFRS 9 têm como objetivo o reconhecimento de perdas esperadas das operações, avaliadas em base individual e coletiva, tendo em consideração todas as informações razoáveis, fiáveis e devidamente fundamentadas que estejam disponíveis em cada data de reporte, incluindo ainda informação numa perspetiva prospectiva (forward looking).

As perdas por imparidade dos instrumentos de dívida que estão mensurados ao custo amortizado são reconhecidas por contrapartida de uma rubrica de imparidades acumuladas de balanço, que reduz o valor contabilístico do ativo. O Grupo reconhece as perdas por imparidade em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral contra a reserva de justo valor, pelo que o seu reconhecimento não reduz o valor de balanço dos instrumentos.

As perdas por imparidade das exposições que tenham risco de crédito associado e que não sejam instrumentos de dívida são registadas como uma provisão na rubrica de Provisões no passivo do balanço. As dotações e reversões são registadas na rubrica de Provisões líquidas de anulações da demonstração de resultados.

Modelo de Imparidade

Nos termos da norma IFRS 9, o Grupo determina as perdas de crédito esperadas (*expected credit losses*, ou ECL) através de um modelo prospectivo, que considera as perdas de crédito ao longo da vida dos instrumentos financeiros. Assim, na determinação da ECL são levados em conta fatores macroeconômicos, assim como outras informações prospectivas, cujas alterações impactam as perdas esperadas.

Os instrumentos sujeitos a imparidade são divididos em três estágios tendo em consideração a evolução do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, conforme segue:

- **Estágio 1 – *Performing***: ativos financeiros para os quais não se verificou um aumento significativo do risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Neste caso, a imparidade refletirá perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte;
- **Estágio 2 – *Under Performing***: ativos financeiros para os quais ocorreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais ainda não existe evidência objetiva de imparidade. Neste caso, a imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento;
- **Estágio 3 – *Non Performing***: ativos financeiros para os quais existe evidência objetiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas de crédito. Neste caso, o montante de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.

O modelo coletivo de imparidade implementado pelo Grupo é aplicável a todos os instrumentos financeiros classificados em Estágio 1, que não apresentem quaisquer sinais de alerta (classificados em Estágio 1), e para determinar as perdas mínimas de crédito esperadas ao longo da vida útil dos contratos no caso de exposições com aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais não existe evidência objetiva de imparidade (classificados em Estágio 2).

Adicionalmente, os vinte maiores devedores empresariais (*corporate*) do Grupo são sujeitos anualmente à análise individual, com vista à confirmação de que não apresentam sinais de alerta prévios que possam suscitar a transferência para Estágio 2.

As exposições em Estágio 2 são analisadas individualmente, confirmando-se que não se verificam os elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor e os eventos considerados pela CRR (Capital Requirements Regulation) na definição de incumprimento e pela norma IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para Estágio 3. As exposições que se confirme a sua adequada classificação em Estágio 2 ficam sujeitas à aplicação de uma taxa de imparidade correspondente ao período de vida previsto do instrumento financeiro, através da utilização de um modelo de imparidade coletiva *lifetime*.

No momento do seu reconhecimento inicial, os instrumentos são alocados em Estágio 1, exceto para instrumentos originados ou adquiridos com evidência objetiva de imparidade (*Purchased or originated credit impaired* - "POCI"), que são alocados no Estágio 3. Nas datas de reporte subsequentes, é realizada uma avaliação da alteração do risco de crédito durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Uma mudança no risco de crédito pode resultar numa transferência de Estágio 1 para o Estágio 2 ou Estágio 3. Enquanto o risco de crédito de um instrumento financeiro for baixo, ou não tiver sofrido um aumento significativo desde o momento de reconhecimento inicial, mantém-se em Estágio 1 com uma perda de crédito esperada a 12 meses. Caso contrário, se se verificar um incremento significativo do risco de crédito face ao momento de reconhecimento inicial, procede-se a uma transferência para Estágio 2 e, conseqüentemente, ao reconhecimento da perda de crédito esperada durante o período de vida residual do instrumento. A transferência para Estágio 3 ocorre mediante uma evidência objetiva de imparidade.

No momento em que um instrumento financeiro deixa de ser considerado como tendo evidência objetiva de imparidade (Estágio 3), é reclassificado para Estágio 2. É assumido que, quando um ativo financeiro recupera de Estágio 3, continua a evidenciar um aumento significativo no risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial e, portanto, deve ser reconhecido em Estágio 2. A partir dessa data, a imparidade continuará a ser reconhecida com base em perdas de crédito esperadas durante o período de vida residual do instrumento.

Foi estabelecido um período de quarentena para os instrumentos financeiros que deixem de estar classificados em Estágio 3, o qual está definido como 3 meses desde que o devedor deixa de apresentar incumprimento de crédito material superior a 90 dias, se aplicável, e sem indícios de reduzida probabilidade de pagamento. No entanto, o período de quarentena para exposições reestruturadas por dificuldades financeiras é mais longo (12 meses). Refira-se ainda que as exposições reestruturadas por dificuldades financeiras devem cumprir um período mínimo de 24 meses para serem reclassificadas para Estágio 1.

A Nota 38 – Gestão dos Riscos de Atividade revela os inputs do modelo de imparidade coletiva do Grupo, bem como os ajustamentos realizados para incorporação de informação prospectiva.

Cálculo das Perdas de Crédito Esperadas

De acordo com a norma IFRS 9, a perda de crédito esperada para ativos financeiros é o valor presente da diferença entre (1) os fluxos de caixa contratuais que são devidos a uma entidade ao abrigo do contrato, e (2) os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

É necessário reconhecer imparidade para ativos financeiros mensurados com base no custo amortizado (AC) ou ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI). Assim sendo, os tipos de ativos financeiros para os quais deve ser constituída imparidade serão os seguintes:

- Empréstimos e adiantamentos a clientes;
- Aplicações em instituições de crédito;
- Instrumentos de dívida;
- Devedores e outras contas a receber;
- Caixa e equivalentes de caixa.

Adicionalmente, de acordo com a norma IFRS 9, o Grupo inclui no cálculo das perdas de crédito esperadas as garantias prestadas e compromissos assumidos, bem como outros ativos.

As perdas de crédito esperadas são estimativas de perdas de crédito determinadas da seguinte forma:

- Ativos financeiros sem sinais de imparidade na data de reporte (Estágio 1 – *Performing*): correspondem às perdas de crédito esperadas que resultem de um evento de *default* que poderá ocorrer num período de 12 meses após a data de reporte (perdas de crédito esperadas a 12 meses).
- Ativos financeiros com um aumento significativo do risco de crédito ou com imparidade na data de reporte (Estágio 2 – *Under Performing* e Estágio 3 – *Non Performing*): correspondem às perdas de crédito esperadas *lifetime* apuradas mediante cálculo da diferença entre o valor contabilístico bruto e a perda dado o incumprimento, ponderada pela probabilidade de incumprimento no caso das exposições classificadas em Estágio 2.
- Compromissos de crédito não utilizados: o montante dos compromissos de crédito não utilizados à data de referência multiplicado pelo fator de conversão de crédito, probabilidade de incumprimento e a perda dado o incumprimento;
- Garantias financeiras: o valor atual dos reembolsos esperados menos os montantes que o Grupo espera recuperar.

Aumento significativo do risco de crédito

No âmbito da norma IFRS 9, de forma a determinar se ocorreu um aumento significativo de risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial do instrumento financeiro, o Grupo considera toda a informação relevante e que se encontre disponível sem implicar custos ou esforços indevidos.

O Grupo identifica a ocorrência de um aumento significativo de risco de crédito de uma exposição através de três abordagens: (i) comparação entre o rating atual e o rating no momento de reconhecimento inicial do contrato, considerando-se uma deterioração igual ou superior a quatro notches (ii) identificação de sinais de alerta definidos internamente (*warning signals*) e (iii) avaliação de sinais de alerta prévios (*early warning signals*), a fim de detetar eventos e/ou circunstâncias que possam indicar um aumento significativo do risco de crédito (*significant increase in credit risk* ou “SICR”).

Os sinais de alerta internos são os seguintes: (i) clientes com crédito vencido há mais de 30 dias; (ii) clientes em disputa na Central de Risco de Crédito (CRC) do Banco de Portugal; (iii) exposições reestruturadas por dificuldades financeiras do devedor (sem indícios de reduzida probabilidade de pagamento); (iv) dívidas à Administração Fiscal, Segurança Social e/ou a empregados, em situação de incumprimento; (v) clientes com sinais de alerta ativados nos últimos três meses; e (vi) outras situações pontuais/excepcionais (*ad-hoc*). O Grupo identifica o aumento significativo de risco de crédito nas seguintes circunstâncias: (a) todos os devedores com um dos *triggers* (i), (iii), (v) e (vi) ativados; e (b) devedores com *triggers* (ii) e (iv) ativados simultaneamente.

A avaliação de sinais de alerta prévios inclui a revisão anual em sede de Comité de Imparidade e Comissão Executiva das 20 maiores exposições produtivas, com o intuito de confirmar que os clientes mais significativos não demonstram qualquer sinal de alerta que provoque uma reclassificação para Estágio 2.

O Grupo implementou o procedimento de preparar trimestralmente para clientes classificados em Estágio 1 um questionário denominado “*Questionário Early Warning Signals*” que visa identificar de forma tempestiva indicadores de aumento significativo de risco de crédito e, para clientes classificados em Estágio 1 e 2, o referido questionário permite ainda identificar de forma tempestiva indicadores que possam traduzir uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor cumprir na íntegra as suas obrigações de crédito, indiciando créditos em situação de imparidade.

De acordo com os procedimentos internos definidos pelo Grupo, quando existe um aumento significativo no risco de crédito de um devedor, os instrumentos financeiros são sujeitos a análise individual de imparidade, confirmando-se que não se verificam os elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor e os eventos considerados pela CRR na definição de incumprimento e pela norma IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para Estágio 3. As exposições que se confirme a sua adequada classificação em Estágio 2 ficam sujeitas à aplicação de uma taxa de imparidade correspondente ao período de vida previsto do instrumento, através da utilização de um modelo de imparidade coletiva *lifetime*, determinando a taxa de imparidade mínima em instrumentos financeiros.

Definição de incumprimento

No âmbito da norma IFRS 9, o Grupo considera os seus ativos financeiros como estando em incumprimento aplicando a mesma definição usada para efeitos prudenciais. Assim, o Grupo Haitong Bank define incumprimento quando se verifica pelo menos um dos seguintes critérios: 1) exposições materialmente relevantes vencidas há mais de 90 dias; 2) não ser provável o reembolso integral das obrigações de crédito do cliente, sem execução de garantias; e 3) quando 20% da exposição a um devedor está em incumprimento, a restante exposição é classificada em situação de incumprimento (*pulling effect*).

São considerados os seguintes critérios para identificar a existência de indícios de reduzida probabilidade de pagamento: i) reestruturações urgentes; ii) clientes com crédito abatido ao ativo (capital e juros); iii) venda de obrigação de crédito com perda económica materialmente relevante (superior a 5%); iv) colocação do devedor em situação de falência e/ou processo de insolvência; v) quando os juros deixam de ser reconhecidos na demonstração

de resultados do grupo (em todo ou parte); e vi) outras condições (*ad-hoc*) que possam sugerir uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor.

A definição de incumprimento adotada pelo Grupo cumpre com o artigo 178º do Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, quanto aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento, incluindo a definição da Autoridade Bancária Europeia (“EBA”) para exposições não produtivas (“NPE”), de acordo com o relatório final sobre a aplicação da definição de incumprimento (EBA/GL/2016/07).

Definição de exposições diferidas

A definição interna de exposições diferidas, i.e., que foram objeto de medidas de reestruturação por dificuldades financeiras do devedor (*forbearance*) segue as orientações do Banco Central Europeu (BCE), que consiste na necessidade em estabelecer acordos com um devedor que esteja a enfrentar, ou prestes a enfrentar, dificuldades em cumprir com os seus compromissos financeiros (“dificuldades financeiras”). Uma exposição só pode ser tratada como diferida (*forborne*) se o devedor estiver a atravessar dificuldades financeiras que tenham levado o Banco a fazer algum tipo de concessão.

Uma concessão pode envolver uma perda para o Banco e deve referir-se a uma das seguintes ações:

- (i) uma alteração aos termos e condições anteriores de um contrato aos quais o devedor é considerado incapaz de cumprir devido a dificuldades financeiras que resultam em capacidade insuficiente de obedecer ao serviço da dívida e que não seria concedida se o devedor não estivesse a enfrentar tais dificuldades;
- (ii) um refinanciamento total ou parcial de um contrato de dívida problemático, que não teria sido concedido se o devedor não estivesse a enfrentar dificuldades financeiras.

Ao conceder medidas de reestruturação a exposições produtivas com aumento significativo do risco de crédito, o Banco avalia se essas medidas podem levar a uma reclassificação dessa exposição para não produtiva, estando essa avaliação sujeita ao cumprimento das seguintes condições:

- a) caso a diferença entre o valor atual líquido dos fluxos de caixa antes e depois do acordo de reestruturação exceda um determinado limite (1%), a exposição passa a ser considerada como não produtiva;
- b) caso se apliquem outros indicadores que possam suscitar uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor.

A definição de exposições diferidas seguida pelo Grupo acompanha as orientações sobre créditos não produtivos dirigidas a instituições de crédito publicadas pelo Banco Central Europeu em março de 2017, as quais abordam o conceito de exposições diferidas, bem como a identificação oportuna e apropriada de exposições diferidas divulgada na Carta Circular CC/2018/00000062 do Banco de Portugal (de Novembro de 2018), a qual aborda os critérios de referência para mensuração de perdas de crédito esperadas no contexto da aplicação da norma IFRS 9.

2.4.2 Contabilidade de cobertura

O Grupo designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efectiva;
- a efectividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;

- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro;
- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do período, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

Efectividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IFRS 9, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, demonstrando que as variações do justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por variações de justo valor do elemento coberto na parcela atribuída ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. A cobertura é efectuada através de um instrumento cambial forward. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do período. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

2.4.3 PASSIVOS FINANCEIROS

Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado;
- Passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Classificação

Os passivos financeiros classificados na categoria de "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados" incluem:

- a) Passivos financeiros detidos para negociação

Nesta rubrica são classificados os passivos emitidos com o objectivo de recompra no curto prazo, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado.

b) Passivos financeiro designados ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option")

O Grupo pode designar irrevogavelmente um passivo financeiro ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se for cumprida pelo menos uma das seguintes condições:

- o passivo financeiro é gerido, avaliado e reportado internamente ao seu justo valor; ou
- a designação elimina ou reduz significativamente o "mismatch" contabilístico das transacções.

Os produtos estruturados emitidos pelo Grupo, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo na determinação do próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registada em resultados.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Considerando que as transacções efectuadas pelo Grupo no decurso normal da sua actividade são em condições de mercado, os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial.

As variações subsequentes de justo valor destes passivos financeiros são reconhecidas da seguinte forma:

- a variação do justo valor atribuível a alterações do risco de crédito do passivo é reconhecida em outro rendimento integral;
- o valor remanescente da variação no justo valor é reconhecido em resultados.

A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na rubrica de "Juros e custos equiparados" com base na taxa de juro efectiva de cada transacção.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Classificação

Os passivos que não foram classificados ao justo valor através de resultados são mensurados ao custo amortizado.

A categoria de "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui Recursos de instituições de crédito, Recursos de clientes e Responsabilidades representadas por títulos.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Os juros dos passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de "Juros e custos similares", com base no método da taxa de juro efectiva.

Reclassificação entre categorias de passivos financeiros

Não são permitidas reclassificações de passivos financeiros.

Desreconhecimento de passivos financeiros

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

2.4.4 RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de “Juros e proveitos similares” ou “Juros e custos similares” (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em margem financeira.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os proveitos com juros reconhecidos em resultados associados a contractos classificados no stage 1 ou stage 2 são apurados aplicando a taxa de juro efectiva de cada contracto sobre o seu valor de balanço bruto. O valor de balanço bruto de um contracto é o seu custo amortizado, antes da dedução da respectiva imparidade. Para os activos financeiros incluídos no stage 3, os juros são reconhecidos em resultados com base no seu valor de balanço líquido (deduzido de imparidade). O reconhecimento de juros é realizado sempre de forma prospectiva, i.e. para activos financeiros que entrem em stage 3 os juros são reconhecidos sobre o custo amortizado (líquido de imparidade) nos períodos subsequentes.

Para activos financeiros originados ou adquiridos em imparidade de crédito (POCI) a taxa de juro efectiva reflecte as perdas de crédito esperadas na determinação dos fluxos de caixa futuros expectáveis a receber do activo financeiro.

2.4.5 GARANTIAS FINANCEIRAS

São considerados como garantias financeiras os contractos que requerem que o seu emitente efectue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respectivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contracto de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Grupo normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contracto. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente nulo tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

2.5. ACTIVOS CEDIDOS COM ACORDO DE RECOMPRA E EMPRÉSTIMO DE TÍTULOS

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença

entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística aplicável. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.6. INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i. se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar activos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii. se o instrumento for ou puder ser liquidado com instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro activo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.7. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E ACTIVOS DE UNIDADES EM DESCONTINUAÇÃO

Activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de efectuar uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável, de acordo com o definido na IFRS 5. Para que a venda seja altamente provável, o Grupo deve dispor de um plano aprovado pelo órgão de administração adequado, bem como deve ser expectável que a venda se qualifique para desreconhecimento como venda concluída até um ano após a data da classificação.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.9. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Os outros activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens.

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em imóveis arrendados	5 a 10
Equipamento informático	3 a 8
Instalação de interiores	5 a 12
Mobiliário e material	3 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4 a 5
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.10. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 8 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.11. CONTRATOS DE LOCAÇÃO (IFRS 16)

Conforme estabelecido na IFRS 16, no início de um contrato, o Grupo avalia se é ou contém uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlar o uso de um activo identificado por um período de tempo em troca de uma prestação. Para avaliar se um contrato transmite o direito de controlar o uso de um activo identificado, o Grupo avalia se:

- o contrato envolve o uso de um activo identificado – este activo poderá ser explícita ou implicitamente especificado, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um activo fisicamente distinto. Se o locador detiver um direito de substituição relevante, então o activo não é identificado;

- o Grupo tem o direito de obter a maioria dos benefícios económicos do uso do activo durante o período contratado; e
- o Grupo tem o direito de direccionar o uso do activo. O Grupo tem esse direito quando possui os direitos de decisão que são mais relevantes para alterar como e para que finalidade o activo é usado. Em casos raros em que a decisão sobre como e para que finalidade o activo é usado é predeterminada, o Grupo tem o direito de direccionar o uso do activo se:
 - o Grupo tem o direito de operar o activo; ou
 - o Grupo desenhou o activo de uma maneira que predetermina como e com que finalidade o mesmo irá ser usado.

Esta política é aplicada aos contractos celebrados, ou alterados, em ou após 1 de Janeiro de 2019.

Conforme previsto na IFRS 16, o Grupo optou por não aplicar os requisitos desta norma aos contractos de locação a curto prazo, menor ou igual a um ano, e aos contractos de locação em que o activo subjacente tenha baixo valor (até 5 000 €).

Como locatário

O Grupo reconhece um activo de direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação. O activo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial do passivo de locação ajustado por quaisquer pagamentos feitos até a data de início, adicionado de quaisquer custos directos iniciais incorridos e uma estimativa de custos para desmontar e remover o activo subjacente ou para restaurar o Activo subjacente ou o local no qual está localizado, menos quaisquer incentivos de locação recebidos.

O activo de direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear desde a data de início até ao fim da vida útil do activo de direito de uso ou o término do prazo da locação. As vidas úteis estimadas dos activos de direito de uso são determinadas na mesma base das propriedades e equipamentos. Adicionalmente, o activo do direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, se aplicável, e ajustado para remensurações efectuadas ao passivo de locação.

O passivo de locação é mensurado, na data de início de um contracto, ao valor presente dos pagamentos da locação que não são efectuados nessa data. Os pagamentos da locação deverão ser descontados usando a taxa de juro implícita do contracto de locação ou, se essa taxa não puder ser imediatamente determinada, a taxa incremental de financiamento do Grupo. Geralmente, o Grupo usa a taxa incremental de financiamento do Grupo como taxa de desconto.

Os pagamentos incluídos na mensuração do passivo de locação compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em espécie;
- pagamentos variáveis de renda que dependam de um índice ou taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa na data de início;
- valores esperados de serem pagos sob uma garantia de valor residual; e
- o preço de exercício sob uma opção de compra de que o Banco está razoavelmente certo de exercer, pagamentos de locação num período de renovação opcional se o Banco tiver razoável certeza de exercer uma opção de extensão e multas pela rescisão antecipada de um arrendamento a menos que o Banco esteja razoavelmente certo de não terminar mais cedo.

O passivo de locação é mensurado pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efectiva. É reavaliado quando há uma mudança nos pagamentos futuros de rendas de locação decorrentes de uma alteração em um índice ou taxa, se houver uma mudança na estimativa do Banco do montante esperado a ser pago sob uma garantia de valor residual, ou se o Banco alterar sua avaliação da possibilidade de exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão.

Quando o passivo de locação é reavaliado dessa forma, um ajuste correspondente é feito no valor contabilístico do activo de direito de uso, ou é registado no resultado se o valor contabilístico do activo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

Locações de activos de curto prazo e baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer os activos de direito de uso e os passivos de locação de bens que tenham prazo de locação de 12 meses ou menos e locações de activos de baixo valor, incluindo equipamentos de informática. O Grupo reconhece os pagamentos da locação associados a esses contractos como despesa de forma linear durante o período da locação.

Como locador

Quando o Banco actua como locador, determina, no início do contracto, se se trata de uma locação financeira ou uma locação operacional.

Para classificar cada locação, o Banco avalia globalmente se a locação transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do Activo subjacente. Se esse for o caso, a locação é uma locação financeira; se não, trata-se de uma locação operacional. Como parte dessa avaliação, o Banco considera alguns indicadores, tais como se a locação compreende a maior parte da vida económica do activo.

Quando o Banco é um locador intermediário, contabiliza os seus interesses na locação principal e na sublocação separadamente. Ele avalia a classificação de locação de uma sublocação com referência ao activo de direito de uso proveniente da locação principal, e não com referência ao activo subjacente. Se uma locação principal for uma locação de curto prazo à qual o Banco aplica a isenção descrita acima, ele classificará a sublocação como uma locação operacional.

Se um acordo contiver componentes de locação e de não locação, o Banco aplicará a IFRS 15 para alocar os montantes contratuais.

O Banco reconhece os pagamentos de locação recebidos sob locações operacionais como receita numa base linear durante o período de locação, como parte de "outras receitas". As políticas contabilísticas aplicáveis ao Banco como locador no período comparativo não são diferentes da IFRS 16. No entanto, quando o Banco se trata de um locador intermediário, as sublocações são classificadas com referência ao activo subjacente.

2.12. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Pensões

Portugal

Decorrente da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos, conforme referido na nota 14, foram constituídos fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para o Banco, através de fundos de pensões geridos pela GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

Em Portugal, existem dois planos de pensões de benefícios definidos. Um plano que decorre do ACT do sector bancário e previsto nas cláusulas 94^a a 103^a do mesmo acordo; e um plano de pensões complementar, que vigorou para os respectivos participantes e beneficiários, até 30 de dezembro de 2020 e que se mantém, a partir desta data, exclusivamente para os respetivos beneficiários e eventuais futuros beneficiários, por morte daqueles. Os planos de pensões de benefícios definidos prevêem o valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição. Em 30 de Dezembro de 2020, foi introduzido um novo plano de pensões, em regime de contribuição definida, para o qual transitaram todos os participantes ainda não pensionistas do plano complementar, tanto os que já cessaram o seu vínculo com o Haitong Bank, com direitos adquiridos, como os que se encontram no activo ao serviço do Banco.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, sendo sujeitas a uma revisão anual por atuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O juro líquido com o plano de pensões foi calculado pelo Grupo multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o juro líquido foi apurado através do custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquidas do rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Grupo reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o juro líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O juro líquido com o plano de pensões foi reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas corresponderão ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade (idade normal da reforma prevista no ACTV) e que serve de base ao cálculo atuarial das responsabilidades do fundo de pensões. Sempre que for invocada a possibilidade de reformas antecipadas prevista no regulamento do fundo de pensões, as responsabilidades do mesmo têm de ser incrementadas pelo valor do cálculo atuarial das responsabilidades correspondentes ao período que ainda falta ao colaborador para perfazer os 65 anos. Caso ocorra uma liquidação ou corte num plano de benefícios definidos, o diferencial entre (i) o valor presente da obrigação de benefícios definidos determinado à data da liquidação e (ii) o montante da liquidação, incluindo o valor de ativos do plano a transferir; é registado em “Custos com pessoal”.

O Grupo efetua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo.

O Grupo avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Restantes Geografias

Nas restantes geografias, em concreto Espanha, Reino Unido, Polónia e Brasil, o Grupo Haitong Bank suporta planos de pensões de contribuição definida. Nestes casos, as contribuições estão definidas previamente e os benefícios no momento da reforma vão depender do valor das contribuições entregues e dos rendimentos acumulados.

Benefícios de saúde

Portugal

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Decorrente da assinatura do novo Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em 5 de julho de 2016, com publicação no Boletim do Trabalho n.º 29 de 8 de agosto de 2016, as contribuições para o SAMS, a cargo do Grupo, a partir de 1 de fevereiro de 2017 passaram a corresponder a um montante fixo (conforme Anexo VI do novo ACT) por cada colaborador, 14 vezes num ano.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Restantes Geografias

Nas restantes geografias, o Grupo Haitong Bank suporta planos de assistência médica locais, complementares aos sistemas de segurança social em prática em cada geografia onde opera.

Prémio de Carreira

Em Portugal, nos termos do novo ACT, assinado em 5 de julho de 2016, está previsto o pagamento por parte do Grupo de um prémio de carreira, devido no momento imediatamente anterior ao da reforma do colaborador caso o mesmo se reforme ao serviço do Grupo, correspondente a 1,5 do seu salário no momento do pagamento.

O prémio de carreira é contabilizado pelo Grupo de acordo com a IAS 19, como outro benefício de longo prazo a empregados. Os efeitos das remensurações e custos de serviços passados deste benefício são reconhecidos em resultados do exercício.

O valor das responsabilidades do Grupo com este prémio de carreira é igualmente estimado periodicamente com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Os pressupostos atuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base na mesma metodologia descrita para as pensões de reforma.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.13. IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente decretadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver os prejuízos fiscais reportáveis e as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo procede à compensação de ativos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes ativos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efetuada ao nível de cada subsidiária, refletindo o saldo ativo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos ativos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

2.14. PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

Caso não seja possível que o pagamento venha a ser exigido, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a probabilidade da sua concretização seja remota. São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente na data de referência das demonstrações financeiras.

Uma provisão para contractos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contracto formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contracto ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.15. RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na syndicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;

Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.16. REPORTE POR SEGMENTOS

O Grupo adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver Nota 4).

Um segmento operacional é uma componente do Grupo: (i) que desenvolve actividades de negócio de que pode obter rédito e pode incorrer em gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelos principais responsáveis pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos de tomada de decisão sobre a imputação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

2.17. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.18. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito. A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. Estas estimativas foram feitas, tendo em conta a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, considerando o contexto de incerteza que resulta do impacto da Covid-19 na actual conjuntura económica. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidos nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1 PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO E DÍVIDA AO JUSTO VALOR POR OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

O Grupo efectua uma revisão periódica dos ativos financeiros ao custo amortizado e dívida ao justo valor por outro rendimento integral de forma a avaliar a existência de imparidade conforme referido na Nota 2.4.1..

Análise Individual

Atendendo às características específicas do portfolio de crédito, o Grupo decidiu que a abordagem principal para o cálculo de imparidade é a análise individual, tendo em conta fatores relevantes e particulares que podem justificar um eventual ajustamento à taxa de imparidade.

O Departamento de Gestão de Risco identifica todas as posições sujeitas à análise individual – as vinte maiores exposições *corporate* em Estágio 1, as exposições em que se verificou um aumento significativo do risco de crédito (Estágio 2) e as exposições em imparidade (Estágio 3) –, sendo estas objeto de discussão em sede de Comité de Imparidade e Comissão Executiva. No caso das exposições em Estágio 1, a análise individual é realizada com o intuito de confirmar que os maiores devedores do Banco não demonstram qualquer sinal de alerta que provoque uma reclassificação para Estágio 2. As exposições em Estágio 2 são analisadas individualmente, tendo em vista a verificação da inexistência de elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor e de eventos considerados pela CRR na definição de *default* e pela norma IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para Estágio 3.

A documentação de suporte à análise individual das operações que constam da lista de casos a discutir em Comité de Imparidade e Comissão Executiva inclui: a) informação histórica (exposição por contrato e tipo, taxas de imparidade em vigor, colaterais e respetiva valorização); e b) cenários de recuperação com cash flows esperados descontados à data atual, utilizando a taxa de juro efetiva que foi determinada no reconhecimento inicial, para obtenção das perdas esperadas para cada cenário desenvolvido.

Os cenários de recuperação são influenciados por perspetivas futuras, contemplando não apenas um cenário mais expectável, como também cenários alternativos. Para cada um dos cenários apresentados, são descritos os moldes em que os mesmos foram preparados, os respetivos pressupostos de evolução assumidos e a sua justificação, tendo por base a atividade da empresa (baseado em demonstrações financeiras históricas, eventos subsequentes e projeções financeiras quando disponíveis), o valor de colaterais (apresentando as respetivas metodologias de

avaliação), considerando a possibilidade de venda ou execução dos mesmos. Os cenários de recuperação são ponderados de acordo com a sua probabilidade estimada de ocorrência.

O processo de análise individual é assim sujeito a diversas estimativas e julgamentos, incluindo sobre as estimativas de recuperações e a valorização dos colaterais existentes.

A utilização de cenários ou metodologias alternativos e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Análise Coletiva

A avaliação de imparidade no modelo coletivo baseia-se na avaliação do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados para cada crédito, utilizando parâmetros de risco predefinidos, suportados por informação externa.

Considerando as especificidades da carteira de crédito do Grupo Haitong Bank, o modelo coletivo é suportado em informação externa para todos os principais parâmetros de risco utilizados. Os principais parâmetros utilizados são: (i) a probabilidade de incumprimento (*Probability of Default – PD*) (ii) perda dado o incumprimento (*Loss Given Default – LGD*), (iii) *Haircut* de colaterais, e (iv) fator de conversão de crédito (*Credit Conversion Factor – CCF*) para exposições fora do balanço (*off-balance exposures*).

- A probabilidade de incumprimento (PD) reflete a probabilidade de incumprimento num determinado momento. O Grupo leva em consideração as PD's da Standard & Poor's ("S&P"s) ao passo que o processo de atribuição de rating é realizado internamente com base na metodologia da S&P, o que garante o alinhamento entre a gestão interna de riscos e o processo de cálculo de imparidade.
- Perda dado o incumprimento (LGD) é a magnitude da perda no momento do incumprimento. O Grupo aplica LGD com base nas referências (*benchmarks*) da Moody's (taxas de recuperação) cobrindo um amplo período histórico.
- *Haircut* de colaterais (*collateral haircut*) é baseado nos critérios de elegibilidade e requisitos de capital regulatório (CRR).
- Fator de conversão de crédito (CCF) é baseado na CRR e o CCF aplica-se a todas as garantias e linhas de crédito (exposições fora do balanço).

O Grupo atualizou os inputs do modelo de imparidade coletiva no que se refere à incorporação de informação prospectiva, conforme informação apresentada na Nota 39 – Gestão dos Riscos de Atividade.

Os novos procedimentos e critérios considerados pelo Grupo na preparação de estimativas contabilísticas no contexto da pandemia do coronavírus ("Covid-19"), bem como a análise de impactos do Covid-19 na definição de estágio de risco IFRS 9, classificação de aumento significativo de risco de crédito ou de *default*, e definição de imparidade, estão detalhados na Nota 40 – Impacto da Pandemia Covid-19.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas, nomeadamente quantos aos efeitos da pandemia do coronavírus ("Covid-19"), poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2 IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Por outro lado, o Banco regista impostos diferidos de acordo com a política descrita na Nota 2.13, sendo os Ativos por impostos diferidos registados apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver os prejuízos fiscais reportáveis e as diferenças temporárias dedutíveis.

O histórico apuramento de prejuízos nos últimos anos justifica o exercício de uma avaliação da recuperabilidade dos Ativos por impostos diferidos, tendo presente, porém, que, tais resultados encontram-se significativamente afetados por situações extraordinárias (p.e. custos de reestruturação) que não se espera que venham a ocorrer em exercícios futuros.

A avaliação da recuperabilidade dos Ativos por impostos diferidos (incluindo a taxa a que serão realizados) foi efetuada pelo Banco com base em projeções dos seus lucros tributáveis futuros, determinadas a partir de um plano de negócios.

A estimativa dos lucros tributáveis futuros envolve um nível de julgamento significativo, no que respeita à evolução futura da atividade do Grupo e à perspectiva de realização das diferenças temporárias. Para este efeito, foram assumidos diversos pressupostos, nomeadamente, a análise de diversos cenários atendendo à incerteza sobre o tratamento fiscal de um conjunto de realidades do Grupo.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro anos, exceto no caso de ter sido efetuada qualquer dedução ou utilizado crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o exercício desse direito. Desta forma, é possível que hajam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo com impacto nas demonstrações financeiras.

3.3 PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, taxa de desconto das responsabilidades e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.4 JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O justo valor dos instrumentos cotados é o seu preço de compra corrente (bid-price). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando: (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa futuros descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias incorporam igualmente o risco de crédito próprio e da contraparte. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia resultar em valorizações diferentes daquelas reportadas.

3.5 CLASSIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO

A classificação e mensuração de activos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do teste do modelo de negócio.

O Grupo determina o modelo de negócio tendo em consideração a forma como os grupos de activos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objectivo de negócio específico. Esta avaliação requer julgamento, na medida

em que têm que ser considerados, entre outros, os seguintes aspectos: a forma como o desempenho dos activos é avaliado; os riscos que afectam o desempenho dos activos e a forma como esses riscos são geridos; e a forma de retribuição dos gestores dos activos.

O Grupo monitoriza os activos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral que sejam desreconhecidos antes da sua maturidade, para perceber os motivos subjacentes à sua alienação e determinar se são consistentes com o objectivo do modelo de negócio definido para esses activos. Esta monitorização insere-se no processo de avaliação contínua do Grupo do modelo de negócios dos activos financeiros que permanecem em carteira, para determinar se o mesmo é adequado e, caso não seja, se houve uma alteração do modelo de negócio e consequentemente uma alteração prospectiva da classificação desses activos financeiros.

NOTA 4 - REPORTE POR SEGMENTOS

4.1 DESCRIÇÃO DOS SEGMENTOS OPERACIONAIS

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes atividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

Fusões e Aquisições

A Direção de Fusões e Aquisições (F&A) presta serviços de consultoria financeira na aquisição, venda ou fusão de empresas, bem como serviços de avaliações, processos de reestruturação e estudos de viabilidade.

Mercado de Capitais

A Direção de Mercado de Capitais abrange as atividades de organização, estruturação e colocação de produtos de dívida e equity direcionados para mercado. O Banco providencia serviços a clientes corporativos, instituições financeiras, entidades estatais, empresas públicas e municípios.

A área de Debt Capital Markets (DCM) inclui a estruturação de instrumentos de dívida, sobretudo emissões domésticas e emissões cross-border, particularmente relacionadas com a China e mercados emergentes, bem como de produtos híbridos e obrigações convertíveis.

A área de Equity Capital Markets (ECM) é desenvolvida numa ótica oportunística e abrange ofertas públicas de aquisição e de subscrição e admissões à negociação.

Corporate Derivatives

A Área de Corporate Derivatives do Haitong Bank cobre várias classes de ativos nomeadamente Taxa de juro, FX e Commodities, apoiando as empresas na imunização do seu balanço contra variáveis financeiras que possam afetar adversamente os seus resultados, permitindo-lhes focar-se no seu core business e fazer o lock-in da margem nos seus produtos. Neste sentido, as empresas conseguem otimizar a sua estratégia de hedging contra a subida das taxas de juro, as variações cambiais entre pagamentos e recebimentos dos seus produtos e a fixação do preço custo/venda de matérias-primas.

Fixed Income

A Direção de Fixed Income tem como objetivo fornecer produtos e serviços diferenciados para clientes institucionais e empresas, bem como prover o Haitong Bank de uma plataforma de distribuição internacional junto de clientes institucionais. A presença em várias geografias e a combinação de capacidade de originação e distribuição estimulam a identificação de novas oportunidades, promovendo as atividades cross-border.

Composta por equipas especializadas em Trading, Sindicação e Distribuição, a Direção de Fixed Income oferece serviços de market-making de títulos de dívida corporate e soberana, distribuição internacional multiproduto e produtos tailor-made para clientes institucionais.

A Direção de Fixed Income é também responsável pela gestão de carteira de investimento do Haitong Bank de acordo com a política de investimento definida pela Comissão Executiva.

Para além do referido anteriormente, a Direção de Fixed Income Brasil tem como missão a gestão dos diversos fatores de risco aos quais o Banco esteja exposto localmente, tais como: juros pré-fixados, inflação, FX e equities, bem como os que são originados através da carteira proprietária e estratégica da mesa de operações do Banco (carteira de negociação e carteira bancária) ou através de outros gaps em fatores de risco decorrentes das atividades comerciais/Sales do Banco, seguindo as diretrizes definidos pelo Acionista e de acordo com a política de investimento aprovada pela Comissão Executiva e Conselho de Administração do Haitong Brasil.

Equities

A Direção de Equities, através de sua Sucursal de Varsóvia, oferece um serviço de execução de ordens focado em ações de emittentes europeus e de mercados emergentes, direcionado a investidores europeus.

A Direção de Equities baseia a sua atividade de negócio no research produzido pela Direção de Research na Polónia, servindo ainda de plataforma de apoio às atividades de banca de investimento da Sucursal, através da distribuição de novas emissões de equity e transações subsequentes.

Structured Finance

A Direção de Structured Finance tem como objetivo desenvolver soluções de financiamento para os seus Clientes, nomeadamente nas áreas de acquisition / leverage finance, project finance, ou financiamentos corporativos e imobiliários, bem como prestar serviços de assessoria financeira e de estruturação e arranging a operações de financiamento.

Corporate Solutions

O objetivo da Direção de Corporate Solutions é estabelecer relacionamentos com clientes em vários setores, identificar oportunidades de negócios e atrair negócios para as áreas de produto do Banco.

Esta unidade também irá monitorizar oportunidades cross-border com o objetivo de garantir uma ligação comercial entre as várias regiões geográficas do Grupo.

Tesouraria

A Direção de Tesouraria tem como objetivo garantir o nível de financiamento adequado para fazer face às necessidades de funding atuais e futuras do Banco e do Grupo, bem como manter e gerir o nível de liquidez adequado para cumprir com as responsabilidades financeiras.

Adicionalmente, a Direção de Tesouraria tem também como objetivo gerir a carteira própria de HQLA do Banco de forma eficaz e eficiente.

Private Equity

Este segmento tem por objetivo apoiar a iniciativa empresarial privada, promovendo o investimento produtivo financiado privilegiadamente por capitais próprios.

Centro Corporativo

O Centro Corporativo não corresponde a uma área de negócio; trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, função de Compliance, CEO Office, Departamento Financeiro, Clientes, entre outras.

Special Portfolio Management

O objetivo da área de Special Portfolio Management (SPM) é gerir todas as exposições com risco de crédito detidas pelo Banco que, de acordo com os critérios do IFRS9, são classificadas como não-produtivas.

A área de SPM também gere as operações de crédito nas quais o Banco está envolvido apenas como agente, no caso de operações que estejam em incumprimento ou classificadas como não-produtivas.

Outros

Inclui todos os outros segmentos existentes no modelo de Informação de Gestão do Grupo que, de acordo com o preconizado no IFRS 8, não são de individualização obrigatória (Direção de Research, Direção de Asset Management e outros centros de receita).

4.2 CRITÉRIOS DE IMPUTAÇÃO DA ACTIVIDADE E RESULTADOS AOS SEGMENTOS

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pelo IFRS 8.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 2.

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Grupo utiliza o resultado antes de impostos como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Estruturas do Haitong Bank dedicadas ao Segmento

A actividade do Haitong Bank abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais dedicadas ao segmento, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos activos neles originados; (ii) da imputação dos custos directos das estruturas comerciais e centrais dedicadas ao segmento (iii) da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos) determinados com base em 7 parâmetros específicos e no modelo interno de Informação de Gestão; (iv) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o modelo da imparidade.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo processo de margens acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); as restantes operações são alocadas aos segmentos com base no modelo interno de Informação de Gestão.

Os serviços prestados pelas diversas unidades do Centro Corporativo estão regulados em SLA's (*Service Level Agreements*).

Juros activos e passivos

Sendo a actividade do Grupo exercida exclusivamente na área financeira, significa que parte substancial das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus activos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto de a actividade dos segmentos ser avaliada pela gestão através das margens negociadas ou determinadas previamente para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 do IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Resultados de serviços e comissões

De acordo com a política definida pelo Grupo, o resultado com a prestação de serviços e comissões é reconhecido no momento da entrega do serviço aos seus clientes.

Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Outros para o caso das associadas do Haitong Bank. Para o caso dos investimentos em associadas de outras entidades do Grupo as mesmas encontram-se afectas aos segmentos em que essas unidades se incluem.

Activos não correntes

O segmento Centro corporativo inclui os activos não correntes, na óptica preconizada no IFRS 8, incluem os Outros activos tangíveis, os Activos intangíveis e os imóveis recebidos em dação ainda não enquadráveis como Activos não correntes detidos para venda.

Activos por impostos diferidos

A componente de impostos sobre lucros é um elemento para a formação dos resultados do Grupo que não afecta a avaliação da generalidade dos Segmentos Operacionais. Os activos por impostos diferidos estão afectos ao segmento Centro corporativo.

Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por áreas geográficas, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são as Sucursais de Londres, Espanha, Macau e Polónia e as subsidiárias que constam no perímetro de consolidação, sendo a alocação efectuada pelo país da Sede (ver Nota 1).

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

	Período de seis meses findo em											Total	
	30.06.2022												
	Structured Finance	Special Portfolio Management	Fusões e Aquisições	Mercado de Capitais	Corporate Derivatives	Fixed Income	Equities	Private Equity	Tesouraria	Corporate Solutions	Centro corporativo	Outros	
Resultado Financeiro	5 984	52	(2)	(2)	(3)	(797)	(54)	-	(114)	-	652	2 185	7 901
Serviço a Clientes	2 697	202	1 916	6 962	(26)	404	490	467	(2 071)	6	(1 060)	577	10 564
PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL	8 681	254	1 914	6 960	(29)	(393)	436	467	(2 185)	6	(409)	2 762	18 465
Resultados Op Financeiras	199	929	53	(1)	4 155	3 894	2	23	(804)	-	(1 011)	26	7 665
Custos Deduzindo Produto Bancário	(168)	-	(23)	(24)	(92)	(10)	(8)	(15)	(692)	(1)	(3 284)	(106)	(4 423)
Proveitos Operacionais Intersegmentos	482	(482)	-	(807)	(137)	(307)	-	-	752	29	473	(5)	(2)
PRODUTO BANCÁRIO TOTAL	9 194	701	1 944	6 128	3 897	3 184	430	475	(2 729)	34	(4 230)	2 677	21 705
Custos Operativos	1 677	388	1 848	1 420	802	2 291	933	305	365	843	18 886	717	30 475
Custos com Pessoal	1 353	244	1 368	1 188	433	1 089	610	178	322	699	11 748	520	19 752
Gastos Gerais Administrativos	249	120	346	171	295	1 032	263	69	(3)	77	4 681	166	7 486
Depreciações e Amortizações	75	24	134	61	74	170	40	58	46	67	2 457	31	3 237
RESULTADO BRUTO	7 517	313	96	4 708	3 095	893	(503)	170	(3 094)	(809)	(23 116)	1 960	(8 770)
Imparidade e Provisões	(29)	630	132	(547)	46	(175)	7	116	(103)	-	3 505	(2)	3 580
Imparidade de crédito	(524)	685	-	-	-	-	-	-	(138)	-	130	(1)	152
Imparidade de títulos	1 133	-	-	(1)	-	(148)	-	-	5	-	-	-	989
Provisões líquidas e outras imparidades	(638)	(55)	132	(546)	46	(27)	7	116	30	-	3 375	(1)	2 439
Resultado antes de impostos	7 488	943	228	4 161	3 141	718	(496)	286	(3 197)	(809)	(19 611)	1 958	(5 190)

(milhares de euros)

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em												Total
	30.06.2021												
	Structured Finance	Special Portfolio Management	Fusões e Aquisições	Mercado de Capitais	RCC	Equities	Global Markets	Private Equity	Tesouraria	Corporate Solutions	Centro corporativo	Outros	
Resultado Financeiro	4 361	(199)	(3)	36	(1)	13 262	(18)	(1)	(2 553)	(1)	-	474	15 357
Serviço a Clientes	4 486	236	6 153	4 914	1 201	2 227	2 010	1 391	(1 510)	800	(127)	3 206	24 987
PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL	8 847	37	6 150	4 950	1 200	15 489	1 992	1 390	(4 063)	799	(127)	3 680	40 344
Resultados Op Financeiras	9 150	13	30	34	1 315	(7 035)	-	2 951	2 406	-	(1 824)	573	7 613
Custos Deduzindo Produto Bancário	(435)	-	(29)	(21)	(14)	(204)	(11)	(9)	(155)	-	(2 918)	(53)	(3 849)
Proveitos Operacionais Intersegmentos	50	(50)	-	-	(473)	(42)	1	-	34	-	447	35	2
PRODUTO BANCÁRIO TOTAL	17 612	-	6 151	4 963	2 028	8 208	1 982	4 332	(1 778)	799	(4 422)	4 235	44 110
Custos Operativos	1 287	372	2 384	1 156	827	2 559	923	395	620	823	16 434	887	28 667
Custos com Pessoal	1 092	333	1 792	756	419	1 285	433	266	238	662	9 860	639	17 775
Gastos Gerais Administrativos	135	20	458	341	339	1 116	425	71	339	78	4 158	201	7 681
Depreciações e Amortizações	60	19	134	59	69	158	65	58	43	83	2 416	47	3 211
RESULTADO BRUTO	16 325	(372)	3 767	3 807	1 201	5 649	1 059	3 937	(2 398)	(24)	(20 856)	3 348	15 443
Imparidade e Provisões	873	18	(11)	(10 155)	15	(396)	(1)	15	(100)	-	588	71	(9 083)
Imparidade de crédito	(712)	(12)	-	-	-	(1)	-	-	-	-	10	62	(653)
Imparidade de títulos	1 295	-	-	(10 165)	-	(294)	-	-	5	-	-	-	(9 159)
Provisões líquidas e outras imparidades	290	30	(11)	10	15	(101)	(1)	15	(105)	-	578	9	729
Resultado antes de impostos	17 198	(354)	3 756	(6 348)	1 216	5 253	1 058	3 952	(2 498)	(24)	(20 268)	3 419	6 360

O reporte de segmentos secundários é feito de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo:

(milhares de euros)

	30.06.2022				
	Portugal	Resto Europa	América	Ásia	Total
Resultado líquido	(11 998)	4 553	(439)	3 360	(4 524)
Activo líquido	1 982 550	426 488	706 616	13 535	3 129 189
Investimentos em activos					
tangíveis	241	279	21	87	628
intangíveis	471	125	1	-	597

(milhares de euros)

	31.12.2021				
	Portugal	Resto Europa	América	Ásia	Total
Resultado líquido	5 716	(5 558)	3 394	-	3 552
Activo líquido	1 703 219	427 222	616 211	-	2 746 652
Investimentos em activos					
tangíveis	166	194	27	-	387
intangíveis	712	30	160	-	902

NOTA 5 - MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	Período de 6 meses findo em					
	30.06.2022			30.06.2021		
	De activos/passivos ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral	De activos/passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/passivos ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral	De activos/passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito a clientes	16 971	-	16 971	9 027	-	9 027
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	2 809	-	2 809	614	-	614
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	4 887	-	4 887	1 024	-	1 024
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	16 347	16 347	-	21 138	21 138
Juros de títulos de dívida ao custo amortizado	7 080	-	7 080	2 257	-	2 257
Outros juros e proveitos similares	77	-	77	74	-	74
	31 824	16 347	48 171	12 996	21 138	34 134
Juros e custos similares						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	6 694	-	6 694	6 545	-	6 545
Juros de responsabilidades representadas por títulos	6 025	-	6 025	1 111	-	1 111
Juros de recursos de clientes	27 165	-	27 165	10 823	-	10 823
Juros de locações	150	-	150	85	-	85
Outros juros e custos similares	236	-	236	213	-	213
	40 270	-	40 270	18 777	-	18 777
	(8 446)	16 347	7 901	(5 781)	21 138	15 357

Em 30 de junho de 2022, a rubrica de juros e proveitos similares inclui 4 740 milhares de euros e 164 milhares de euros relativos a contractos marcados como stage 2 e como stage 3, respetivamente (30 de Junho de 2021: 2 809 milhares de euros e 1 241 milhares de euros, respetivamente).

A rubrica de Juros e proveitos similares – Juros de disponibilidades e aplicações de instituições de crédito tem registado um custo negativo de 274 milhares euros associado às operações TLTRO III (30 de Junho 2021: 220 milhares de euros).

Para cada tranche TLTRO III, está a ser feita a periodificação da taxa de juro efetiva. Esta taxa juro considera as taxas de juro aplicáveis a cada operação no período decorrido, de acordo com a estimativa do Banco quanto ao cumprimento das metas de variação do volume de crédito elegível definidas pelo BCE. O Estas metas terminaram com o último período de observação em Dezembro de 2021, tendo sido confirmada a estimativa do Banco.

NOTA 6 - RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de 6 meses findo em	
	30.06.2022	30.06.2021
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	5 825	24 022
Por garantias prestadas	809	770
Por operações realizadas com títulos	6 628	2 267
	13 262	27 059
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	1 494	1 511
Por operações realizadas com títulos	1 217	736
Por garantias recebidas	129	201
Outros custos com serviços e comissões	203	236
	3 043	2 684
	10 219	24 375

Em 30 de Junho de 2022, o rendimento de serviços e comissões inclui um montante de 531 milhares de euros (30 de Junho de 2021: 16 902 milhares de euros) com partes relacionadas com o Grupo Haitong (Nota 36).

A 30 de Junho de 2022 e 2021, o montante de Rendimentos de serviços e comissões apresenta a seguinte distribuição por segmento geográfico:

	(milhares de euros)	
	30.06.2022	30.06.2021
Rendimentos de serviços e comissões		
China	3 229	8 397
Portugal	3 205	3 184
Ilhas Virgem	1 931	7 954
Polónia	1 447	1 029
Brasil	1 075	257
Espanha	807	253
Luxemburgo	572	938
Ilhas Caimão	295	-
Irlanda	234	-
Outros	467	5 047
	13 262	27 059

NOTA 7 - RESULTADOS DE INSTRUMENTOS DE TRADING

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2022	30.06.2021
Activos e passivos de negociação		
Títulos de negociação		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	(25 814)	(43 380)
De outros emissores	(2 332)	1 257
Acções	522	299
	(27 624)	(41 824)
Instrumentos financeiros derivados de negociação		
Contratos sobre taxas de câmbio	5 773	2 122
Contratos sobre taxas de juro	28 804	30 291
Contratos sobre acções/índices	600	(544)
Outros	28	946
	35 205	32 815
	7 581	(9 009)

NOTA 8 - RESULTADOS DE OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR COM RECONHECIMENTO EM RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2022	30.06.2021
Activos e passivos ao justo valor com reconhecimento em resultados		
Acções	412	686
Outros títulos de rendimento variável	(646)	3 519
	(234)	4 205

NOTA 9 - RESULTADOS DE DESRECONHECIMENTO DE ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2022	30.06.2021
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	-	54
De outros emissores	1	-
	1	54

NOTA 10 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2022	30.06.2021
Reavaliação Cambial	(1 312)	408
	(1 312)	408

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3., e os resultados de derivados cambiais.

NOTA 11 – RESULTADOS DE DESRECONHECIMENTO DE ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

A 30 de Junho de 2022 e de 2021, o valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2022	30.06.2021
Recuperação de Crédito	530	7 702
Alienação de crédito a clientes	-	1 292
Ganhos/Perdas em Investimentos ao Custo Amortizado	39	-
	569	8 994

NOTA 12 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2022	30.06.2021
Outros serviços de clientes	345	611
Impostos directos e indirectos	(2 361)	(2 202)
Outros resultados de exploração	(1 256)	1 162
Activos não financeiros	88	(5)
Sub-leasing	164	160
	(3 020)	(274)

Os impostos directos e indirectos incluem 1 480 milhares de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Sector Bancário (30 de Junho de 2021: 1 056 milhares de euros), criado através da Lei Nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

Em 30 de Junho de 2022 a rubrica de Outros resultados de exploração inclui, entre outros, os seguintes:

- I. custo de 1 347 milhares de euros relativos às Contribuições para o Fundo de Resolução (1 101 milhares de euros a 30 de Junho de 2021);
- II. custo de 487 milhares de euros relativos às Contribuições para o Fundo Garantidor de Crédito pela subsidiária Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (331 milhares de euros a 30 de Junho de 2021).

NOTA 13 - CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findos em	
	30.06.2022	30.06.2021
Vencimentos e salários		
Remunerações	14 596	13 622
Prémios de carreira (ver Nota 14)	(21)	(30)
Impacto Acordos Rescisão	64	(127)
Corte - Mudança de Plano	-	120
Custos com pensões de reforma (ver Nota 14)	69	110
Outros encargos sociais obrigatórios	3 313	2 892
Outros custos	1 731	1 188
	19 752	17 775

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo Haitong Bank, em funções a 30 de Junho de 2022, são como segue:

	(milhares de euros)		
	Conselho de Administração	Pessoal Identificado (1)	Total
Junho de 2022			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	898	4 584	5 482
Remunerações variáveis	863	1 122	1 985
Total	1 761	5 706	7 467
Junho de 2021			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	830	3 714	4 544
Remunerações variáveis	800	1 160	1 960
Total	1 630	4 874	6 504

(1) Excluindo os membros do Conselho de Administração

Considera-se na categoria de “Pessoal Identificado” os colaboradores cujo âmbito das suas funções possa ter um impacto no perfil de risco do Banco (“Identified Staff”).

Em 30 de Junho de 2022 e 2021 o Grupo Haitong Bank não apresenta crédito concedido a Órgãos de Administração.

Por categoria profissional, o número médio de colaboradores do Grupo Haitong Bank analisa-se como segue:

	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2021
Funções directivas	187	187	189
Funções de chefia	3	3	3
Funções específicas	141	143	144
Funções administrativas	24	21	20
Funções auxiliares	10	10	11
	362	364	363

Em 30 de Junho de 2022 Grupo apresentava nos seus quadros um total de 362 colaboradores que compara com 364 em Dezembro 2021 e 363 em Junho de 2021.

NOTA 14 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o setor bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo.

Decorrente da assinatura do novo Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em 5 de julho de 2016, com publicação no Boletim do Trabalho n.º 29 de 8 de agosto de 2016, as contribuições para o SAMS, a cargo do Banco, a partir de 1 de fevereiro de 2017 passaram a corresponder a um montante fixo (conforme Anexo VI do novo ACT) por cada colaborador, 14 vezes num ano.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que integra todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2008, as prestações pecuniárias a título de reforma por invalidez e pensões de invalidez, sobrevivência e morte relativas às obrigações consagradas no âmbito do ACT, assim como as responsabilidades para com benefícios de saúde (SAMS), são cobertas por um fundo de pensões fechado, gerido pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A proteção dos colaboradores na eventualidade de maternidade, paternidade e adoção, e ainda de velhice, é assegurada pelo regime geral da Segurança Social, pois com a publicação do Decreto-lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários, foram integrados no regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de janeiro de 2011.

Os colaboradores admitidos após 31 de dezembro de 2008 beneficiam do regime geral da Segurança Social.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos Bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os Bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

No final do exercício de 2011 e na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão definitiva e irreversível para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de dezembro de 2011 a valores constantes (taxa de atualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e

pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os ativos dos fundos de pensões das respetivas instituições financeiras, na parte afeta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas, fossem transmitidos para o Estado.

Os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	30.06.2022	30.06.2021
Pressupostos Financeiros		
Taxa de rendimento esperado	3,50%	1,60%
Taxa de desconto	3,50%	1,60%
Taxa de crescimento de pensões	0,50%	0,50%
Taxa de crescimento salarial	0,75%	0,75%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de Mortalidade		
Homens	TV 88/90	TV 88/90
Mulheres	TV 88/90 -3 anos	TV 88/90 -3 anos
Método de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2022	30.06.2021
Custo do serviço corrente (ver Nota 13)	69	110
Custo / (Proveitos) de juros	(43)	(7)
Custos do exercício	26	103

Os custos / proveitos dos juros são reconhecidos pelo valor líquido na linha de juros e proveitos/custos similares.

Prémios de carreira

Em 30 de Junho de 2022, 31 de Dezembro de 2021 e 30 de Junho de 2021, as responsabilidades assumidas pelo Banco e os custos reconhecidos nos exercícios com o prémio de carreira são como segue:

	(milhares de euros)		
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2021
Responsabilidades iniciais	595	586	616
Custo do período (Ver Nota 13)	(21)	9	(30)
Responsabilidades finais (ver Nota 32)	574	595	586

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são idênticos aos apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

A responsabilidade com prémios de carreira encontra-se registada em outros passivos (Ver Nota 32).

NOTA 15 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findos em	
	30.06.2022	30.06.2021
Comunicações e expedição	2 323	2 129
Rendas e alugueres	159	436
Deslocações e representação	-	90
Conservação e reparação	314	213
Seguros	60	45
Publicidade e publicações	60	56
Judiciais e contencioso	149	30
Serviços especializados		
Informática	1 590	2 107
Mão de obra eventual	2	3
Trabalho independente	447	148
Outros serviços especializados	1 346	1 591
Outros custos	1 036	833
	7 486	7 681

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com consultores e auditores externos. A rubrica de Outros custos inclui, entre outros, custos com segurança e vigilância, informação, custos com formação e custos com fornecimentos externos.

NOTA 16 - RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

Os resultados básicos por acção são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio de acções ordinárias emitidas durante o ano, excluindo o número médio de acções compradas pelo Banco e detidas na carteira como acções próprias.

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findos em	
	30.06.2022	30.06.2021
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do Banco ⁽¹⁾	(4 524)	2 292
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	168 954	168 954
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	-0,03	0,01

⁽¹⁾ Corresponde ao resultado líquido do período ajustado das remunerações das obrigações perpétuas subordinadas atribuíveis ao período (os quais são registados como um movimento de reservas)

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do banco.

Em 30 de Junho de 2022 e 2021, o Banco detém instrumentos emitidos sem efeito diluidor, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

NOTA 17 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica, em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2022	31.12.2021
Caixa	7	9
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	621 244	457 539
Outros bancos centrais	12 803	127
	634 047	457 666
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	10 876	4 698
	10 876	4 698
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	23 982	26 172
	23 982	26 172
	668 912	488 545
Perdas por imparidade (Nota 30)	-	(1)
	668 912	488 544

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui um depósito de carácter obrigatório, que tem por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de Dezembro de 2011, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 30 de Junho de 2022 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 0,00% (31 de Dezembro de 2021: 0,00%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 30 de Junho de 2022 foi incluído no período de manutenção de 15 de Junho de 2022 a 26 de Julho de 2022, ao qual correspondeu uma reserva mínima obrigatória de 2 015 milhares de euros (31 de Dezembro de 2021: 2 739 milhares de euros).

NOTA 18 – ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO - TÍTULOS

A 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, estas rubricas apresentam os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	30.06.2022	31.12.2021
Activos de negociação		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	337 179	312 157
De outros emissores	33 578	33 843
Acções	38	40
	370 795	346 040
Passivos de negociação		
Vendas a descoberto	992	1 036
	992	1 036

A 30 de Junho de 2022, a rubrica de ativos financeiros detidos para negociação, inclui 102 835 milhares de euros (31 de Dezembro de 2021: 96 128 milhares de euros) de títulos dados em garantia pelo Grupo (ver Nota 35).

A 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2022	31.12.2021
Até 3 meses	-	7 292
De 3 meses a um ano	7 072	1 354
De um a cinco anos	98 121	85 127
Mais de cinco anos	265 564	252 227
Duração indeterminada	38	40
	370 795	346 040

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.4.1, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021, a rubrica dos activos detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	30.06.2022			31.12.2021		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	3 811	333 368	337 179	3 129	309 028	312 157
De outros emissores	30 987	2 591	33 578	33 155	688	33 843
Acções	38	-	38	40	-	40
Total valor de balanço	34 836	335 959	370 795	36 324	309 716	346 040

Os títulos não cotados de emissores públicos dizem respeito essencialmente a instrumentos de dívida pública brasileira que, não obstante serem cotados, são valorizados de acordo com o modelo interno, sendo por esse motivo apresentados como títulos não cotados.

Adicionalmente, o Banco efetua Backtesting a todas as operações realizadas e nunca observou perdas ou divergências em relação à metodologia de valorização.

As vendas a descoberto representam títulos vendidos pelo Grupo, os quais tinham sido adquiridos no âmbito de uma operação de compra com acordo de revenda. De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5, títulos comprados com acordo de revenda não são reconhecidos no balanço. Caso os mesmos sejam vendidos, o Grupo reconhece um passivo financeiro equivalente ao justo valor dos activos que deverão ser devolvidos no âmbito do acordo de revenda.

NOTA 19 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 30 de junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021, os instrumentos financeiros derivados em balanço analisam-se como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2022	31.12.2021
Instrumentos financeiros derivados (activos)		
Derivados de negociação		
Contratos sobre taxas de câmbio	31 962	24 426
Contratos sobre taxas de juro	48 488	63 386
Outros contratos	472	2 102
	80 922	89 914
Instrumentos financeiros derivados (passivos)		
Derivados de negociação		
Contratos sobre taxas de câmbio	36 357	19 033
Contratos sobre taxas de juro	37 111	53 505
Outros contratos	471	2 064
	73 939	74 602
	6 983	15 312

Os derivados de negociação a 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021 apresentam o seguinte detalhe:

	(milhares de euros)					
	30.06.2022			31.12.2021		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Positivo	Negativo		Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward		15 084	21 948		20 365	12 447
- compras	441 173			824 794		
- vendas	447 787			824 677		
Currency Swaps		3 750	1 174		660	3 337
- compras	272 197			309 110		
- vendas	269 785			311 972		
Currency Futures		-	-		-	-
- compras	247 641			170 583		
- vendas	287 210			236 879		
Currency Interest Rate Swaps		9 466	9 572		2 027	2 105
- compras	14 018			26 173		
- vendas	14 560			26 173		
Currency Options		3 662	3 663		1 374	1 144
- compras	332 681			256 703		
- vendas	350 574			274 747		
	2 677 626	31 962	36 357	3 261 811	24 426	19 033
Contratos sobre taxas de juro						
Interest Rate Swaps		48 222	36 845		62 907	53 023
- compras	975 584			1 108 608		
- vendas	975 584			1 108 608		
Interest Rate Caps & Floors		266	266		479	482
- compras	52 150			53 574		
- vendas	52 150			53 574		
Interest Rate Futures		-	-		-	-
- compras	166 291			286 535		
- vendas	331 940			332 323		
	2 553 699	48 488	37 111	2 943 222	63 386	53 505
Contratos sobre ações/índices						
Equity / Index Swaps		472	471		2 102	2 064
- compras	13 572			13 516		
- vendas	13 572			13 516		
Equity / Index Options		-	-		-	-
- compras	6 092			-		
Equity / Index Futures		-	-		-	-
- vendas	3 131			3 516		
	36 367	472	471	30 548	2 102	2 064
Total	5 267 692	80 922	73 939	6 235 581	89 914	74 602

A 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021, o escalonamento dos derivados de negociação por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)					
	30.06.2022			31.12.2021		
	Nocional		Justo Valor (líquido)	Nocional		Justo Valor (líquido)
Venda	Compra	Venda		Compra		
Até 3 meses	843 842	800 233	(682)	916 897	959 065	1 725
De 3 meses a um ano	609 861	566 101	(3 802)	753 160	744 662	3 354
De um a cinco anos	952 320	934 761	11 655	854 085	755 337	10 023
Mais de cinco anos	340 271	220 303	(188)	661 842	590 533	210
	2 746 294	2 521 398	6 983	3 185 984	3 049 597	15 312

A 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2022, os instrumentos derivados activos e passivos incluem operações colateralizadas pela constituição de contas caução com o propósito de assegurar a cobertura de justo valor das exposições activas e passivas contratadas entre o Grupo e diversas instituições financeiras. Os saldos relativos a estes colaterais encontram-se registados em “Outros activos – colaterais depositados ao abrigo de contractos de compensação” (Nota 26) e “Outros passivos – colaterais depositados ao abrigo de contractos de compensação” (Nota 32).

NOTA 20 – TÍTULOS

Esta rubrica, a 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2022	31.12.2021
Activos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	-	745
Acções	13 300	4 881
Outros títulos de rendimento variável	4 436	14 151
	17 736	19 777
Activos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	51 303	44 679
De outros emissores	169 167	215 090
	220 470	259 769
Activos financeiros pelo custo amortizado		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	374 000	251 236
De outros emissores	281 335	281 537
	655 335	532 773
	893 541	812 319

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.4, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade nas suas carteiras de títulos, seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Em 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021, os saldos referentes a Activos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	Custo (1)	Reserva de justo valor		Imparidade (Nota 30)	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	56 374	-	(4 810)	(261)	51 303
De outros emissores	179 119	617	(9 946)	(623)	169 167
Saldo a 30 de Junho de 2022	235 493	617	(14 756)	(884)	220 470
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	48 076	-	(3 175)	(223)	44 678
De outros emissores	216 345	809	(1 449)	(614)	215 091
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	264 421	809	(4 624)	(837)	259 769

(1) Custo amortizado

Em 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021, os saldos referentes a Activos financeiros pelo custo amortizado apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	Custo (1)	Imparidade (Nota 30)	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	374 291	(291)	374 000
De outros emissores	282 447	(1 112)	281 335
Saldo a 30 de Junho de 2022	656 738	(1 403)	655 335
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	251 469	(233)	251 236
De outros emissores	282 514	(977)	281 537
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	533 983	(1 210)	532 773

(1) Custo amortizado

A 30 de Junho de 2022, a rubrica de ativos financeiros, inclui 556 818 milhares de euros (31 de Dezembro de 2022: 407 603 milhares de euros) de títulos dados em garantia pelo Grupo (ver Nota 35).

A 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021, o escalonamento das carteiras de títulos por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2022	31.12.2021
Até 3 meses	4 436	38 278
De 3 meses a um ano	79 199	81 343
De um a cinco anos	643 914	526 683
Mais de cinco anos	152 690	146 983
Duração indeterminada	13 302	19 032
	893 541	812 319

A 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021, as carteiras de investimento em títulos, no que se refere a títulos cotados e não cotados, são repartidas da seguinte forma:

(milhares de euros)

	30.06.2022			31.12.2021		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	383 975	41 328	425 303	261 571	34 344	295 915
De outros emissores	279 023	171 479	450 502	312 987	184 385	497 372
Acções	9	13 291	13 300	8	4 873	4 881
Outros títulos de rendimento variável	-	4 436	4 436	-	14 151	14 151
Total valor de balanço	663 007	230 534	893 541	574 566	237 753	812 319

Os títulos não cotados de emissores públicos dizem respeito essencialmente a instrumentos de dívida pública brasileira que, não obstante serem cotados, são valorizados de acordo com o modelo interno, sendo por esse motivo apresentados como títulos não cotados.

NOTA 21 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2022	31.12.2021
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	56	56
Mercado monetário interbancário	2 500	2 500
	2 556	2 556
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	5 972	-
Operações com acordo de revenda	15 635	5 138
Aplicações de muito curto prazo	-	43 683
Outras aplicações	3 900	3 561
	25 507	52 382
	28 063	54 938
Perdas por imparidade (Nota 30)	(981)	(916)
	27 082	54 022

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021, é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2022	31.12.2021
Até 3 meses	25 562	52 437
De 3 meses a um ano	2 501	2 501
	28 063	54 938

NOTA 22 - CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2022	31.12.2021
Ao justo valor através de resultados		
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	-	22
Há mais de 90 dias	-	-
	22	-
	22	22
Ao custo amortizado		
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	338 700	325 770
A particulares		
Habitação	136	142
	338 836	325 912
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	415 489	268 408
Operações com acordo de revenda	271	33 389
A particulares		
Outros créditos	-	1
	415 760	301 798
Crédito e juros vencidos		
Há mais de 90 dias	2 484	4 499
	2 484	4 499
	757 080	632 209
Perdas por imparidade (Nota 30)	(12 686)	(11 968)
	744 394	620 241
	744 416	620 263

O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2022	31.12.2021
Até 3 meses	18 639	44 990
De 3 meses a um ano	39 038	35 149
De um a cinco anos	418 820	269 917
Mais de cinco anos	278 099	277 654
Duração indeterminada	2 506	4 521
	757 102	632 231

NOTA 23 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica em 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2022	31.12.2021
Imóveis	<u>6 398</u>	<u>6 538</u>
	<u>6 398</u>	<u>6 538</u>

Os activos não correntes detidos para venda incluem apenas um imóvel na Polónia detido pela Haitong Ancillary Services (anteriormente designada por Polish Hotel Company). O Grupo tem implementado um plano com vista à venda imediata deste activo. No entanto, face às condições de mercado não foi possível concretizar a alienação no prazo inicialmente previsto.

Existem demonstrações de interesse de diferentes investores, com os quais o banco tem mantido negociações de forma concluir a operação de venda no prazo mais curto possível.

A empresa entrou em processo de liquidação em Janeiro de 2022.

NOTA 24 - OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2022	31.12.2021
Imóveis		
De serviço próprio	1	1
Beneficiações em edifícios arrendados	8 378	7 435
	8 379	7 436
Equipamento		
Equipamento informático	11 852	11 465
Instalações interiores	2 029	2 115
Mobiliário e material	3 028	2 458
Máquinas e ferramentas	1 069	1 019
Material de transporte	334	269
Equipamento de segurança	272	262
Outros	286	235
	18 870	17 823
	27 249	25 259
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	-	1 217
Equipamento	46	480
	46	1 697
Direito de uso		
Equipamento informático	114	112
Viaturas	472	576
Edifícios	13 179	13 780
	13 765	14 468
	41 060	41 424
Depreciação acumulada	(32 409)	(31 449)
	8 651	9 975

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

			Direito de Uso			Imobilizado em curso	Total
	Imóveis	Equipamento	Imóveis	Equipamento Informático	Viaturas		
(milhares de euros)							
Custo de aquisição							
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	7 329	17 685	12 143	95	661	1 551	39 464
Adições	89	152	-	-	-	146	387
Abates / vendas	-	(134)	-	-	-	-	(134)
Transferências	-	109	-	-	-	-	109
Variação cambial e outros movimentos	18	11	1 637	17	(85)	-	1 598
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	7 436	17 823	13 780	112	576	1 697	41 424
Adições	-	440	-	-	-	188	628
Abates / vendas	-	(479)	-	-	-	-	(479)
Transferências	929	918	-	-	-	(1 839)	8
Variação cambial e outros movimentos	14	168	(601)	2	(104)	-	(521)
Saldo a 30 de Junho de 2022	8 379	18 870	13 179	114	472	46	41 060
Depreciações							
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	5 898	16 519	6 004	71	379	-	28 871
Depreciações do período	468	521	3 271	29	170	-	4 459
Depreciações de actividades em descontinuação	-	(134)	-	-	-	-	(134)
Variação cambial e outros movimentos	15	25	(1 440)	(70)	(277)	-	(1 747)
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	6 381	16 931	7 835	30	272	-	31 449
Depreciações do período	292	339	1 654	14	64	-	2 363
Abates / vendas	-	(479)	-	-	-	-	(479)
Variação cambial e outros movimentos	161	107	(1 092)	-	(100)	-	(924)
Saldo a 30 de Junho de 2022	6 834	16 898	8 397	44	236	-	32 409
Saldo líquido a 30 de Junho de 2022	1 545	1 972	4 782	70	236	46	8 651
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2021	1 055	892	5 945	82	304	1 697	9 975

NOTA 25 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2022	31.12.2021
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	36 060	34 121
Outras	1 013	998
	37 073	35 119
Imobilizações em curso	290	1 394
	37 363	36 513
Amortização acumulada	(33 930)	(32 895)
Perdas por imparidade (Nota 30)	-	-
	(33 930)	(32 895)
	3 433	3 618

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)				
	<i>Goodwill</i>	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	9 859	34 182	999	743	45 783
Adições:					
Adquiridas a terceiros	-	142	-	760	902
Abates / vendas	(9 859)	(220)	-	-	(10 079)
Transferências	-	-	-	(109)	(109)
Variação cambial	-	17	(1)	-	16
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	-	34 121	998	1 394	36 513
Adições:					
Adquiridas a terceiros	-	418	-	179	597
Transferências	-	1 281	-	(1 290)	(9)
Variação cambial	-	240	15	7	262
Saldo a Junho 2022	-	36 060	1 013	290	37 363
Amortizações					
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	-	30 342	924	-	31 266
Amortizações do período	-	1 827	10	-	1 837
Abates / vendas	-	(220)	-	-	(220)
Variação cambial e outros movimentos	-	12	-	-	12
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	-	31 961	934	-	32 895
Amortizações do período	-	868	6	-	874
Variação cambial e outros movimentos	-	158	3	-	161
Saldo a 30 de Junho 2022	-	32 987	943	-	33 930
Imparidade					
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	9 859	-	-	-	9 859
Write off	(9 859)	-	-	-	(9 859)
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	-	-	-	-	-
Saldo a 30 de Junho de 2022	-	-	-	-	-
Saldo a 30 de Junho de 2022	-	3 073	70	290	3 433
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	-	2 160	64	1 394	3 618

NOTA 26 - OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros Activos a 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021 é analisada como segue:

	30.06.2022	31.12.2021
Devedores e outras aplicações		
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação (Nota 19)	49 478	59 434
Sector público administrativo	74 171	66 417
Devedores por operações sobre Futuros	5 500	1 779
Outros devedores diversos	17 391	16 562
Valores de créditos e derivados a receber	9 891	9 937
	<u>156 431</u>	<u>154 129</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações (Nota 30)	(12 484)	(11 306)
	<u>143 947</u>	<u>142 823</u>
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	1 545	2 627
Outros activos	5 398	5 374
	<u>6 943</u>	<u>8 001</u>
Proveitos a receber	-	(3)
Despesas com custo diferido	8 466	3 166
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	4 211	2 835
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	1 117	12 211
Pensões de reforma	14 091	6 194
Outras operações a regularizar	13 502	20 141
	<u>32 921</u>	<u>41 381</u>
	192 277	195 368

Em 30 de Junho de 2022 a rubrica do Sector público administrativo inclui um depósito judicial no Brasil de 23 586 milhares de euros (31 de Dezembro de 2021: 19 699 milhares de euros) relativos a um processo fiscal (Nota 35). Esta rubrica inclui também o valor de depósito-caução efetuado à Direção-Geral do Tesouro e Finanças ao abrigo do crédito tributário (confirmado pela Autoridade Tributária e Aduaneira) inerente ao REAID no valor de 22 519 milhares de euros.

A rubrica de operações sobre valores mobiliários a regularizar, reflecte operações realizadas com títulos registadas na trade date que se encontram pendentes de liquidação.

NOTA 27 – RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2022	31.12.2021
Recursos de bancos centrais		
Banco de Portugal	318 825	319 350
	318 825	319 350
Recursos de outras instituições de crédito		
No país		
Operações com acordo de recompra	-	18
	-	18
No estrangeiro		
Depósitos	2 380	10 608
Empréstimos	2 434	1 898
Operações com acordo de recompra	147 199	22 577
Outros recursos	410 938	404 946
	562 951	440 029
	881 776	759 397

O escalonamento dos Recursos de instituições de crédito por prazos de vencimento, a 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2022	31.12.2021
Até 3 meses	135 470	21 980
De 3 meses a um ano	310 204	32 134
De um a cinco anos	402 571	678 297
Mais de cinco anos	33 531	26 986
	881 776	759 397

NOTA 28 - RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2022	31.12.2021
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	41 730	91 060
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	879 261	792 427
Outros recursos		
Operações de venda com acordo de recompra	47 791	50 278
Outros Depósitos	1 599	1 467
Outros	7	228 768
	49 397	280 513
	970 388	1 164 000

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2022	31.12.2021
Exigível à vista	41 730	91 060
Exigível a prazo		
Até 3 meses	266 239	155 645
De 3 meses a um ano	417 347	390 611
De um a cinco anos	195 675	246 171
	879 261	792 427
Outros recursos		
Até 3 meses	42 212	46 436
De 3 meses a um ano	7 185	39 026
De um a cinco anos	-	195 051
	49 397	280 513
	970 388	1 164 000

NOTA 29 - RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2022	31.12.2021
Responsabilidades representados por títulos		
Outras Obrigações	479 135	26 750
	479 135	26 750

O justo valor da carteira de Responsabilidades Representadas por Títulos encontra-se apresentado na Nota 37.

Durante o primeiro semestre de 2022 o Grupo Haitong Bank procedeu à emissão de 446 622 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 26 749 milhares de euros) de títulos, tendo sido reembolsados 572 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 52 948 milhares de euros).

As características essenciais destes recursos decompõem-se como segue:

							(milhares de euros)
							30.06.2022
Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF16U3	BRL	2022	1 058	2025	CDI 100%	
HT_PT	HAITIB Float 02/08/25 Corp	EUR	2022	229 092	2025	Euribor 3 meses + 1.45%	
HT_PT	HAITIB 4 05/29/27 Corp	USD	2022	144 492	2027	Taxa fixa 4%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF16L2	BRL	2022	2 119	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF16N8	BRL	2022	2 384	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF17N6	BRL	2022	3 504	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF17M8	BRL	2022	16 179	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF17V9	BRL	2022	2 567	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF17O4	BRL	2022	20 001	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF17P1	BRL	2022	8 969	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF17Q9	BRL	2022	7 732	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF17R7	BRL	2022	14 434	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF17S5	BRL	2022	103	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF16O6	BRL	2022	424	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF16K4	BRL	2022	1 166	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF16P3	BRL	2022	2 648	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF16R9	BRL	2022	2 114	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF16Q1	BRL	2022	30 655	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF16T5	BRL	2022	1 057	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF17T3	BRL	2022	309	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF17J4	BRL	2022	4 132	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF17X5	BRL	2022	2 560	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF17U1	BRL	2022	7 195	2026	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF17B1	BRL	2022	2 216	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF17C9	BRL	2022	25 750	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF1799	BRL	2022	6 121	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF17A3	BRL	2022	18 152	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF17Z0	BRL	2022	25 518	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF1807	BRL	2022	15 262	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF1831	BRL	2022	2 025	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF1815	BRL	2022	4 068	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF17D7	BRL	2022	8 759	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF17E5	BRL	2022	8 337	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF17F2	BRL	2022	4 538	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF16V1	BRL	2022	952	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF1823	BRL	2022	1 014	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF1849	BRL	2022	1 772	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF1856	BRL	2022	2 016	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF1864	BRL	2022	13 058	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF1872	BRL	2022	30 100	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF1880	BRL	2022	3 500	2026	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF16X7	BRL	2022	2 115	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF1757	BRL	2022	5 288	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF16Z2	BRL	2022	740	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF1724	BRL	2022	1 586	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF16Y5	BRL	2022	635	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF1708	BRL	2022	846	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF1773	BRL	2022	6 345	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF1732	BRL	2022	4 230	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF1740	BRL	2022	2 432	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF16W9	BRL	2022	423	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF1716	BRL	2022	1 058	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF16M0	BRL	2022	4 504	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF1781	BRL	2022	3 700	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF17H8	BRL	2022	7 264	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF17G0	BRL	2022	4 151	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF1716	BRL	2022	4 145	2025	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF17K2	BRL	2022	32 667	2024	CDI 100%	
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF17L0	BRL	2022	9 481	2024	CDI 100%	

NOTA 30 – PROVISÕES E IMPARIDADE

Em 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	(milhares de euros)		
	Provisões para outros riscos e encargos	Provisões para garantias e outros compromissos	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	8 782	12 141	20 923
Dotações líquidas	(615)	(295)	(910)
Utilizações	(10)	-	(10)
Diferenças de câmbio e outras	689	12	701
Saldo a 30 de Junho de 2021	8 846	11 858	20 704
Dotações líquidas	10 262	82	10 344
Utilizações	(41)	(10 995)	(11 036)
Diferenças de câmbio e outras	(97)	24	(73)
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	18 970	969	19 939
Dotações Líquidas	(3 375)	(43)	(3 418)
Utilizações	(1 278)	-	(1 278)
Diferenças de câmbio e outras	2 714	13	2 727
Saldo a 30 de Junho de 2022	17 031	939	17 970

Estas provisões destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Grupo.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como se segue:

	(milhares de euros)					
	31.12.2021	Dotações / Reversões	Utilizações	Stage 3	Diferenças de câmbio e outras	30.06.2022
Caixa e Equivalentes de Caixa (ver Nota 17)	1	15	-	-	(16)	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver Nota 20)	837	(1 130)	-	(42)	1 219	884
Activos financeiros pelo custo amortizado						
Aplicações em instituições de crédito (ver Nota 21)	916	(30)	-	-	95	981
Crédito a clientes (ver Nota 22)	11 968	(153)	-	11	860	12 686
Títulos (ver Nota 20)	1 210	141	-	-	52	1 403
Outros activos (ver Nota 26)	11 306	995	-	-	183	12 484
	26 238	(162)	-	(31)	2 393	28 438

(milhares de euros)

	31.12.2020	Dotações / Reversões	Utilizações	Stage 3	Diferenças de câmbio e outras	30.06.2021
Caixa e Equivalentes de Caixa (ver Nota 17)	-	-	-	-	1	1
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver Nota 20)	3 607	1 334	(3)	(66)	1 180	6 052
Activos financeiros pelo custo amortizado						
Aplicações em instituições de crédito (ver Nota 21)	500	94	-	-	16	610
Crédito a clientes (ver Nota 22)	11 990	654	(2 781)	34	557	10 454
Títulos (ver Nota 20)	10 875	7 826	-	-	9	18 710
Activos intangíveis	9 859	-	-	-	-	9 859
Investimentos em associadas	340	-	(340)	-	-	-
Outros activos (ver Nota 26)	9 688	85	-	-	144	9 917
	46 859	9 993	(3 124)	(32)	1 907	55 603

(milhares de euros)

	30.06.2021	Dotações / Reversões	Utilizações	Stage 3	Diferenças de câmbio e outras	31.12.2021
Caixa e Equivalentes de Caixa (ver Nota 17)	1	1	-	-	(1)	1
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver Nota 20)	6 052	(2 966)	(5 174)	(54)	2 979	837
Activos financeiros pelo custo amortizado						
Aplicações em instituições de crédito (ver Nota 21)	610	280	-	-	26	916
Crédito a clientes (ver Nota 22)	10 454	1 944	-	(27)	(403)	11 968
Títulos (ver Nota 20)	18 710	163	(17 658)	-	(5)	1 210
Activos intangíveis	9 859	-	(9 859)	-	-	-
Outros activos (ver Nota 26)	9 917	1 569	(182)	-	2	11 306
	55 603	991	(32 873)	(81)	2 598	26 238

NOTA 31 – IMPOSTOS

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal, estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente a junho de 2022 e 2021 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 22,5% de acordo com a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e a Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1 500 milhares euros e inferior a 7 500 milhares euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7 500 milhares euros e inferior a 35 000 milhares euros e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor (quando aplicável).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço. Assim, para o primeiro semestre de 2022, o imposto diferido foi apurado à taxa de 26,24%.

Relativamente à atividade em Portugal, foi publicada em 4 de setembro de 2019, a Lei nº 98/2019, que veio alterar o regime fiscal aplicável em matéria de imparidade das instituições de crédito e de outras instituições financeiras. No artigo 4º da referida lei é estabelecido um período de adaptação de 5 anos com início em, ou após, 1 de janeiro de 2019, nos termos do qual se mantém aplicável o regime vigente à data de entrada da presente lei, salvo se existir comunicação dirigida ao Diretor-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira da opção pelo regime definitivo. Tendo em conta que para o exercício de 2022 este regime era optativo, o Banco não procedeu à sua adesão até à data. Assim, o Banco considerou, para efeitos de apuramento do lucro tributável e do registo e análise da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos com referência a junho de 2022, que o valor da imparidade do crédito e de provisões para garantias registado que é dedutível para efeitos de IRC corresponde ao valor das provisões dedutíveis que seria apurado caso se mantivesse em vigor a remissão para o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95.

Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos

Em 2014 o Haitong Bank aderiu ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (REAI) relativos a perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados, estabelecido na Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto. No âmbito do regime em apreço é prevista a conversão dos ativos referidos em créditos tributários nas seguintes situações:

- Apuramento de resultado líquido negativo;
- Liquidação por dissolução voluntária, insolvência decretada por sentença judicial ou, quando aplicável, com a revogação da respetiva autorização por autoridade de supervisão competente.

O crédito tributário reconhecido nas contas com referência a junho de 2022, assim como a respetiva reserva especial, podem ser analisados como se segue:

(milhares de euros)		
Ano	Crédito tributário	Reserva especial
2015	5 281	5 809
2016	20 529	22 582
2017	9 060	9 966
2018	233	256
2020	433	476
Total	35 536	39 089

O crédito tributário e a respetiva reserva especial foram objeto de registo no decurso do exercício seguinte ao do crédito tributário, numa rubrica de ativo por imposto corrente e de outras reservas, respetivamente.

Adicionalmente, no decurso do exercício de 2020, o Banco recebeu crédito tributário por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, com referência aos exercícios de 2015 e 2016 no montante de 15 078 milhares de euros, pelo que o valor do crédito tributário registado nas contas foi diminuído.

Note-se ainda que, no âmbito do regime acima referido, tais direitos de conversão correspondem a valores mobiliários que conferem ao Estado o direito a exigir ao Haitong Bank a emissão e entrega gratuita de ações ordinárias, na sequência do aumento de capital social através da incorporação do montante da reserva. Porém, é conferido aos acionistas do Haitong Bank o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão ao Estado, nos termos definidos na Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de novembro.

Caso os acionistas não exerçam o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão emitidos e atribuídos ao Estado Português no prazo estabelecido para esse efeito, no exercício em que o Estado exerça esses direitos, irá exigir ao Banco o respetivo aumento de capital através da incorporação do montante da reserva especial e consequente

emissão e entrega gratuita de ações ordinárias representativas do capital social do Banco, podendo ser necessário ajustar o valor da reserva inicialmente constituída.

Com efeito, para cada exercício importa recalcular o valor de referência dos direitos e caso se mostre diferente do valor nominal das ações, será necessário ajustar o valor da reserva especial. Caso tal viesse a suceder no exercício de 2022, e tendo por referência os valores das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021, bem como o montante dos créditos tributários convertidos por referência aos exercícios de 2015 até 2018 e 2020 seria necessário reforçar a reserva especial num valor estimado de 20 115 milhares de euros.

O montante dos ativos por impostos diferidos convertidos em crédito tributário, a constituição da reserva especial e a emissão e atribuição ao Estado dos direitos de conversão devem ser certificados por revisor oficial de contas.

Tendo o Haitong Bank apurado, nas suas contas individuais, um resultado líquido positivo com referência a 31 de dezembro de 2021, não houve a conversão em crédito tributário no exercício de 2022 de parte dos impostos diferidos abrangidos por este regime.

De notar que, nos termos da Lei n.º 23/2016, de 19 de agosto, o REAID deixou de ser aplicado aos impostos diferidos ativos referentes aos gastos e variações patrimoniais negativas contabilizadas nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

Em julho de 2019 e no dia 2 de janeiro de 2020, o Banco foi notificado dos Relatórios de Inspeção Final relativos a 2015 e 2016, respetivamente, ambos emitidos pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Nesses relatórios, alguns procedimentos adotados pelo Banco, nomeadamente no que se refere à aplicação do REAID e à aceitação fiscal de determinados custos, são colocados em causa pela AT.

Neste sentido, não concordando o Banco com essas correções, em novembro de 2019 foi submetida uma Reclamação Graciosa relativa ao Relatório de Inspeção fiscal de 2015 e, em abril de 2020, uma Reclamação Graciosa para contestar o relatório de inspeção de 2016.

Em janeiro de 2021 o Banco recebeu o relatório de inspeção fiscal de 2017 e 2018 emitido pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Neste relatório, à semelhança no que aconteceu nos relatórios de inspeção fiscal de 2015 e 2016, alguns procedimentos adotados pelo Banco no que diz respeito à aplicação do REAID são colocados em causa pela AT.

Não concordando o Banco com essas correções, em 2021, submeteu Reclamação graciosa para contestar o relatório de inspeção de 2017 e reclamação graciosa e recursos hierárquico para contestar o ano de 2018.

Por último, refere-se ainda que, no âmbito da inspeção fiscal aos exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2018 a Autoridade Tributária e Aduaneira efetuou correções ao crédito tributário destes dois exercícios, reduzindo-o no valor total de 14 611 milhares de euros (do montante total de 35 103 milhares de euros). Assim, esse valor de crédito tributário seria reclassificado para a rubrica de ativos por impostos diferidos.

A Administração do Banco considera que a análise fiscal adotada respeita a legislação em vigor e, assim sendo, estima que não é provável que a posição da Autoridade Tributária prevaleça. Ainda assim, esta correção caso se verificasse materializar-se-ia no reconhecimento de imposto diferido ativo. Adicionalmente, o Conselho de Administração acredita que quaisquer outras correções que possam eventualmente materializar-se, relacionadas com os exercícios inspecionados, não terão impacto material quer no capital do Banco quer no resultado do Banco com referência a junho 2022, na medida em que afetam essencialmente prejuízos fiscais que ainda não foram utilizados e para os quais não foram registados ativos por impostos diferidos.

A partir de 1 de janeiro de 2019 o Banco adotou a nova norma interpretativa da IAS 12 - IFRIC 23 – ‘Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento’ - e que vem recomendar os requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar na existência de incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a imposto sobre o rendimento, devendo refletir a melhor estimativa efetuada pela entidade quanto ao desfecho presumível da situação em discussão. Essa estimativa apurada com

base no valor esperado ou valor mais provável deve ser registada pela entidade em Ativo ou passivo por imposto sobre o rendimento com base na norma IAS 12 e não pela IAS 37.

A atividade gerada pelas sucursais no estrangeiro do Banco é integrada nas contas da sede para efeitos de determinação da matéria coletável sujeita a IRC. Além desta sujeição, os resultados dessas sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países onde se encontram estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC da sede, de acordo com o estabelecido no artigo 91.º do Código do IRC, nas situações aplicáveis. Os resultados das sucursais encontram-se sujeitos a tributação local às taxas nominais de seguida indicadas:

Sucursal	Taxa nominal de imposto
Londres	19%
Madrid	30%
Varsóvia	19%
Macau	12%

As subsidiárias localizadas no Brasil encontram-se sujeitas a tributação sobre os respetivos lucros nos termos estabelecidos nas normas fiscais em vigor no respetivo país. Nas empresas localizadas no Brasil os lucros são sujeitos a taxas nominais situadas entre os 34% e 45%.

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço a 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)			
	Activo		Passivo	
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
Imposto sobre o rendimento	5 409	4 361	(6 855)	(7 267)
Crédito de imposto (Regime Especial Aplicável aos Impostos Diferidos)	20 458	20 458	-	-
Imposto corrente activo/(passivo)	25 867	24 819	(6 855)	(7 267)

De acordo com a legislação em vigor, os acionistas do Haitong Bank poderão exercer o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão até três anos contados a partir da confirmação da conversão dos ativos por impostos diferidos em crédito tributário pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Para o exercício de 2015 o direito potestativo de aquisição dos direitos por parte do acionista foi efetuado a 01 de julho de 2022 (nota 39).

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço a 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	Activo		Passivo		Líquido	
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
Instrumentos financeiros derivados	7 206	4 994	-	-	7 206	4 994
Titulos	4 462	1 561	-	-	4 462	1 561
Crédito a clientes	27 652	27 998	-	-	27 652	27 998
Provisões	4 171	5 776	-	-	4 171	5 776
Pensões e benefícios de longo prazo aos colaboradores	5 435	5 047	-	-	5 435	5 047
Outros	(869)	(3 387)	(305)	(301)	(1 174)	(3 688)
Prejuízos fiscais reportáveis	58 838	53 243	-	-	58 838	53 243
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	106 895	95 232	(305)	(301)	106 590	94 931

O Grupo apenas reconhece imposto diferido ativo em relação a prejuízos fiscais reportáveis quando considera ser expectável que os mesmos venham a ser recuperados no futuro. Do total de ativo por imposto diferido referente aos prejuízos fiscais, 31 560 milhares de euros dizem respeito ao Haitong Bank em Portugal e o valor remanescente corresponde ao Brasil. É de referir que, os prejuízos fiscais de 2017 e 2018 do Haitong Bank em Portugal não deram origem ao registo de ativo por imposto diferido, os quais podem ser utilizados até o ano de 2024 e 2025, respetivamente. O período de utilização dos prejuízos fiscais tem em conta as medidas excecionais de resposta à pandemia da COVID-19 nos termos da Lei n.º 27-A/2020 (Orçamento do Estado Suplementar para 2020).

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de euros)

	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2021
Saldo inicial	94 931	95 870	94 369
Reconhecido em resultados	2 956	(1 234)	122
Reconhecido em reservas de justo valor	2 810	1 402	(396)
Reconhecido em outras reservas	42	(183)	-
Variação cambial e outros	5 851	(924)	1 775
Saldo final (Activo/(Passivo))	106 590	94 931	95 870

Os impostos reconhecidos em resultados e reservas a 30 de Junho de 2022 e 2021 tiveram o seguimento desdobramento:

(milhares de euros)

	30.06.2022		30.06.2021	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Instrumentos financeiros derivados	(1 360)	-	2 046	-
Investimento em títulos	-	(2 809)	(703)	226
Crédito a clientes	594	-	489	-
Provisões	(95)	-	104	-
Pensões	(185)	(43)	-	-
Outros	88	-	(1 183)	170
Prejuízos fiscais reportáveis	(1 998)	-	(875)	-
	(2 956)	(2 852)	(122)	396
Impostos Correntes	2 240	-	3 273	-
Total do imposto reconhecido	(716)	(2 852)	3 151	396

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	30.06.2022		30.06.2021	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos e Interesses que não controlam		(5 190)		6 360
Taxa de imposto do Haitong Bank	21,0		26,2	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do Haitong Bank		(1 090)		
Diferença na taxa de imposto das subsidiárias	15,1	(781)	42,2	1 335
Dividendos excluídos de tributação	0,0	-	(10,6)	2 221
Benefícios fiscais	0,0	-	(0,9)	(67)
Contribuição sobre o sector bancário	(6,0)	311	1,7	100
Prejuízo fiscal não reconhecido	4	515	(20,7)	(432)
Utilização de prejuízos fiscais	(1)	59	(0,6)	-
Imposto sobre lucros das sucursais	(20,5)	1 066	11,8	183
Diferenças resultantes de consolidação	(2,3)	117	(7,0)	(107)
Outros movimentos de acordo com a estimativa de impostos	6,4	(1 073)	2,8	(278)
Tributação autónoma	(3,1)	160	2,9	138
Outros	0,0	-	0,6	58
	13,9	(716)	48,4	3 151

NOTA 32 - OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2022	31.12.2021
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	12 652	11 316
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação (Nota 20)	15 280	10 270
Credores diversos		
Passivo de locação	1 662	1 489
Credores por operações sobre valores mobiliários	9 500	4 881
Credores por fornecimento de bens	5 858	7 096
Outros credores	6 645	9 959
	51 597	45 011
Custos a pagar		
Prémios de final de carreira (Nota 14)	574	595
Outros custos a pagar	8 344	8 887
	8 918	9 482
Receitas com proveito diferido	342	388
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	1 865	11 381
Operações cambiais a liquidar	5 018	4 664
Outras operações a regularizar	15 144	15 587
	22 027	31 632
	82 884	86 513

As rubricas de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, evidenciam o saldo das ordens de venda e compra de títulos que aguardam a respectiva liquidação financeira.

NOTA 33 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Acções ordinárias

Até 3 de Agosto de 2014, o Banco fez parte do Grupo Banco Espírito Santo, S.A..

Em 3 de Agosto de 2014, o Banco de Portugal tomou a decisão de aplicar uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A., accionista único do Banco, e a constituição do Novo Banco, S.A., com capital social de 4,9 mil milhões de euros, no qual foram integrados os activos do Banco Espírito Santo, S.A. seleccionados pelo Banco de Portugal. Neste contexto, o Banco e as suas sucursais e filiais foram transferidos para o Novo Banco, S.A..

Em 7 de Setembro de 2015, o capital do Banco foi integralmente adquirido pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 17 de Dezembro de 2015, o Banco realizou um aumento de capital de 100 000 milhares de euros, através da emissão de 20 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 22 de Maio de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 40 000 milhares de euros, através da emissão de 8 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 25 de Maio de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 20 000 milhares de euros, através da emissão de 4 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, pela conversão de um empréstimo concedido pelo accionista, o Haitong International Holdings Limited.

Em 13 de Junho de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 160 000 milhares de euros, através da emissão de 32 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 26 de Junho de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 160 000 milhares de euros, através da emissão de 32 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, por conversão de um empréstimo concedido pelo accionista, no montante de 80 000 milhares de euros e pela conversão dos Instrumentos designados “Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments”, no montante de 80 000 milhares de euros, aumento esse que foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 31 de Agosto de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 38 500 milhares de euros, através da emissão de 7 700 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, pela conversão de um empréstimo concedido pelo accionista, o Haitong International Holdings Limited.

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o capital social do Haitong Bank ascende 844 769 milhares de euros e encontra-se representado por 168 953 800 acções de valor nominal de 5 euros cada, sendo totalmente detida pela Haitong International Holdings Limited.

Prémios de emissão

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas no aumento de capital ocorrido em anos anteriores.

Outros instrumentos de capital

O Grupo emitiu durante o mês de outubro de 2010, obrigações perpétuas subordinadas com juro condicionado no montante global de 50 milhões de euros. Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração.

Este juro condicionado, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 8,5% sobre o valor nominal, é pago semestralmente. O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, após 15 de setembro de 2015, dependendo apenas da opção do Haitong Bank, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6.

Durante o exercício de 2011, foi efectuada a extinção de 46 269 milhares de euros de outros instrumentos de capital por via de uma operação de aquisição de títulos próprios.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do Haitong Bank e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco.

No ano de 2021 e no primeiro semestre de 2022 o Banco não efectuou pagamento de juros.

O Banco procedeu no dia 20 de Abril de 2022, ao reembolso antecipado integral destas obrigações, ao preço de reembolso, correspondente ao valor nominal de 3 731 milhares de euros.

Em março de 2018, o Banco emitiu instrumentos perpétuos elegíveis como fundos próprios adicionais de nível 1 ("Additional Tier 1"), no montante global de 130 000 milhares de dólares americanos, a que corresponderam 105 042 milhares de euros, designados "Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resetable Instruments". Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6.

NOTA 34 - RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do RGICSF) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Na rubrica de outras reservas está incluído a reserva especial ao abrigo do REAID no montante correspondente a 39 089 milhares de euros.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de euros)

	Reservas de justo valor			Reserva Legal	Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor		Desvios actuariais (líquidos de imposto)	Diferenças cambiais	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	(1 677)	286	(1 391)	39 878	(32 777)	(178 400)	(211 993)	(383 292)
Desvios actuariais Líquidos de impostos	-	-	-	-	6 216	-	-	6 216
Alterações de justo valor	2 357	(396)	1 961	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	5 617	-	5 617
Outro rendimento integral apropriado de	-	-	-	-	-	-	1	1
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	1 641	1 641
Saldo em 30 de Junho de 2021	680	(110)	570	39 878	(26 561)	(178 783)	(210 351)	(369 817)
Desvios actuariais Líquidos de impostos	-	-	-	-	(909)	-	-	(909)
Alterações de justo valor	(3 898)	1 402	(2 496)	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	(5 345)	-	(5 345)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	(3 218)	1 292	(1 926)	39 878	(27 470)	(178 128)	(210 351)	(376 071)
Desvios actuariais Líquidos de impostos	-	-	-	-	8 134	-	-	8 134
Alterações de justo valor	(10 118)	2 810	(7 308)	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	12 467	-	12 467
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	3 552	3 552
Saldo em 30 de Junho de 2022	(13 336)	4 102	(9 234)	39 878	(19 336)	(165 661)	(206 799)	(351 918)

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos e interesses que não controlam pode ser assim analisado:

	30.06.2022	31.12.2021
Saldo inicial	(1 926)	(1 391)
Variação de justo valor	(8 992)	(593)
Alienações do período	3	683
Imparidade reconhecida no período	(1 129)	(1 631)
Impostos diferidos reconhecidos no período em reservas	2 810	1 006
Saldo final	(9 234)	(1 926)

Interesses que não controlam

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam por subsidiária é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2022		31.12.2021	
	Balanco	Resultados	Balanco	Resultados
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	5 884	(258)	8 096	1 298
Haitong Securities do Brasil S.A.	3 558	123	2 950	(79)
Haitong Negócios S.A.	6 352	56	5 409	137
FI Multimercado Treasury	4 607	99	1 114	(568)
Outras	1 613	30	1 385	16
	22 014	50	18 954	804

O movimento de Interesses que não controlam nos períodos findos em 30 de Junho de 2022, 31 de Dezembro de 2021 e 30 de Junho de 2022, pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)		
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2021
Interesses que não controlam no início do exercício	18 954	21 102	18 793
Dividendos distribuídos	-	(403)	-
Varição da reserva de justo valor	(113)	(277)	(164)
Varição cambial e outros	3 123	(1 355)	1 556
Resultado líquido do exercício	50	(113)	917
Interesses que não controlam no fim do exercício	22 014	18 954	21 102

NOTA 35 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	30.06.2022	31.12.2021
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	131 401	133 392
Activos financeiros dados em garantia	607 360	482 643
	738 761	616 035
Compromissos		
Compromissos irrevogáveis	147 732	162 193
	147 732	162 193

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 30 de Junho de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021, a rubrica de activos financeiros dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 10 000 milhares de euros em 30 de Junho de 2022 (31 de dezembro de 2021: 10 000 milhares de euros), (ii) no âmbito das operações de refinanciamento de prazo alargado no montante de 321 388 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 321 639 milhares de euros), (iii) 11 434 milhares de euros de colateral livre não utilizado, sendo que o valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 378 604 milhares de euros em 30 de Junho de 2022 (31 de dezembro de 2021: 391 500 milhares de euros) e (iv) no âmbito do Sistema de Compensação Interbancária no montante de 2 500 milhares de euros.
- Títulos dados em garantia à Comissão de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 109 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 109 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 108 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 108 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia no âmbito de operações com acordo de recompra 210 797 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 74 977 milhares de euros);

- Títulos dados em garantia ao abrigo de contratos de compensação de derivados 51 025 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 50 846 milhares de euros).

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2022	31.12.2021
Responsabilidades por prestação de serviços		
Agenciamento de papel comercial	48 600	64 450
Outras responsabilidades por prestação de serviços	373 768	379 512
	422 368	443 962

O Banco Espírito Santo (BES), o Novo Banco e o Haitong Bank (e em alguns casos também autoridades de supervisão, auditores e ex-administradores do BES), foram demandados em processos judiciais de natureza cível relacionados com factos do antigo Grupo Espírito Santo (GES).

Neste enquadramento, o Haitong Bank é atualmente réu em um processo relacionado com o aumento do capital social do BES ocorrido em junho de 2014.

No que respeita a este processo (ação instaurada por vários fundos de investimento), depois de proferida decisão de 1.ª instância a declarar a deserção da instância, o Tribunal da Relação de Lisboa veio revogar essa decisão e ordenou o prosseguimento dos autos. Dois dos Réus neste processo interpuseram recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, e este confirmou a decisão do Tribunal da Relação. Foram interpostos recursos de revisão extraordinária e para o Tribunal Constitucional, todos eles mantendo o anteriormente decidido pelo Tribunal da Relação de Lisboa. O processo baixou à 1.ª instância para prosseguimento dos seus termos, aguardando-se marcação de audiência prévia.

O Haitong Bank é ainda réu em 9 processos todos relacionados com emissões de instrumentos financeiros realizadas por entidades do GES (Rioforte e ESI – Espírito Santo International).

Na nota 37 relativa às contas semestrais de 2022, consta que é opinião do Departamento Jurídico do Haitong Bank e dos advogados externos a quem os processos foram confiados, que os mesmos não têm sustentabilidade jurídica, pelo que se considera improvável e remota qualquer condenação do Haitong Bank em tais processos. Opinião que se reafirma.

Esta opinião foi, entretanto, corroborada por diversas decisões judiciais.

De facto, dos 78 processos instaurados contra o Banco relacionados com emissões de papel comercial e de outros instrumentos financeiros de entidades do GES, já transitaram em julgado 48 processos relativos ao papel comercial do GES com a absolvição total do Haitong Bank, tendo ocorrido a desistência do pedido pelos Autores em 21 processos.

No passado dia 16 de julho de 2019, o Haitong Bank foi notificado de uma nova ação judicial proposta contra si e contra antigos administradores, relativa ao papel comercial emitido pela Espírito Santo International e Rioforte em 2013 e 2014, proposta pelo Fundo de Recuperação de Créditos “FRC – INQ – Papel Comercial ESI e Rio Forte” (“FRC”), ao qual foram cedidos, pelos lesados do BES, os créditos emergentes das referidas emissões, que perfazem o montante de € 517,500,099.71, ao qual acresce juros. O Haitong Bank apresentou a sua contestação a esta ação em 25 de junho 2020 e encontra-se a aguardar o agendamento pelo tribunal da audiência prévia.

Na opinião dos advogados externos a quem foi confiado este processo movido pelo FRC, o mesmo não tem uma sustentabilidade jurídica sólida e por isso consideram pouco provável a condenação do Haitong Bank.

Assim, não foi constituída qualquer provisão relativa aos referidos processos judiciais.

Sem prejuízo do acima exposto quanto ao desfecho favorável ao Haitong Bank dos processos em causa, e para efeitos de cumprimento das normas contabilísticas aplicáveis, entende-se que não é possível quantificar um montante expectável de eventuais perdas que poderiam decorrer para o Haitong Bank, individualmente considerado, tendo em conta que tais processos foram intentados contra diversas entidades e não apenas contra o Haitong Bank.

Em Julho de 2021 a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) aplicou uma coima ao Haitong Bank, no âmbito da sua participação como agente nas emissões de papel comercial da ESI e da Rio Forte entre Setembro 2013 e Fevereiro 2014.

A CMVM considerou que o Haitong Bank (designado à data dos factos Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.) deu um contributo causal para que o Banco Espírito Santo, SA – Em Liquidação divulgasse aos seus clientes que subscreveram papel comercial emitido pela ESI, entre Setembro e Dezembro de 2013, e pela Rio Forte, entre 9 de Janeiro e 24 de Fevereiro de 2014, notas informativas contendo informações não verdadeiras, incompletas, desatualizadas e ilícitas, violando o dever de prestação de informações de qualidade, previsto no art. 7.º do Código dos Valores Mobiliários.

A violação, com dolo, do dever de prestação de informação com qualidade, previsto no artigo 7.º do Código dos Valores Mobiliários, constitui a prática de contra-ordenação muito grave, nos termos do art. 1, a), do Código dos Valores Mobiliários, punível com coima de € 25.000,00 a € 5.000.000,00, nos termos do art. 1, a), do Código dos Valores Mobiliários, em cada um dos casos (ESI e Rio Forte).

Face às circunstâncias do caso, o Conselho de Administração da CMVM decidiu aplicar ao Haitong Bank uma coima única no valor de 300.000 euros, suspensa na sua execução em 100.000 euros, pelo período de dois anos.

O Haitong Bank entendeu que a decisão da CMVM não tinha fundamento jurídico nem factual, pelo que impugnou a decisão administrativa perante o Tribunal Judicial em Setembro de 2021.

No dia 15 de fevereiro de 2022, o Tribunal de primeira instância julgou improcedente a impugnação apresentada pelo Haitong Bank, condenando-o numa coima única conjunta de 400.000 euros, suspendendo parcialmente a execução da coima única conjunta cominada de 400.000 euros no montante de 200.000, pelo período de 2 anos.

O Haitong Bank entendeu que a decisão do Tribunal de primeira instância não tinha fundamento jurídico nem factual e, por essa razão, recorreu da decisão em causa para o Tribunal da Relação de Lisboa.

No dia 14 de julho de 2022 o Haitong Bank foi notificado do Acórdão proferido pelo Tribunal da Relação de Lisboa, onde foi julgado totalmente improcedente o recurso por si interposto, mantendo-se a decisão recorrida. O Haitong Bank irá recorrer para o Tribunal Constitucional.

Em 9 de junho de 2022, o Haitong Bank foi citado no âmbito de uma ação cível intentada contra si, no valor de 4.905.460,96€, movida pela REDITUS GESTÃO, S.A. e pela GREENDRY LDA (Autoras), no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juízo Central Cível. Os Requerentes argumentam que o Banco violou as suas obrigações enquanto Agente Escrow.

O Haitong Bank irá apresentar a sua contestação e os advogados externos do Banco a quem este processo foi confiado entendem que as alegações dos Autores não têm qualquer fundamento jurídico ou factual.

No Brasil, encontra-se em discussão judicial a constitucionalidade da lei aplicável à incidência das contribuições para o Programa de Integração Social (“PIS”) e para o Financiamento da Seguridade Social (“Cofins”) sobre outras receitas que não sejam aquelas decorrentes da venda de bens e da prestação de serviços. Suportadas em decisão judicial, as entidades do Grupo no Brasil, depositam mensalmente, os valores objecto de discussão judicial e entregam ao Fisco directamente apenas aqueles valores que incidem sobre as receitas de serviços, os quais não são objecto desta discussão (Nota 26). Os valores objecto de depósito judicial estão contabilizados em balanço, nos

outros activos. É entendimento do Grupo, com base em pareceres dos seus consultores legais, que a possibilidade de vir a sofrer uma decisão judicial contrária ao Banco é inferior a 50%.

Fundo de Resolução

Medida de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A.

Em 3 de agosto de 2014, com o intuito de salvaguardar a estabilidade do sistema financeiro, o Banco de Portugal aplicou uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES) nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 145.º C do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), na modalidade de transferência parcial de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão para um Banco de transição, o Novo Banco, S.A. (Novo Banco), constituído por deliberação do Banco de Portugal dessa mesma data. Em consonância com o normativo comunitário, a capitalização do Novo Banco foi assegurada pelo Fundo de Resolução (FR), criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro. Conforme previsto no referido Decreto-Lei, os recursos do Fundo de Resolução são provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o sector bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente: (i) contribuições especiais das instituições de crédito; e (ii) importâncias provenientes de empréstimos.

Na sequência da medida de resolução, foram determinadas necessidades de capital do Novo Banco, S.A. de 4 900 milhões de euros, tendo a subscrição de capital realizada pelo Fundo de Resolução sido financiada essencialmente mediante a obtenção de financiamentos do Estado Português (3 900 milhões de euros) e de oito instituições participantes no Fundo (700 milhões de euros), nas quais não se inclui o Banco.

Em 18 de Outubro de 2017, o Fundo de Resolução anunciou a conclusão do processo de venda de 75% do capital social do Novo Banco, S.A. à Lone Star, cuja selecção havia sido comunicada pelo Banco de Portugal em 31 de Março de 2017. As condições acordadas incluem a existência de um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução se compromete a realizar injeções de capital até ao montante total máximo de 3 890 milhões de euros no caso de se materializarem certas condições cumulativas. A 31 de Dezembro de 2021, o Novo Banco é detido pela Nani Holdings S.G.P.S, S.A, pelo Fundo de Resolução e pelo Estado Português, com uma percentagem do capital social de 75%, 23,44% e 1,56% respectivamente.

Em 2 de outubro de 2017, o Estado Português celebrou um Acordo Quadro com o Fundo de Resolução, por um período máximo de onze anos, o qual prevê a disponibilização dos fundos necessários para assegurar o cumprimento das responsabilidades assumidas no âmbito do processo de venda do Novo Banco, com um limite anual de 850 milhões de euros.

O Acordo Quadro consagra que as responsabilidades assumidas pelo Fundo de Resolução ao abrigo do mesmo apenas poderão ser satisfeitas após terem sido pagos todos os montantes devidos ao abrigo dos empréstimos concedidos pelo Estado Português e pelo sindicato bancário, nos montantes de 3.900 milhões de euros e 700 e milhões de euros, respetivamente.

No mesmo dia, o Estado Português e o Fundo de Resolução celebraram um contrato de abertura de crédito até ao montante máximo de 1.000.000 m.euros, com o limite de utilização anual de 850.000 m.euros e vencimento em 31 de dezembro de 2046.

De acordo com o comunicado de 23 de dezembro de 2021 do Fundo de Resolução o valor dos pagamentos realizados ao abrigo do mecanismo de capitalização contingente efetuados entre 2018 e 2021 ascenderam a 3.405 milhões de euros, tendo os mesmos sido efetuados com recurso ao financiamento descrito e com os recursos disponíveis do Fundo de Resolução.

Medida de resolução aplicadas ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

Em 19 de Dezembro de 2015, o Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou declarar que o BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A. ('BANIF') se encontrava “em risco ou em situação de insolvência” iniciando um processo de resolução urgente na modalidade de alienação total ou parcial da sua atividade a qual resultou na alienação em 20 de Dezembro de 2015 ao Banco Santander Totta, S.A. dos ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais sob gestão do BANIF pelo montante total de 150 milhões de euros.

Os ativos que não foram objeto de alienação foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, denominado Oitante, S.A. (Oitante), criado especificamente para o efeito, o qual tem como acionista único o Fundo de Resolução. Para o efeito, a Oitante procedeu à emissão de obrigações representativas de dívida no montante de 746 milhões de euros, as quais foram adquiridas na totalidade pelo BST, tendo sido para o efeito prestada uma garantia pelo Fundo de Resolução e uma contragarantia pelo Estado Português.

A operação envolveu um apoio público de cerca de 2.255 milhões de euros para cobertura de contingências futuras, dos quais 489 milhões de euros assumidos pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de euros diretamente pelo Estado português, em resultado das opções acordadas entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o BST, para a delimitação do perímetro dos ativos e passivos alienados.

Financiamento do Fundo de Resolução

Por comunicado público de 28 de setembro de 2016, o Fundo de Resolução anunciou ter acordado com o Ministério das Finanças a revisão do empréstimo de 3.900 milhões de euros originalmente concedido ao Fundo de Resolução em 2014 para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. De acordo com o Fundo de Resolução, a extensão da maturidade do empréstimo visava assegurar a capacidade do Fundo de Resolução para cumprir as suas obrigações através das suas receitas regulares, independentemente das eventuais contingências a que o Fundo de Resolução esteja exposto. No mesmo dia, o Gabinete do Ministro das Finanças anunciou igualmente que aumentos de responsabilidades decorrentes da materialização de contingências futuras, determinarão o ajustamento da maturidade dos empréstimos do Estado e dos Bancos ao Fundo de Resolução, de forma a manter o esforço contributivo exigido ao setor bancário nos níveis atuais. De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 21 de março de 2017:

- “Foram alteradas as condições dos empréstimos obtidos pelo Fundo para o financiamento das medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A. e ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.” Estes empréstimos ascendem a 4 953 milhões de euros, dos quais 4 253 milhões de euros concedidos pelo Estado e 700 milhões de euros concedidos por um sindicato bancário.
- Aqueles empréstimos têm agora vencimento em dezembro de 2046, sem prejuízo da possibilidade de reembolso antecipado com base na utilização das receitas do Fundo de Resolução. O prazo de vencimento será ajustado em termos que garantam a capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base em receitas regulares e sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias.
- A revisão das condições dos empréstimos visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o sector bancário.
- As novas condições permitem que seja assegurado o pagamento integral das responsabilidades do Fundo de Resolução, bem como a respetiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário”.

De acordo com o Relatório e Contas do Fundo de Resolução de 2020 (último disponível):

- O Fundo apresenta recursos próprios negativos de 7.315 milhões de euros;

- O Fundo de Resolução não está obrigado a apresentar uma situação líquida positiva. Em caso de insuficiência de recursos, o Fundo de Resolução pode receber contribuições especiais, por determinação do membro do Governo responsável pela área das finanças, nos termos do artigo 153.º-I do RGICSF, sendo que não se encontram previstas quaisquer contribuições desta natureza, em particular após a revisão das condições de financiamento do Fundo de Resolução acima descritas;
- Quanto ao mecanismo de capital contingente, e no que respeita a períodos futuros, considera-se existir incerteza significativa quanto aos parâmetros relevantes para o apuramento de eventuais responsabilidades futuras, seja para o seu aumento ou para a sua redução, nos termos do acordo relativo ao mecanismo de capitalização contingente com o Novo Banco.
- O Fundo de Resolução encontra-se, a 31 de dezembro de 2020, citado como réu ou contrainteressado em diversos processos judiciais relacionados com as medidas de resolução. As ações judiciais relacionadas com a aplicação de medidas de resolução não têm precedentes jurídicos, o que impossibilita o uso da jurisprudência na sua avaliação, bem como uma estimativa fiável do eventual efeito financeiro contingente associado.
- O Fundo de Resolução tem ainda outros passivos contingentes relacionados com as seguintes situações:
 - Garantia prestada sobre as obrigações emitidas pela Oitante, cujo valor em 31 de dezembro de 2020 ascende a 200 milhões de euros;
 - Aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução poderá assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação;
 - Neutralização de eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução, de que resultem responsabilidades ou contingências para o Novo Banco;
 - Limite dos pagamentos no âmbito do mecanismo de capitalização contingente;
 - Tratamento, à luz do CCA celebrado com o Novo Banco, dos efeitos decorrentes de eventual decisão discricionária do Novo Banco, de reverter a sua anterior decisão de adesão ao regime transitório relacionado com a introdução da IFRS 9;
 - Tratamento, à luz do CCA celebrado com o Novo Banco, dos efeitos decorrentes da intenção do Novo Banco de não fazer uso do regime previsto no Regulamento (UE) 2020/873 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2020;
 - Impacto do REAID na participação de 25% no Novo Banco;
 - Outras responsabilidades contingentes emergentes dos acordos da operação de venda do Novo Banco

Na presente data, não existe qualquer estimativa relativamente ao valor total das eventuais perdas a incorrer pelo Fundo de Resolução resultantes do processo de alienação do Novo Banco, dos litígios associados ao processo de resolução do BES, incluindo no âmbito do denominado “processo dos lesados do BES” e tentativas de resolução do mesmo, das eventuais perdas na sequência da resolução do Banif e encargos relacionados com os respetivos processos.

Para fazer face às suas responsabilidades o Fundo de Resolução dispõe de receitas provenientes das contribuições, iniciais e periódicas, das instituições participantes (incluindo o Haitong Bank) e da contribuição sobre o sector bancário instituídas pela Lei n.º 55-A/2010. Está ainda prevista a possibilidade de o Governo determinar, por portaria, que sejam efectuadas contribuições especiais nas situações previstas na lei, em concreto na eventualidade de o Fundo de Resolução não dispor de recursos próprios para o cumprimento das suas obrigações.

Nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 24/2013 que estabelece o funcionamento do Fundo de Resolução, o Banco tem vindo desde 2013 a proceder às contribuições obrigatórias, conforme disposto no referido diploma.

Em 2022, o Banco efectuou contribuições periódicas para o Fundo de Resolução e sobre o sector bancário nos montantes de 517 milhares de euros e 1 480 milhares de euros, respectivamente, as quais são reconhecidas como custos nos termos previstos na IFRIC 21 – Taxas.

No dia 3 de novembro de 2015, o Banco de Portugal emitiu uma Carta-Circular nos termos da qual se esclarece que a contribuição periódica para o Fundo de Resolução deve ser reconhecida como custo no momento da ocorrência do acontecimento que cria a obrigação de pagamento da contribuição, isto é no último dia do mês de abril de cada ano, conforme estipula o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de fevereiro, encontrando-se assim o Banco a reconhecer como gasto a contribuição no ano em que a mesma se torna devida, nos termos da IFRIC 21 - Taxas. O Fundo de Resolução emitiu em 15 de novembro de 2015 um comunicado afirmando: “esclarece-se ainda que não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. A eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se, desta forma, remota.”

As demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022 refletem a expectativa do Conselho de Administração de que não serão exigidas ao Banco, enquanto entidade participante do Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif ou qualquer outro passivo ou passivo contingente assumido pelo Fundo de Resolução no contexto das referidas medidas, tendo em consideração:

- as condições definidas no âmbito da renegociação em março de 2017 dos empréstimos que o Fundo de Resolução obteve para financiamento das medidas de resolução, incluindo a extensão do prazo de vencimento para 31 de dezembro de 2046 e a possibilidade de ajustamento desse prazo, tendo por objetivo garantir que o Fundo de Resolução tem capacidade para cumprir integralmente as suas obrigações com base em receitas regulares e sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário; e
- os comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças, que referem o objetivo de assegurar que tais contribuições não serão necessárias.

NOTA 36 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transações do Grupo realizadas com entidades relacionadas do Grupo Haitong nos períodos findos em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resumem-se como segue:

	(milhares de euros)					
	30.06.2022			Passivos	Proveitos	Custos
	Crédito	Outros	Total			
Subsidiárias e associadas de accionistas						
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES CO LTD	-	-	-	-	531	-
HAITONG INTERNATIONAL (UK) LIMITED	-	-	-	54	-	-
HAITONG INVESTMENT IRELAND PLC	45 511	2 412	47 923	8 270	607	916
HAITONG PRIVATE EQUITY FUND	-	114	114	5 842	222	1
TOTAL	45 511	2 526	48 037	14 166	1 360	917

(milhares de euros)

	31.12.2021					
	Activos			Passivos	Proveitos	Custos
	Crédito	Outros	Total			
Subsidiárias e associadas de accionistas						
HAITONG INTERNATIONAL STRATEGIC INVESTMENT	-	-	-	-	8 000	-
HAITONG SECURITIES	-	-	-	-	24 000	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES CO LTD	-	1 297	1 297	-	3 918	1
HAITONG INNOVATION SECURITIES INVESTMENT CO LTD	-	-	-	-	1 500	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES GROUP LIMITED	-	-	-	-	2 102	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES USA INC	-	-	-	-	-	-
UNICAM LIMITED	-	-	-	69	-	576
HAITONG INTERNATIONAL (UK) LIMITED	-	-	-	-	1 292	-
HAITONG INVESTMENT IRELAND PLC	-	4 298	4 298	288 616	1 717	8 107
TOTAL	-	5 595	5 595	288 685	42 529	8 684

A rubrica de proveitos a 30 de Junho de 2022 inclui o montante de 531 milhares de euros referentes à rubrica de rendimentos de serviços e comissões por serviços bancários prestados (31 de dezembro de 2021: 39 519 milhares de euros).

O valor das transacções do Grupo Haitong realizadas com entidades relacionadas em que o Administrador e/ou familiar tenham influência significativa, nos períodos findos em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período, resumem-se como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2022						
	Activos			Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Títulos	Outros	Total				
Entidades com influência relevante							
Nos Comunicações S.A.	-	-	-	-	9	132	487
Mota Engil SGPS	14 957	-	14 957	-	15	358	1
GamaLife - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	-	-	-	-	-	7	-
TOTAL	14 957	-	14 957	-	24	497	488

(milhares de euros)

	31.12.2021						
	Activos			Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Títulos	Outros	Total				
Entidades com influência relevante							
Nos Comunicações S.A.	-	-	-	-	17	7 843	8 013
Mota Engil SGPS	11 839	10	11 849	29 000	10	1 175	17
GamaLife - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	-	-	-	-	-	140	-
TOTAL	11 839	10	11 849	29 000	27	9 158	8 030

NOTA 37 – JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Justo valor de activos e passivos financeiros

O Haitong Bank estima o justo valor dos seus instrumentos financeiros com base em preços observados em mercados activos ou, na sua ausência, recorrendo a técnicas de avaliação baseados em modelos financeiros standard de mercado tais como desconto de cash flows e modelos de valorização de opções. Sempre que disponíveis, os parâmetros de mercado utilizados são os observáveis no mercado. Caso estes não sejam observáveis directamente no mercado, são derivados de instrumentos transaccionados activamente no mercado ou obtidos através de preços indicativos de terceiros.

O Grupo realiza ajustamentos ao justo valor de instrumentos derivados não colateralizados de forma a reflectir o risco de crédito da contraparte (CVA) destes derivados considerando o valor actual em exposição, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento. A probabilidade de incumprimento é estimada com base no modelo de avaliação de risco de crédito do Banco ou com base em informação de mercado quando aplicável.

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Grupo, é analisado como segue:

	Custo amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total de Valor de Balanço	Justo Valor
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		
(milhares de euros)						
30 de Junho de 2022						
Caixa e Equivalentes de Caixa	668 912	-	-	-	668 912	668 912
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Activos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	34 836	335 959	-	370 795	370 795
Instrumentos financeiros derivados	-	-	79 303	1 619	80 922	80 922
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados						
Títulos	-	9	7 827	9 900	17 736	17 736
Crédito a clientes	-	-	-	22	22	22
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	106 553	55 606	58 311	220 470	220 470
Activos financeiros pelo custo amortizado						
Títulos	655 335	-	-	-	655 335	526 128
Aplicações em instituições de crédito	27 082	-	-	-	27 082	27 082
Crédito a clientes	744 394	-	-	-	744 394	737 353
Activos financeiros	2 095 723	141 398	478 695	69 852	2 785 668	2 649 420
Passivos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	992	-	-	992	992
Instrumentos financeiros derivados	-	-	73 447	492	73 939	73 939
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Recursos de instituições de crédito	881 776	-	-	-	881 776	881 776
Recursos de clientes	970 388	-	-	-	970 388	970 388
Responsabilidades representadas por títulos	479 135	-	-	-	479 135	479 348
Passivos financeiros	2 331 299	992	73 447	492	2 406 230	2 406 443
31 de Dezembro de 2021						
Caixa e Equivalentes de Caixa	488 544	-	-	-	488 544	488 544
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Activos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	36 326	309 714	-	346 040	346 040
Instrumentos financeiros derivados	-	-	89 565	349	89 914	89 914
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados						
Títulos	-	753	7 546	11 478	19 777	19 777
Crédito a clientes	-	-	-	22	22	22
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	128 517	38 012	93 240	259 769	259 769
Activos financeiros pelo custo amortizado						
Títulos	532 773	-	-	-	532 773	526 128
Aplicações em instituições de crédito	54 022	-	-	-	54 022	54 022
Crédito a clientes	620 241	-	-	-	620 241	614 908
Activos financeiros	1 695 580	165 596	444 837	105 089	2 411 102	2 399 124
Passivos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	1 036	-	-	1 036	1 036
Instrumentos financeiros derivados	-	-	74 272	330	74 602	74 602
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Recursos de instituições de crédito	759 397	-	-	-	759 397	759 397
Recursos de clientes	1 164 000	-	-	-	1 164 000	1 164 000
Responsabilidades representadas por títulos	26 750	-	-	-	26 750	26 750
Passivos financeiros	1 950 147	1 036	74 272	330	2 025 785	2 025 785

Hierarquia de Justo Valor

Os instrumentos financeiros registados ao justo valor são classificados em três níveis definidos pela IFRS 13 da seguinte forma:

Nível 1 – Instrumentos valorizados com base em cotações observadas em mercados activos e líquidos. Incluem-se neste nível obrigações de governos, obrigações de empresas, e acções e derivados listados e transaccionados em mercados regulados.

Nível 2 – Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros observáveis no mercado, valorizados com base em cotações num mercado activo de instrumentos similares e com base em cotações de mercados que não são activos nem líquidos. Incluem-se neste nível obrigações, derivados OTC não complexos, acções ilíquidas e fundos valorizados com base no Net Asset Value publicados diariamente pelas entidades que os gerem e com possibilidade de resgate diário. Os derivativos de balcão incluem instrumentos financeiros negociados nesse mercado (OTC), nos quais existe contractos de garantia (ISDA com CSA - Credit Support Annex), com valor mínimo de transferência (MTA) muito baixo, que permite mitigar o Risco de Crédito da contraparte e o CVA (Credit Value Adjustment) não é considerado significativo. Adicionalmente, estão incluídos derivativos financeiros negociados em mercado de balcão (OTC), que não possuem CSA assinado, mas o peso dos dados não observáveis no mercado (Ex: Avaliação Interna, Probabilidade de default determinada por modelos internos, etc) na avaliação do CSA não é significativo no valor da derivado como um todo (é considerado um valor significativo quando o valor do CVA é superior a 5% do valor de mercado do derivado).

Nível 3 - Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros não observáveis no mercado e que não cumpram com os requisitos para serem classificados em Nível 1 ou Nível 2. Incluem-se neste nível derivados OTC complexos valorizados com base em parâmetros não observáveis no mercado ou com base em cotações indicativas de uma terceira parte, obrigações altamente ilíquidas ou em situação de incumprimento, fundos valorizados com base no Net Asset Value publicados pelas entidades que os gerem sem possibilidade de resgate diário e acções não transaccionadas em mercado regulado. No Nível 3 estão incluídos os instrumentos financeiros negociados no mercado de balcão com contrapartes que a HB não possui CSA assinada e o peso de dados não observáveis de mercado incorporados na avaliação da CVA, é considerado significativo no valor de mercado do derivativo (o valor do CVA é 5% maior que o valor de mercado do derivado).

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor, o movimento ocorrido entre 30 de Junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 nos activos e passivos classificados no Nível 3 apresenta o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	Activos e Passivos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		Activos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Total
	Instrumentos financeiros derivados	Títulos	Crédito		
Saldo final a 31 de Dezembro de 2021	19	11 478	22	93 240	104 759
Resultados reconhecidos em Margem financeira	-	-	-	(16 549)	(16 549)
Resultados de instrumentos de trading e de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	(7)	(923)	-	-	(930)
Resultados de desreconhecimento de activos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	-	-	-	4	4
Imparidade em activos financeiros	-	-	-	1 132	1 132
Outras variações de justo valor	1	962	-	1 481	2 444
Variação de reserva de justo valor	-	-	-	(560)	(560)
Aquisições	-	-	-	14 878	14 878
Saídas	-	(1 635)	-	(38 227)	(39 862)
Reembolsos	-	18	-	8 696	8 714
Fluxos financeiros derivados	(8)	-	-	-	(8)
Transferências de outros níveis	1 122	-	-	-	1 122
Transferências para outros níveis	-	-	-	(5 784)	(5 784)
Saldo final a 30 de Junho de 2022	1 127	9 900	22	58 311	69 360

Em 2022, com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram transferidos Activos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral de 5 784 milhares de euros de Nível 3 para Nível 2, e 1 471 milhares de Nível 2 para Nível 1. Com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram ainda transferidos Activos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral de 5 028 milhares de Nível 1 para Nível 2 e ativos de negociação de 2 243 milhares de Nível 1 para Nível 2. Relativamente aos instrumentos derivados, em 2022, foram transferidos 1 121 milhares de euros de Nível 2 para Nível 3, cujo impacto de CVA na valorização do derivado passou a ser superior a 5%.

(milhares de euros)

	Activos e Passivos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		Activos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Total
	Instrumentos financeiros derivados	Títulos	Crédito		
Saldo final a 31 de Dezembro de 2020	-	28 017	-	114 631	142 648
Resultados reconhecidos em Margem financeira	-	-	-	7 702	7 702
Resultados de instrumentos de trading e de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	-	5 308	-	-	5 308
Resultados de desreconhecimento de activos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	-	-	-	37	37
Imparidade em activos financeiros	-	-	-	(2 389)	(2 389)
Outras variações de justo valor	-	4 154	-	(3 003)	1 151
Variação de reserva de justo valor	-	-	-	2 843	2 843
Aquisições	-	-	22	38 845	38 867
Saídas	-	(26 016)	-	(8 814)	(34 830)
Reembolsos	-	15	-	(52 871)	(52 856)
Transferências de outros níveis	19	-	-	-	19
Transferências para outros níveis	-	-	-	(3 741)	(3 741)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2021	19	11 478	22	93 240	104 759

Em 2021, com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram transferidos ativos de negociação de 3 741 milhares de euros de Nível 3 para Nível 2. Relativamente aos instrumentos derivados, em 2021, foram transferidos 19 milhares de euros de Nível 2 para Nível 3, cujo impacto de CVA na valorização do derivado passou a ser superior a 5%

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2022, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos de taxas de depósito e/ou futuros, para o longo prazo utilizam-se as taxas swap:

(%)

	30.06.2022			31.12.2021		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	-0,59	1,58	1,22	-0,58	0,07	0,18
1 mês	-0,51	1,79	1,23	-0,55	0,10	0,19
3 meses	-0,20	2,29	1,69	-0,50	0,12	0,08
6 meses	0,26	2,94	2,26	-0,50	0,00	0,47
1 ano	1,43	3,62	2,74	-0,46	0,35	0,88
3 anos	1,55	3,21	2,84	-0,15	0,93	1,30
5 anos	1,79	3,04	2,74	0,01	1,35	1,29
7 anos	1,96	3,02	2,65	0,13	1,46	1,23
10 anos	2,17	3,04	2,59	0,30	1,57	1,20
15 anos	2,35	3,11	2,56	0,50	1,70	1,18
20 anos	2,27	3,09	2,51	0,55	1,76	1,15
30 anos	1,98	2,87	2,43	0,48	1,71	1,09

Spreads de crédito

Os spreads de crédito utilizados pelo Grupo na avaliação dos derivados de crédito são capturados diariamente via Markit. A tabela seguinte representa a evolução dos principais índices de crédito:

Índice	Série	(pontos de base)			
		3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
30.06.2022					
CDX USD Main	31	77,90	101,20	119,20	133,10
iTraxx Eur Main	30	96,40	118,60	134,30	147,00
iTraxx Eur Senior Financial	30	-	128,40	-	155,00
31.12.2021					
CDX USD Main	31	28,59	49,00	68,55	89,00
iTraxx Eur Main	30	26,82	47,76	66,67	87,05
iTraxx Eur Senior Financial	30	-	54,86	-	85,86

Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (at the Money):

	%					
	30.06.2022			31.12.2021		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	118,20	144,18	122,59	24,37	55,24	56,00
3 anos	123,39	149,15	145,73	55,12	78,12	73,59
5 anos	118,10	137,25	140,95	67,01	81,28	76,60
7 anos	112,59	128,51	129,84	69,13	81,30	76,81
10 anos	105,47	117,08	118,88	70,29	79,65	75,64
15 anos	96,20	104,44	108,14	68,11	76,08	73,60

Câmbios e volatilidades

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*):

Cambial	Cotação		Volatilidade (%)				
	30.06.2022	31.12.2021	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,0484	1,1326	9,43	9,13	8,96	8,89	8,81
EUR/GBP	0,8608	0,8403	7,63	7,75	7,76	7,75	7,75
EUR/CHF	1,0012	1,0331	7,86	7,66	7,43	7,28	7,26
EUR/PLN	4,6985	4,5969	9,19	9,10	9,02	8,93	8,89
EUR/CNY	7,0090	7,1947	8,21	8,34	8,17	8,07	8,04
USD/BRL a)	5,2571	5,5713	18,92	20,78	20,57	20,04	19,77

a) Calculado com base nos câmbios EUR/USD and EUR/BRL

Índices accionistas

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices accionistas e respectivas volatilidades:

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

	Cotação			Volatilidade histórica (%)		Volatilidade implícita (%)
	31.12.2021	31.12.2021	Variação %	1 mês	3 meses	
DJ Euro Stoxx 50	3 455	4 298	(19,62)	24,84	30,02	26,70
PSI 20	6 045	5 569	8,53	21,57	19,53	-
IBEX 35	8 099	8 714	(7,06)	21,76	24,86	-
DAX	12 784	15 885	(19,52)	23,96	29,26	26,96
S&P 500	3 611	4 766	(24,24)	28,03	26,57	26,44
BOVESPA	18 099	104 822	8,63	26,83	29,95	25,19

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, tendo em conta os spreads de mercado para operações semelhantes (caso fossem contratadas no momento actual) considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Recursos de instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

Débitos representados por títulos e passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 38 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

O Departamento de Gestão de Risco, enquanto função de controlo independente, ativamente envolvida em todas as decisões relevantes e alinhada com as orientações e práticas da casa-mãe, tem por objetivo permitir ao Banco tomar decisões informadas e assegurar que as políticas de risco aprovadas pelo Conselho de Administração são devidamente implementadas e seguidas.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais financeiras estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua atividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos derivados – swaps, forwards e opções (risco de contraparte).

Os portfólios de crédito do Grupo são monitorizados permanentemente, com uma interação próxima entre as equipas de negócio e de gestão de risco durante as fases sequenciais do ciclo de crédito.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito, rácios de produtividade, provisionamento e métricas de concentração é efetuado de forma contínua.

São igualmente objeto de análise o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da atividade corrente das áreas de negócio.

Cálculo da ECL

A norma IFRS 9 prevê um modelo de “três estágios” para cálculo de imparidade baseado em alterações na qualidade de crédito face ao momento de reconhecimento inicial. De acordo com o modelo do Grupo Haitong Bank, a perda de crédito esperada (ECL) é determinada de acordo com a informação detalhada com o capítulo 2.4.1., Imparidade de Ativos Financeiros e Modelo Financeiro:

- **Estágio 1 – *Performing*:** O cálculo de imparidade é realizado com base na perda de crédito esperada para 12 meses, a qual é determinada como a exposição à data de referência multiplicada pela probabilidade de incumprimento (PD) de 12 meses e pela perda dado o incumprimento;
- **Estágio 2 – *Under Performing*:** O cálculo de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.
- **Estágio 3 – *Non Performing*:** O cálculo de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.

Inputs para o cálculo da ECL

Como resultado das características da carteira do Banco (número reduzido de operações e elevada heterogeneidade), o cálculo da ECL tem como principal vector de medição a análise individual de imparidade. No modelo coletivo, aplicável para instrumentos financeiros classificados em Estágio 1 e para determinar a taxa de imparidade mínima em instrumentos financeiros classificados em Estágio 2, os principais parâmetros de cálculo são:

- Probabilidade de Incumprimento (*Probability of Default* – PD): reflete a probabilidade de incumprimento num dado momento. O Haitong Bank toma em consideração as PD's da S&P, ao passo que o processo de atribuição de rating é realizado internamente com base na metodologia da S&P. O exposto garante o alinhamento entre a gestão interna de risco e o processo de cálculo de imparidade.

- Perda dado o Incumprimento (*Loss Given Default – LGD*): magnitude da perda no momento de um incumprimento. O Banco aplica a LGD com base nos *benchmarks* da Moody's que cobrem um amplo período histórico.
- Exposição dado o Incumprimento (*Exposure at Default – EAD*): a exposição esperada em caso de incumprimento. O EAD é calculado dependendo do tipo de ativo.

De notar que para compromissos de crédito não utilizados e garantias financeiras, o montante considerado no cálculo de imparidade em cada estágio é determinado como a exposição à data de referência ponderada pelo fator de conversão de crédito (de acordo com a CRR– *Capital Requirements Regulation*).

Informação Prospectiva

O Grupo manteve uma abordagem simplificada quanto à incorporação de informação prospectiva (“exercício de *forward-looking*”) com vista à antecipação do reconhecimento das perdas de crédito esperadas, atentas as características e dimensão do Banco e fundada num princípio de proporcionalidade.

No âmbito do exercício de *forward-looking*, o Grupo ajustou as probabilidades de incumprimento ao longo do ciclo económico (i.e., as *probability of default through-the-cycle* ou “PD’s TTC”), incorporando informação macroeconómica prospectiva, o que gera probabilidades de incumprimento “*point-in-time*” (ou “PD’s PiT”), que são mais ajustadas em termos de precisão e de momentos no tempo. No Grupo, as PD’s TTC são as probabilidades de incumprimento fornecidas pela S&P, tendo sido desenvolvida uma metodologia de análise para estimar as PD’s PiT, que tem por suporte o conceito de Fator Escalar (ou *Variable Scalar*), i.e., o coeficiente que converte a PD’s TTC em PD’s PiT.

O exercício de *forward-looking* do Grupo é aplicado ao modelo coletivo de imparidade e cobre igualmente as operações com aumento significativo de risco de crédito, i.e., em Estágio 2, nomeadamente, para os anos em que as projeções económicas estão disponíveis. O exercício de *forward-looking* baseou-se numa abordagem multi-cenários ponderados pela respetiva probabilidade de ocorrência.

O exercício prospectivo baseia-se numa abordagem com múltiplos cenários, os quais incorporam diferentes condições económicas e as respetivas probabilidades de ocorrência. Os cenários múltiplos abrangem o período compreendido entre 2021 e 2023. Os cenários foram determinados principalmente com base nas previsões do Banco de Portugal, publicadas nos seus Boletins Económicos, que são representativas da visão do Banco sobre as condições económicas portuguesas futuras para efeitos do cálculo das perdas de crédito esperadas, e que garantem o alinhamento e consistência do modelo com as previsões macroeconómicas do Regulador.

A atualização do exercício anual de *forward-looking* em 31 de Dezembro de 2021 não gerou impacto nas perdas por imparidade de crédito a 30 de junho de 2022, dado que, por uma questão de prudência, o Grupo decidiu manter inalterados os ajustamentos prospectivos em vigor.

O Haitong Bank procedeu ainda a uma análise de sensibilidade, que assentou na avaliação do impacto caso se verifique uma variação de 10% nos parâmetros externos considerados no modelo coletivo para o cálculo das perdas de crédito esperadas (PD’s e LGD’s). Por fim, foi aplicado um choque de 10% nas PD’s PiT e no parâmetro da LGD, verificando-se que o impacto nas perdas de crédito esperadas resultaria num aumento de cerca de 512 mil euros e 930 mil euros, respetivamente.

Em seguida apresentam-se todos os instrumentos financeiros sujeitos aos requisitos de imparidade previstos na norma IFRS 9, detalhados por estágio, à data de 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021:

(milhares de euros)

Classe de Ativos	30.06.2022										
	Estágio 1				Total Estágio 1	Estágio 2			Total Estágio 2	Estágio 3	Total Estágio 3
	Low to Fair risk [aaa+;a-]	Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]	Not rated		Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]	Not rated		Impaired [d]	
Crédito a Clientes	22 500	669 940	-	407	692 847	54 606	-	-	54 606	9 649	9 649
Garantias	-	110 695	-	-	110 695	-	18 016	-	18 016	2 690	2 690
Instrumentos de Dívida	127 903	763 862	-	-	891 765	466	-	-	466	-	-
Crédito a Bancos	5 972	18 190	-	-	24 162	-	-	3 901	3 901	-	-
Caixa & Equivalentes de Caixa	656 055	12 429	-	420	668 904	-	-	1	1	-	-
Devedores e outros ativos	14	2 010	40	15 315	17 379	-	-	-	-	9 903	9 903
Total Bruto	812 444	1 577 126	40	16 142	2 405 752	55 072	18 016	3 902	76 990	22 242	22 242

(milhares de euros)

Classe de Ativos	31.12.2021									
	Stage 1				Total Stage 1	Stage 2		Total Stage 2	Stage 3	Total Stage 3
	Low to Fair risk [aaa+;a-]	Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]	Not rated		Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]		Impaired [d]	
Crédito a Clientes	12 370	504 395	-	33 532	550 297	68 753	-	68 753	13 181	13 181
Garantias	-	114 002	-	-	114 002	-	13 746	13 746	5 644	5 644
Instrumentos de Dívida	43 008	747 491	-	3 609	794 108	-	-	-	4 296	4 296
Crédito a Bancos	43 683	3 478	-	4 216	51 377	-	-	-	-	-
Caixa & Equivalentes de Caixa	482 293	6 220	-	23	488 536	-	-	-	-	-
Devedores e outros ativos	-	818	913	14 819	16 550	-	-	-	9 949	9 949
Total Bruto	581 354	1 376 404	913	56 199	2 014 870	68 753	13 746	82 499	33 070	33 070

A 30 de junho de 2022, a exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros não sujeitos a requisitos de imparidade ascende a 634 milhões de euros, correspondendo a exposições face a Bancos Centrais.

Em seguida apresentam-se todos os instrumentos financeiros ao custo amortizado e garantias prestadas, por sector de atividade, estágio e dias de atraso, a 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021:

Activos financeiros ao custo amortizado (incluindo garantias prestadas), por sector de actividade, estágio e dias de atraso	30.06.2022											
	Sem dias de atraso		Estágio 1				Estágio 2		Estágio 3			
	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade
Agricultura e bens alimentares	40 985	298	-	-	-	-	5 906	169	-	-	-	-
Cooperativas agrícolas	9 574	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Automóveis e peças de automóveis	11 531	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	717 345	100	-	-	1 651	1 651	3 901	963	-	-	-	-
Materias de construção	12 566	23	-	-	192	192	-	-	12	12	-	-
Bens de investimento	30 196	42	-	-	40	40	-	-	-	-	-	-
Químicos	24 372	730	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio e prestação de serviços	52 140	367	-	-	94	94	-	-	4 596	243	-	-
Construção e engenharia	122 109	415	16	-	407	407	-	-	760	232	2 484	2 475
Bens de consumo e vestuário	5 124	75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Embalagens	5 561	61	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alimentação, bebidas e tabaco	3 688	69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos e gestores de activos	271	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações centrais	371 092	268	-	-	214	214	-	-	-	-	-	-
Saúde	53 263	186	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alojamento e turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	2 127	2 127	-	-
Produtos de consumo	38	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Holdings de investimento	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Média e entretenimento	-	-	-	-	94	94	-	-	-	-	-	-
Metais e minas	14 828	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras não bancárias	73 524	176	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Petróleo e gás	25 699	119	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Papel e produtos florestais	14 867	127	-	-	60	60	-	-	-	-	-	-
Energia	116 105	427	16	-	57	57	37 623	3 246	-	-	-	-
Imobiliário	208 742	1 913	-	-	166	166	3 752	325	-	-	-	-
Arrendamento e Locação	14 349	75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retalho	20 175	206	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Telecomunicações	79 640	254	-	-	-	-	18 016	107	-	-	-	-
Transportes	5 261	27	-	-	-	-	1 407	112	-	-	-	-
Infra-estruturas de transportes	109 634	110	-	-	-	-	5 919	477	2 350	902	9 891	3 557
Água e Saneamento	18 799	140	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	2 955	647	-	-	3 260	3 260	-	-	-	-	-	-
Total	2 164 458	6 927	32	-	6 235	6 235	76 624	5 399	9 845	3 516	12 375	6 032

(1) Face à especificidade da carteira de comissões a receber (receivables), é aplicada uma abordagem simplificada baseada nos dias vencidos (e, portanto, padronizada no Estágio 1).

(milhares de euros)

31.12.2021										
Activos financeiros ao custo amortizado (incluindo garantias prestadas), por setor de actividade, estágio e dias de atraso	Estágio 1				Estágio 2		Estágio 3			
	Sem dias de atraso		Mais de 181 dias ⁽¹⁾		Sem dias de atraso		Sem dias de atraso		Mais de 181 dias	
	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade
Agricultura e bens alimentares	39 890	344	-	-	5 419	260	-	-	-	-
Cooperativas agrícolas	8 146	19	-	-	-	-	-	-	-	-
Automóveis & Components	11 610	21	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	561 205	98	1 661	1 661	3 561	879	-	-	-	-
Corretagem	545	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Materias de construção	12 533	38	192	192	-	-	12	12	-	-
Bens de investimento	23 028	34	40	40	-	-	-	-	-	-
Químicos	23 574	634	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio e prestação de serviços	40 047	321	86	86	-	-	5 567	670	-	-
Construção e engenharia	127 272	528	407	407	-	-	902	210	5 489	2 190
Bens de consumo e vestuário	4 799	25	-	-	-	-	-	-	-	-
Embalagens	4 759	54	-	-	-	-	-	-	-	-
Alimentação, bebidas e tabaco	4 228	79	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos e gestores de activos	33 389	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações centrais	277 181	263	214	214	-	-	-	-	-	-
Saúde	51 206	180	-	-	-	-	-	-	-	-
Alojamento e turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	2 127	2 127
Produtos de consumo	38	5	-	-	-	-	-	-	-	-
Holdings de investimento	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Média e entretenimento	-	-	94	94	-	-	-	-	-	-
Metais e minas	13 930	15	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras não bancárias	26 558	36	-	-	-	-	2 728	-	-	-
Petróleo e gás	13 874	58	-	-	-	-	-	-	-	-
Papel e produtos florestais	26 297	222	60	60	-	-	-	-	-	-
Energia	111 350	416	57	57	29 582	2 587	-	-	-	-
Imobiliário	126 248	1 005	166	166	3 751	345	-	-	-	-
Retalho	27 231	213	-	-	-	-	-	-	-	-
Telecomunicações	67 614	220	-	-	13 746	84	-	-	-	-
Transportes	6 597	50	-	-	1 635	122	-	-	-	-
Infra-estruturas de transportes	90 653	79	-	-	28 366	764	2 036	781	9 891	2 861
Água e Saneamento	11 439	102	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	3 321	887	3 181	3 181	-	-	-	-	-	-
Total	1 748 587	5 946	6 158	6 158	86 060	5 041	11 245	1 673	17 507	7 178

(1) Face à especificidade da carteira de comissões a receber (receivables), é aplicada uma abordagem simplificada baseada nos dias vencidos (e, portanto, padronizada no Estágio 1).

Em seguida apresenta-se a exposição por classe de instrumento financeiro, intervalo de rating interno e estágio de imparidade.

Crédito a clientes

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de crédito a clientes do Grupo Haitong Bank para 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021:

(milhares de euros)

Crédito a clientes		30.06.2022				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	22 500	-	-	-	22 500
Monitoring	[bbb+;b-]	669 940	54 606	-	-	724 546
Impaired	[d]	-	-	7 449	2 178	9 627
Not rated		407	-	-	-	407
Valor bruto		692 847	54 606	7 449	2 178	757 080
Imparidade (Nota 30)		2 727	4 329	5 590	40	12 686
Valor líquido		690 120	50 277	1 859	2 138	744 394
Justo valor através de resultados						
Impaired	[d]	-	-	22	-	22
Valor bruto		-	-	22	-	22
Valor líquido		-	-	22	-	22
Total bruto		692 847	54 606	7 471	2 178	757 102
Total imparidade		2 727	4 329	5 590	40	12 686
Total líquido		690 120	50 277	1 881	2 138	744 416

(milhares de euros)

Crédito a clientes		31.12.2021				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	12 370	-	-	-	12 370
Monitoring	[bbb+;b-]	504 395	68 753	-	-	573 148
Impaired	[d]	-	-	10 960	2 199	13 159
Not rated		33 532	-	-	-	33 532
Valor bruto		550 297	68 753	10 960	2 199	632 209
Imparidade (Nota 30)		2 373	4 078	5 470	47	11 968
Valor líquido		547 924	64 675	5 490	2 152	620 241
Justo valor através de resultados						
Impaired	[d]	-	-	22	-	22
Valor bruto		-	-	22	-	22
Valor líquido		-	-	22	-	22
Total bruto		550 297	68 753	10 982	2 199	632 231
Total imparidade		2 373	4 078	5 470	47	11 968
Total líquido		547 924	64 675	5 512	2 152	620 263

Garantias prestadas

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de garantias prestadas a clientes do Grupo Haitong Bank para 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021:

(milhares de euros)

Garantias prestadas		30.06.2022				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
Monitoring	[bbb+;b-]	110 695	-	-	-	110 695
Substandard	[ccc+;ccc]	-	18 016	-	-	18 016
Impaired	[d]	-	-	2 690	-	2 690
Total bruto		110 695	18 016	2 690	-	131 401
Imparidade (Nota 30)		99	107	349	-	555
Total líquido		110 596	17 909	2 341	-	130 846

(milhares de euros)

Garantias prestadas		31.12.2021				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
Monitoring	[bbb+;b-]	114 002	-	-	-	114 002
Substandard	[ccc+;ccc]	-	13 746	-	-	13 746
Impaired	[d]	-	-	5 644	-	5 644
Total bruto		114 002	13 746	5 644	-	133 392
Imparidade (Nota 30)		96	84	415	-	595
Total líquido		113 906	13 662	5 229	-	132 797

Instrumentos de dívida

O quadro apresenta em seguida um sumário da carteira de instrumentos de dívida ao custo amortizado e ao justo valor por outro rendimento integral do Grupo Haitong Bank, a 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021:

(milhares de euros)

Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado		30.06.2022				Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	94 364	-	-	-	94 364
Monitoring	[bbb+;b-]	562 374	-	-	-	562 374
Valor bruto		656 738	-	-	-	656 738
Imparidade (Nota 30)		1 403	-	-	-	1 403
Valor líquido		655 335	-	-	-	655 335
Justo valor através de outro rendimento integral						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	33 539	-	-	-	33 539
Monitoring	[bbb+;b-]	201 488	-	-	466	201 954
Valor bruto		235 027	-	-	466	235 493
Imparidade (Nota 30)		872	-	-	12	884
Reavaliação		(14 139)	-	-	-	(14 139)
Valor líquido		220 016	-	-	454	220 470
Total bruto		891 765	-	-	466	892 231
Total imparidade		2 275	-	-	12	2 287
Total reavaliação		(14 139)	-	-	-	(14 139)
Total líquido		875 351	-	-	454	875 805

(milhares de euros)

Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado		31.12.2021				Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	9 507	-	-	-	9 507
Monitoring	[bbb+;b-]	524 476	-	-	-	524 476
Valor bruto		533 983	-	-	-	533 983
Imparidade (Nota 30)		1 210	-	-	-	1 210
Valor líquido		532 773	-	-	-	532 773
Justo valor através de outro rendimento integral						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	33 501	-	-	-	33 501
Monitoring	[bbb+;b-]	223 015	-	-	-	223 015
Impaired	[d]	-	-	-	4 296	4 296
Not rated		3 609	-	-	-	3 609
Valor bruto		260 125	-	-	4 296	264 421
Imparidade (Nota 30)		800	-	-	37	837
Reavaliação		(3 815)	-	-	-	(3 815)
Valor líquido		255 510	-	-	4 259	259 769
Total bruto		794 108	-	-	4 296	798 404
Total imparidade		2 010	-	-	37	2 047
Total reavaliação		(3 815)	-	-	-	(3 815)
Total líquido		788 283	-	-	4 259	792 542

Depósitos e Disponibilidades

O quadro apresenta em seguida um sumário dos depósitos e disponibilidades do Grupo Haitong Bank, a 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021:

(milhares de euros)

Depósitos e disponibilidades		30.06.2022				Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	
<i>Custo amortizado</i>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	656 055	-	-	-	656 055
Monitoring	[bbb+;b-]	12 429	-	-	-	12 429
Not rated		420	1	-	-	421
Total bruto		668 904	1	-	-	668 905
Total líquido		668 904	1	-	-	668 905

(milhares de euros)

Depósitos e disponibilidades		31.12.2021				Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	
<i>Custo amortizado</i>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	482 293	-	-	-	482 293
Monitoring	[bbb+;b-]	6 220	-	-	-	6 220
Not rated		23	-	-	-	23
Total bruto		488 536	-	-	-	488 536
Imparidade (Nota 30)		1	-	-	-	1
Total líquido		488 535	-	-	-	488 535

Aplicações em instituições de crédito

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de aplicações em instituições de crédito do Grupo Haitong Bank, a 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021:

(milhares de euros)

Aplicações em instituições de crédito		30.06.2022				Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	
<i>Custo amortizado</i>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	5 972	-	-	-	5 972
Monitoring	[bbb+;b-]	18 190	-	-	-	18 190
Not rated		-	3 901	-	-	3 901
Total bruto		24 162	3 901	-	-	28 063
Imparidade (Nota 30)		18	963	-	-	981
Total líquido		24 144	2 938	-	-	27 082

(milhares de euros)

Aplicações em instituições de crédito		31.12.2021				Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	
<i>Custo amortizado</i>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	43 683	-	-	-	43 683
Monitoring	[bbb+;b-]	3 478	-	-	-	3 478
Not rated		4 216	3 561	-	-	7 777
Total bruto		51 377	3 561	-	-	54 938
Imparidade (Nota 30)		37	879	-	-	916
Total líquido		51 340	2 682	-	-	54 022

Devedores e outros activos

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de devedores e outros activos do Haitong Bank, para 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021:

(milhares de euros)

Devedores e outros activos	30.06.2022					
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total	
<i>Custo amortizado</i>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	14	-	-	-	14
Monitoring	[bbb+;b-]	2 010	-	-	-	2 010
Substandard	[ccc+;ccc]	40	-	-	-	40
Doubtful	[lccc]	9	-	-	-	9
Impaired	[d]	-	-	12	9 891	9 903
Not rated		15 306	-	-	-	15 306
Total bruto		17 379	-	12	9 891	27 282
Imparidade (Nota 30)		8 915	-	12	3 557	12 484
Total líquido		8 464	-	-	6 334	14 798

(milhares de euros)

Devedores e outros activos	31.12.2021					
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total	
<i>Custo amortizado</i>						
Monitoring	[bbb+;b-]	818	-	-	-	818
Substandard	[ccc+;ccc]	913	-	-	-	913
Impaired	[d]	-	-	58	9 891	9 949
Not rated		14 819	-	-	-	14 819
Total bruto		16 550	-	58	9 891	26 499
Imparidade (Nota 30)		8 387	-	58	2 861	11 306
Total líquido		8 163	-	-	7 030	15 193

Durante o ano de 2022, uma exposição totalizando 22.7 milhões de euros foi transferida de Estágio 2 (perdas de crédito esperadas “lifetime”) para Estágio 1 (perdas de crédito esperadas a 12 meses).

A utilização de proteção de crédito é uma componente incontornável da política de risco e do processo de decisão de crédito, influenciando os critérios de aceitação, os níveis de decisão e o preço.

As principais técnicas de redução de risco utilizadas pelo Grupo são as cauções financeiras (proteção real de crédito – garantia real financeira sob a forma de títulos e dinheiro) e garantias pessoais (proteção pessoal de crédito com efeito de substituição).

O Grupo Haitong Bank segue as indicações da CRR no que diz respeito a *haircuts* de garantias reais para cálculo de imparidade. Assim, em vez de utilizar o valor de garantias reais, o Grupo considera o valor das garantias reais após a aplicação do *haircut*.

A frequência e os métodos de avaliação da garantia real dependem da sua natureza. Para títulos de capital listados e títulos de dívida, a avaliação é realizada diariamente utilizando os preços de mercado.

A valorização da caução de contas bancárias é realizada numa base trimestral, de acordo com as informações fornecidas pelo banco depositário.

No que diz respeito à caução sobre títulos de capital não cotados, às cauções sobre equipamentos e a hipotecas a avaliação é realizada pelo menos anualmente e é baseada em informações financeiras do emitente ou em relatórios de avaliação de entidades externas (por exemplo: imóveis).

À data de 30 de Junho de 2022, o montante de instrumentos financeiros em que não se identificou perda pela existência de garantia (ie, sempre que a exposição dado o incumprimento líquida de garantias detidas for igual a zero), foi de 19 373 mil euros, contabilizado na carteira de crédito a clientes e garantias.

Em seguida apresenta-se por classe de rating o valor de balanço bruto e a exposição dado o incumprimento (EAD) para todos os ativos financeiros (incluindo garantias prestadas), de forma separada para cada Estágio e para os instrumentos POCI.

(milhares de euros)

Classe de rating		30.06.2022							
		Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		POCI	
		Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD
Low to fair risk	[aaa+;a-]	812 444	811 255	-	-	-	-	-	-
Monitoring	[bbb+;b-]	1 577 126	1 340 444	54 606	53 839	-	-	466	466
Substandard	[ccc+;ccc]	40	40	18 016	9 008	-	-	-	-
Doubtful	[ccc]	9	9	-	-	-	-	-	-
Impaired	[d]	-	-	-	-	10 173	9 956	12 069	12 069
Not rated		16 133	15 738	3 902	3 901	-	-	-	-
Total		2 405 752	2 167 486	76 524	66 748	10 173	9 956	12 535	12 535

(milhares de euros)

Classe de rating		31.12.2021							
		Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		POCI	
		Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD
Low to fair risk	[aaa+;a-]	581 354	580 919	-	-	-	-	-	-
Monitoring	[bbb+;b-]	1 376 403	1 260 064	68 753	65 510	-	-	-	-
Substandard	[ccc+;ccc]	913	914	13 746	6 873	-	-	-	-
Impaired	[d]	-	-	-	-	16 684	15 855	16 386	16 386
Not rated		56 200	19 703	3 561	3 561	-	-	-	-
Total		2 014 870	1 861 600	86 060	75 944	16 684	15 855	16 386	16 386

Exposições Não Produtivas e Exposições Diferidas

De acordo com as definições definidas no Anexo V do Regulamento de Execução da Comissão (UE) 2018/1627, de 8 de Outubro de 2018, que altera o Regulamento de Execução (UE) No. 680/2014, no que diz respeito à avaliação prudente para reportes regulatórios, o Grupo divulga as exposições não produtivas e diferidas (forborne exposures).

As definições de exposições não produtivas e exposições diferidas encontram-se na secção 2.4.1.

Neste sentido, a 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, as exposições produtivas e não produtivas apresentam o seguinte detalhe:

	30.06.2022			31.12.2021		
	Valor bruto	Imparidade, Reavaliações negativas e Provisões	Cobertura	Valor bruto	Imparidade, Reavaliações negativas e Provisões	Cobertura
Exposições Produtivas	2 587 106	10 731	0,4%	2 258 827	9 866	0,4%
Exposições Não Produtivas (NPE)	13 464	6 177	45,9%	23 436	6 103	26,0%
Instrumentos de dívida da carteira bancária	-	-	0,0%	4 296	37	0,9%
Crédito a Clientes	9 649	5 630	58,3%	13 235	5 571	42,1%
Garantias prestadas	2 690	349	13,0%	5 644	415	7,4%
Compromissos de crédito	1 125	198	17,6%	261	80	30,7%
Total	2 600 570	16 908	0,7%	2 282 263	15 969	0,7%
NPE ratio	0,5%			1,0%		
NPL ratio	1,3%			2,1%		

A 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021, as exposições diferidas apresentam o seguinte detalhe:

	30.06.2022			31.12.2021		
	Valor bruto	Imparidade, Reavaliações negativas e Provisões	Cobertura	Valor bruto	Imparidade, Reavaliações negativas e Provisões	Cobertura
Exposições Produtivas	2 533 442	6 503	0,3%	2 214 231	6 165	0,3%
Exposições Diferidas Produtivas	53 664	4 228	7,9%	44 596	3 701	8,3%
Instrumentos de dívida da carteira bancária	466	12	2,6%	-	-	0,0%
Crédito a Clientes	53 198	4 216	7,9%	44 596	3 701	8,3%
Exposições Diferidas Não Produtivas	9 744	4 821	49,5%	16 850	5 134	30,5%
Instrumentos de dívida da carteira bancária	-	-	0,0%	4 296	37	0,9%
Crédito a Clientes	8 619	4 623	53,6%	12 293	5 017	40,8%
Compromissos de crédito	1 125	198	17,6%	261	80	30,7%
Exposições Não Produtivas	3 720	1 356	36,5%	6 586	969	14,7%
Total	2 600 570	16 908	0,7%	2 282 263	15 969	0,7%

Concentração de riscos

Quanto ao risco de concentração – ou seja, o risco decorrente da possibilidade de exposição ou de grupo de exposições que partilham fatores de risco comuns ou inter-relacionados que produzem perdas suficientemente grandes para afetar a solvência do Grupo –, o Haitong Bank tem limites internos estabelecidos para as maiores exposições individuais. O acompanhamento regular desses limites, juntamente com o dos limites regulatórios, reforça o quadro de acompanhamento do grupo para a concentração de risco de crédito.

A repartição do montante de crédito sobre clientes, ativos de negociação e títulos por sectores de atividade, para os períodos findos em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, encontra-se apresentada conforme segue:

Indústria	30.06.2022 (milhares de euros)							
	Crédito a clientes				Activos de negociação		Títulos	
	Valor Bruto		Imparidade		Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor Bruto	Imparidade
Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido					
Agricultura e bens alimentares	22 296	-	379	-	-	37	24 595	88
Cooperativas agrícolas	9 575	-	21	-	-	214	-	-
Automóveis e peças de automóveis	-	-	-	-	-	-	17 516	39
Bancos	-	-	-	-	7 568	23 707	63 753	124
Corretagem	-	-	-	-	-	547	-	-
Materiais de construção	12 566	-	23	-	1 269	2 322	-	-
Bens de investimento	18 609	-	21	-	97	-	12 022	32
Indústria química	14 960	-	46	-	1 401	10 985	8 735	7
Comércio e Serviços	53 751	-	445	-	979	-	185	-
Construção e Obras Públicas	12 899	2 506	132	2 475	1 976	1 382	34 517	285
Bens de consumo e vestuário	-	-	-	-	-	-	3 265	41
Embalagens	5 561	-	61	-	-	-	-	-
Alimentação, bebidas e tabaco	3 688	-	69	-	382	9 454	6 465	4
Fundos e Gestores de Ativos	271	-	1	-	993	1	12 264	-
Administração pública	1 348	-	-	-	336 393	-	421 308	528
Saúde	48 044	-	159	-	293	-	20 420	105
Alojamento e turismo	2 127	-	2 127	-	-	-	7 235	1
Media e entretenimento	-	-	-	-	1 186	94	-	-
Metalúrgica & Mineração	-	-	-	-	-	170	9 575	15
Instituições financeiras não bancárias	45 372	-	138	-	4 580	4 036	51 363	75
Indústria de petróleo e gás	11 098	-	57	-	3 729	-	14 601	61
Papel e produtos florestais	12 120	-	124	-	-	2 305	2 712	3
Energia	123 475	-	3 600	-	728	1 311	37 484	106
Imobiliário	135 216	-	698	-	-	-	97 957	491
Arrendamento e Locação	14 296	-	74	-	850	-	-	-
Retail	20 175	-	206	-	640	-	-	-
Programação informática	-	-	-	-	-	-	9	-
Telecomunicações	62 456	-	200	-	4 732	55	25 727	89
Transportes	6 668	-	140	-	2 013	-	3 125	26
Infraestruturas de transportes	117 889	-	1 489	-	510	24 302	-	-
Água e Saneamento	-	-	-	-	391	-	20 995	167
Outros	136	-	1	-	85	-	-	-
Total	754 596	2 506	10 211	2 475	370 795	80 922	895 828	2 287

(milhares de euros)

Indústria	31.12.2021								
	Crédito a clientes				Ativos de negociação			Títulos	
	Valor Bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor Bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito Vencido				
Agricultura e Bens alimentares	24 290	-	508	-	-	-	5 156	21 019	96
Automóveis e peças de automóveis	8 146	-	19	-	-	-	522	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	181	-	20 286	43
Corretagem	-	-	-	-	-	8 527	15 093	73 080	114
Materiais de construção	-	-	-	-	-	-	285	-	-
Bens de investimento	12 532	-	38	-	-	-	-	-	-
Indústria Química	10 453	-	11	-	-	169	-	16 088	58
Comércio e Serviços	14 954	-	46	-	-	1 016	8 045	8 038	6
Construção e Obras Públicas	42 449	-	720	-	-	3 196	-	1 512	4
Bens de consumo e vestuário	20 519	2 372	338	1 985	54	1 508	-	29 534	262
Embalagens	-	-	-	-	-	-	-	3 201	17
Alimentação, bebidas e tabaco	4 759	-	54	-	-	-	-	-	-
Fundos e Gestores de Ativos	4 228	-	79	-	-	863	5 039	6 596	4
Administração pública	33 389	-	-	-	-	-	-	12 513	-
Saúde	1 593	-	-	-	-	312 156	-	320 489	485
Alojamento e Turismo	45 913	-	152	-	-	851	-	23 300	115
Seguros	-	2 127	-	2 127	-	405	-	17 444	32
Media e Entretenimento	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Metalúrgica & Mineração	-	-	-	-	-	2 017	4 085	9 707	15
Instituições financeiras não bancárias	-	-	-	-	-	558	3 590	50 142	70
Indústria de petróleo e gás	-	-	-	-	-	177	1 739	13 874	57
Papel e produtos florestais	18 331	-	202	-	-	-	270	19 745	55
Energia	116 902	-	2 954	-	-	513	3 089	36 191	87
Imobiliário	69 597	-	556	-	-	-	-	82 782	308
Retail	19 986	-	200	-	-	3 005	-	7 245	13
Programação informática	-	-	-	-	-	-	-	8	-
Telecomunicações	50 406	-	181	-	-	1 683	52	26 855	62
Transportes	8 232	-	173	-	-	974	-	4 068	33
Infraestruturas de transportes	120 963	-	1 624	-	-	202	42 946	-	-
Água e saneamento	-	-	-	-	-	-	-	10 649	111
Outros	144	-	1	-	-	8 039	-	-	-
Total	627 786	4 499	7 856	4 112	54	346 040	89 914	814 366	2 047

A repartição do montante de crédito sobre clientes, ativos de negociação e títulos por país de risco, para os períodos findos em 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021, encontra-se apresentada conforme se segue:

(milhares de euros)

País de Risco	30.06.2022								
	Crédito a clientes				Ativos de negociação			Títulos	
	Valor bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito vencido				
Bélgica	-	-	-	-	-	-	164	-	-
Bermudas	-	-	-	-	-	391	-	-	-
Brasil	141 346	1 008	5 410	1 008	-	334 103	13 984	116 603	601
Bulgária	-	-	-	-	-	-	-	11 029	21
China	-	-	-	-	-	2 234	-	159 794	655
Chipre	-	-	-	-	-	-	-	9 226	11
República Checa	-	-	-	-	-	-	-	1 945	1
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-	2 712	3
França	-	-	-	-	-	2 755	2 900	45 835	33
Alemanha	7 920	-	41	-	-	1 586	7 225	9 930	14
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	22 714	41
Hong-Kong	-	-	-	-	-	979	-	2 066	1
Hungria	-	-	-	-	-	-	-	10 505	8
Irlanda	45 372	-	139	-	-	-	1 988	-	-
Itália	-	-	-	-	-	1 884	-	127 439	161
Japão	-	-	-	-	-	1 129	-	-	-
Luxemburgo	33 204	-	73	-	-	-	-	21 337	12
Países Baixos	-	-	-	-	-	1 448	-	10 380	19
Polónia	96 661	1 498	172	1 467	-	449	-	43 644	222
Portugal	248 042	-	3 528	-	-	8 013	28 289	175 514	387
Roménia	-	-	-	-	-	-	-	24 209	29
Singapura	-	-	-	-	-	382	-	-	-
Espanha	119 061	-	606	-	-	9 144	24 296	73 015	22
Suécia	-	-	-	-	-	-	-	7 733	14
Suíça	-	-	-	-	-	355	-	-	-
Reino Unido	62 854	-	241	-	-	94	2 076	14 572	29
Estados Unidos América	-	-	-	-	-	4 580	-	-	-
Ilhas Virgens Britânicas	-	-	-	-	-	1 269	-	5 626	3
Outros	136	-	1	-	-	-	-	-	-
TOTAL	754 596	2 506	10 211	2 475	-	370 795	80 922	895 828	2 287

(milhares de euros)

País de Risco	31.12.2021								
	Crédito a clientes					Ativos de negociação		Títulos	
	Valor bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito vencido				
Bélgica	-	-	-	-	-	-	53	-	-
Bermudas	-	-	-	-	-	668	-	-	-
Brasil	119 416	866	4 989	501	-	309 582	16 728	102 449	529
Bulgária	-	-	-	-	-	-	-	11 559	21
China	-	-	-	-	-	5 060	-	139 632	483
Chipre	-	-	-	-	-	-	-	9 344	11
República Checa	-	-	-	-	-	-	-	1 950	1
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-	2 761	3
França	-	-	-	-	-	2 017	424	21 614	32
Alemanha	5 844	-	30	-	-	1 824	6 177	17 701	18
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	17 884	55
Hong kong	-	-	-	-	-	3 196	-	1 915	1
Hungria	-	-	-	-	-	-	-	10 566	8
Irlanda	-	-	-	-	-	-	3 568	-	-
Itália	-	-	-	-	-	3 915	-	132 202	137
Japão	-	-	-	-	-	573	-	-	-
Luxemburgo	30 481	-	61	-	-	-	-	21 353	12
Países baixos	-	-	-	-	-	1 566	-	10 287	19
Polónia	75 773	1 506	88	1 484	54	778	-	54 207	225
Portugal	240 199	2 127	1 641	2 127	-	3 460	53 102	196 203	400
Roménia	-	-	-	-	-	-	-	24 118	29
Singapura	-	-	-	-	-	863	-	-	-
Espanha	101 802	-	872	-	-	6 314	8 765	10 898	18
Suécia	-	-	-	-	-	39	-	7 834	14
Suíça	-	-	-	-	-	503	-	-	-
Reino Unido	54 127	-	174	-	-	3 409	1 025	14 713	29
Estados Unidos América	-	-	-	-	-	558	72	-	-
Ilhas Virgens Britânicas	-	-	-	-	-	1 715	-	5 176	2
Outros	144	-	1	-	-	-	-	-	-
TOTAL	627 786	4 499	7 856	4 112	54	346 040	89 914	814 366	2 047

Conflito Rússia - Ucrânia

Dado que o conflito Rússia-Ucrânia se encontra a perturbar as condições económicas e os mercados financeiro e de crédito, o Banco elaborou uma avaliação interna de risco da carteira e respetivos impactos imediatos do conflito Rússia-Ucrânia (excluindo os impactos de segundo e terceiro níveis e seus efeitos compostos).

As implicações globais do conflito ainda não são totalmente conhecidas, no entanto, a conclusão geral é de que atualmente nenhum dos mutuários analisados se encontra a sofrer um impacto severo do conflito Rússia-Ucrânia.

Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de incorrer em perdas, nas posições dentro e fora do balanço, resultantes de movimentos adversos nos preços de mercado, nomeadamente, nos preços de ações, taxas de juros, taxas de câmbio e spreads de crédito. No desenvolvimento das suas atividades, o Haitong Bank está exposto ao risco de mercado tanto na carteira de negociação como na carteira bancária.

O principal mecanismo para gerir o risco de mercado na carteira de negociação é na aplicação da política de apetite de risco, de onde a definição de limites é um componente chave. O Banco estabelece, para todo o grupo, limites de value-at-risk (VaR) para risco de mercado na carteira de negociação.

O VaR é uma medida quantitativa da perda potencial de posições a justo valor devido a movimentos de mercado e não devem ser excedido num período de tempo definido e com um nível de confiança definida. O Haitong Bank estima o VaR a partir das variações históricas reais das variáveis de mercado ao longo de um período de um ano, um horizonte temporal de dez dias e reavalia todas as posições para cada cenário de mercado considerando um nível de confiança de 99%.

(milhares de euros)

	30.06.2022				31.12.2021			
	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo
Risco cambial	6 800	5 443	6 844	4 516	4 747	4 142	13 078	1 393
Risco taxa de juro	403	430	677	289	550	812	1 625	187
Ações e Mercadorias	10	14	24	10	16	12	57	-
Spread de Crédito	616	1 110	1 820	315	1 269	1 759	2 871	205
Covariância	(811)	n.a.	n.a.	n.a.	(678)	n.a.	n.a.	n.a.
VaR Global	7 018	6 537	7 471	5 300	5 905	6 551	23 325	3 836

Fonte: Haitong Bank

Considerando que, a posição cambial aberta é a maior fonte de risco de mercado, o Haitong Bank gere cada exposição por moeda. Em Junho de 2022 e Dezembro de 2021, a exposição dos ativos e passivos, por moeda, era a seguinte:

(milhares de euros)

	30.06.2022			31.12.2021		
	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida
AUD	15	-	15	14	-	14
BRL	99 509	11 977	111 486	78 800	16 692	95 492
CAD	39	-	39	59	-	59
CHF	521	-	521	364	-	364
CNY	13 317	-	13 317	12 455	-	12 455
DKK	201	-	201	201	-	201
GBP	46 228	(47 155)	(927)	37 997	(38 193)	(196)
HKD	(1 101)	1 122	21	(1 273)	1 386	113
JPY	41	-	41	79	-	79
MOP	6 052	-	6 052	5 171	-	5 171
MXN	14	-	14	115	-	115
NOK	11	-	11	12	-	12
PLN	72 469	(46 084)	26 385	87 353	(60 502)	26 851
SEK	38	-	38	89	-	89
TRY	1	-	1	-	-	-
USD	(16 561)	19 818	3 257	120 423	(118 887)	1 536
	220 794	(60 322)	160 472	341 859	(199 504)	142 355

Nota: activo / (passivo)

A principal fonte de risco cambial do Haitong Bank provém da subsidiária Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. Dependendo da estratégia de gestão, o Haitong Bank cobre total ou parcialmente o investimento líquido da entidade estrangeira, através da realização de operações de derivados de curto prazo com uma terceira entidade.

O risco de mercado da carteira bancária resulta principalmente das atividades fora das unidades de negociação e de certos itens fora do balanço patrimonial, incorporando considerações de diferentes tratamentos contábeis das transações. O risco mais significativo na carteira bancária é a variação do risco de taxa de juro (IRRBB).

O Haitong Bank visa capturar todas as fontes materiais de risco de taxa de juro e avaliar o efeito das alterações do mercado no âmbito das suas atividades, e gerir o IRRBB medindo a sensibilidade do valor económico da carteira bancária e a sensibilidade da margem financeira esperada num determinado horizonte de tempo.

Para medir o valor económico, o Banco utiliza um modelo de run-off do balanço, onde os ativos e passivos existentes não são substituídos à medida que maturam, e por outro lado, para medir a margem financeira, o Banco segue um modelo de balanço estável, onde os contratos que maturam são substituídos como contratos semelhantes, mas com taxas iguais às taxas forward na maturidade.

Em Junho de 2022 e Dezembro de 2021, o perfil de reprecificação do Banco para posições sensíveis ao risco de taxa de juro era o seguinte:

(milhares de euros)

	30.06.2022					Total
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Activos	1 165 789	445 639	149 272	728 470	149 645	2 638 815
Passivos	(723 185)	(548 573)	(612 641)	(556 253)	(56 097)	(2 496 749)
Gap	442 604	(102 934)	(463 369)	172 217	93 548	142 066

(milhares de euros)

	31.12.2021					Total
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Activos	1 087 523	314 894	204 419	395 630	241 735	2 244 201
Passivos	(544 947)	(552 222)	(282 264)	(623 420)	(4 036)	(2 006 889)
Gap	542 576	(237 328)	(77 845)	(227 790)	237 699	237 312

Assim, o impacto de diferentes choques nas curvas de rendimentos, medidos pelo valor económico do capital próprio e pela margem financeira, foi o seguinte:

(milhares de euros)

Cenários	30.06.2022		31.12.2021	
	Delta EVE	Delta NII	Delta EVE	Delta NII
Subida paralela na curva de rendimentos após o choque standard de 200 bps	(15 900)	(4 645)	21 990	(5 317)
Descida paralela na curva de rendimentos após o choque standard de 200 bps	(3 069)	2 671	(2 106)	5 317
Subida paralela da curva de rendimentos	(13 261)	(5 180)	19 577	-
Descida paralela da curva de rendimentos	(9 234)	3 206	(1 718)	-
Aumento do declive da curva de rendimentos	(6 376)	1 873	(7 489)	-
Diminuição do declive da curva de rendimentos	918	(4 565)	(6 801)	-
Aumento das taxas de curto prazo	(2 155)	(5 544)	22 876	-
Diminuição das taxas de curto prazo	(10 702)	3 571	(7 509)	-
% Fundos Próprios	2.93%	0.85%	4.05%	0.98%
% Fundos Próprios de Nível 1	2.45%	0.86%	4.23%	n.a.

Fonte: Haitong Bank

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para os períodos findos em 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021, bem como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)

	30.06.2022			31.12.2021		
	Saldo médio do período	Juro do período	Taxa de juro média	Saldo médio do período	Juro do período	Taxa de juro média
Activos monetários	670 337	2 809	0,84%	536 588	1 080	0,20%
Crédito a clientes	697 440	16 971	4,91%	352 464	21 143	6,00%
Aplicações em títulos	635 580	28 314	8,98%	815 887	54 544	6,69%
Contas caução	60 591	77	0,26%	75 675	111	0,15%
Activos financeiros	2 063 948	48 171	4,91%	1 780 614	76 878	4,32%
Recursos monetários	826 059	6 694	1,63%	688 194	16 359	2,38%
Recursos de clientes	1 025 490	27 165	5,34%	1 140 615	27 476	2,41%
Responsabilidades representadas por títulos	350 496	6 025	3,47%	46 214	2 717	5,88%
Outros recursos	14 113	386	5,52%	26 555	699	2,63%
Passivos financeiros	2 216 158	40 270	5,34%	1 901 578	47 251	2,48%
Resultado Financeiro		7 901			29 627	

Contabilidade de Cobertura

A 30 de maio de 2021 ocorreu uma alteração à estratégia de gestão, e a contabilidade de cobertura foi descontinuada. A tabela abaixo inclui o detalhe dos resultados com instrumentos de cobertura utilizados e contabilizados com referência a 31 de dezembro de 2021:

(milhares de euros)

	Valor Nominal	31.12.2021		Alterações no justo valor (A)	Reserva cambial
		Valor de Balanço			
		Activo	Passivo		
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras					
Instrumentos de cobertura					
Risco cambial					
Forward	-	-	-	(698)	(698)
Cobertura					
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A	n.a	n.a	n.a	785	785
Total	-	-	-	87	87

(A) Variações no justo valor utilizadas para calcular a ineficácia da cobertura

(milhares de euros)

	31.12.2021	
	Ganhos / (Perdas) realizados em Outro rendimento integral	Ineficácia reconhecida na demonstração de resultados (A)
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras		
Instrumentos de Cobertura		
Risco cambial		
Forward	(698)	1

(A) Ganhos / (perdas) líquidos da contabilidade de cobertura

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco atual ou futuro que resulta da incapacidade de uma instituição liquidar as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, ou fazê-lo incorrendo em custos excessivos.

No âmbito da declaração de visão de risco aprovada pelo Conselho de Administração, o Haitong Bank pretende manter uma sólida posição de liquidez de curto prazo e um perfil de financiamento de médio e longo prazo sustentável, tanto ao nível do Grupo como ao nível das suas subsidiárias.

Para tal, o Banco procura manter uma base diversificada de investidores, garantindo acesso a fontes e instrumentos alternativos de financiamento e mantendo uma estrutura de financiamento adequada à sua atividade.

A gestão de liquidez e financiamento do Haitong Bank está sob a responsabilidade direta da Comissão Executiva, assessorada pelo Comité de Ativos e Passivos (ALCO). As equipas locais de tesouraria asseguram a gestão de liquidez em cada um dos centros de tesouraria do Banco (Lisboa, S. Paulo e Varsóvia), sob a coordenação global do CEO do Haitong Bank.

O Banco gere a sua liquidez estabelecendo uma política de risco de liquidez, monitorizando um conjunto de indicadores de risco de liquidez, incluindo rácios prudenciais de liquidez, executando testes de stress e definindo planos de contingência e através do estabelecimento de limites consistentes com o apetite ao risco de liquidez do Banco e com os requisitos regulamentares.

A 30 de Junho de 2022, o Banco detinha 798 milhões de Euros de ativos líquidos de alta qualidade (671 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2021), dos quais 629 milhões de Euros correspondiam a depósitos à ordem disponíveis junto de Bancos Centrais (454 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2021). O valor remanescente de ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) é composto principalmente por dívida soberana de países da União Europeia e por obrigações do tesouro brasileiro denominadas em reais brasileiros e detidas pela subsidiária do Haitong Bank no Brasil.

Em 30 de Junho de 2022 o Haitong Bank detinha um excedente de 488 milhões de Euros sobre as suas saídas líquidas de caixa a 30 dias em cenário de stress, o que corresponde a um LCR de 257% (183% em dezembro de 2021), confortavelmente acima dos limites internos e regulamentares.

Rácio de cobertura de Liquidez	Junho 2022	Dezembro 2021
Activos Líquidos de Elevada Qualidade	798	671
Excedente sobre saídas líquidas de caixa em stress	488	305
Rácio de Cobertura de Liquidez	257%	183%

O Haitong Bank obteve um financiamento de 322 milhões de Euros do Banco de Portugal (322 milhões de euros em dezembro de 2021) no âmbito das facilidades Targeted Longer-Term Refinancing Operations (TLTRO) e Pandemic Emergency Longer-Term Refinancing Operations, com vencimentos em 2022, 2023 e 2024.

No primeiro semestre de 2022, as principais fontes de financiamento do Haitong Bank foram financiamentos colateralizados do Banco Central, empréstimos de longo prazo de bancos, obrigações emitidas pelo Haitong Bank e pela sua subsidiária brasileira, operações com acordo de recompra (repos) e depósitos de clientes (particulares, empresas e clientes institucionais).

Em situações de stress de mercado em que o valor dos derivativos sofre impactos significativos, podem ser exigidos montantes adicionais de colateral do Haitong Bank devido à existência de acordos de compensação (ex. ISDA) e acordos de troca de margem (ex. Credit Support Annex). As posições de derivativos e colaterais colocados e recebidos encontram-se detalhadas nas notas 19 e 27, respetivamente.

A 30 de Junho de 2022, os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

	30.06.2022						Total
	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Indeterminado	
(milhares de euros)							
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	668 912	-	-	-	-	-	668 912
Activos financeiros detidos para negociação (Títulos)	-	13 947	47 434	233 449	364 667	38	659 535
Activos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	17 736	17 736
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	31 498	19 080	184 671	60 125	-	295 373
Activos financeiros pelo custo amortizado	-	16 482	43 351	530 341	95 130	-	685 304
Aplicações em instituições de crédito	22 443	2 929	2 482	-	-	-	27 853
Crédito a clientes	4 407	25 718	140 517	533 435	195 430	-	899 508
Instrumentos derivados	-	534 859	404 605	316 189	45 779	46 953	1 348 384
	695 762	625 433	657 469	1 798 085	761 131	64 728	4 602 607
Passivos							
Recursos de instituições de crédito	128 449	16 872	319 423	431 483	56 400	-	952 627
Recursos de clientes	48 843	302 393	437 264	219 624	-	-	1 008 124
Responsabilidades representadas por títulos	-	2 464	29 454	511 815	-	-	543 733
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	992	-	-	-	-	-	992
Instrumentos derivados	-	536 952	402 041	285 243	45 788	15 280	1 285 303
	178 284	858 681	1 188 181	1 448 165	102 188	15 280	3 790 779

A 31 de dezembro de 2021, os fluxos de caixa contratuais não descontados dos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

	31.12.2021						Total
	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Indeterminado	
(milhares de euros)							
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	488 544	-	-	-	-	-	488 544
Activos financeiros detidos para negociação (Títulos)	-	17 623	14 481	199 327	352 844	1 225	585 500
Activos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	745	-	19 032	19 777
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	22 530	65 327	180 245	55 345	-	323 447
Activos financeiros pelo custo amortizado	-	24 860	43 457	358 832	135 862	-	563 011
Aplicações em instituições de crédito	-	51 739	2 463	-	-	-	54 202
Crédito a clientes	-	61 341	84 241	436 374	159 026	-	740 982
Instrumentos derivados	-	501 963	319 738	149 576	138 220	59 433	1 168 930
	488 544	680 056	529 707	1 325 099	841 297	79 690	3 944 393
Passivos							
Recursos de instituições de crédito	7	29 683	63 735	722 227	57 945	-	873 597
Recursos de clientes	92 527	233 663	371 399	490 928	-	-	1 188 517
Responsabilidades representadas por títulos	-	172	9 785	22 220	-	-	32 177
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	1 036	-	-	-	-	-	1 036
Instrumentos derivados	-	495 213	314 316	144 532	131 925	10 270	1 096 256
	93 570	758 731	759 235	1 379 907	189 870	10 270	3 191 583

Os cash flows não descontados de derivativos são calculados como cash flows brutos de cada lado da operação, sem considerar posições líquidas.

Risco operacional

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da implementação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do funcionamento deficiente ou falha dos sistemas de informação, do comportamento do pessoal ou motivados por acontecimentos externos. Os riscos jurídicos estão incluídos nesta definição. Desta forma, considera-se o risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativa, de sistemas de informação e de Compliance.

O Banco possui um sistema de gestão de risco operacional que assegura a uniformização e sistematização das actividades regulares de identificação, monitorização, controlo e mitigação do risco operacional. O departamento de Gestão de Risco tem uma equipa exclusivamente dedicada à gestão deste sistema.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

Os requisitos regulamentares de capital são determinados pelo Banco de Portugal de acordo com as regras estabelecidas na CRR II (Regulamento (EU) nº 876/2019 que revoga Regulamento (EU) nº 575/2013) e na CRD V (Diretiva 878/2019 que revoga a Diretiva 2013/36/EU). De acordo com estes regulamentos, os requisitos de capital são apurados de forma a atender o nível de risco a que a instituição está exposta, que por sua vez é medido através dos ativos ponderados pelo risco (RWAs – Risk Weighted Assets) e pelo grau de alavancagem.

A legislação em vigor contempla um período de transição entre os requisitos de fundos próprios apurados de acordo com a legislação nacional e os calculados de acordo com a legislação comunitária por forma a fasear quer a não inclusão/exclusão de elementos anteriormente considerados (phased-out) quer a inclusão/dedução de novos elementos (phased-in). O período transitório terminou no final de 2017 para a maioria dos elementos, com exceção da dedução relacionada com os impostos diferidos gerados antes do dia 1 de janeiro de 2014, o ajustamento de transição resultante da implementação da IFRS9 e com a dívida subordinada e instrumentos híbridos não elegíveis como fundos próprios de acordo com a nova regulamentação, cujo período se estende até ao final de 2021.

De acordo com esta estrutura regulatória, os rácios mínimos de capital são 4,5%, 6% e 8% para os fundos próprios principais de nível 1, fundos próprios de nível 1 e fundos próprios totais, respetivamente. Adicionalmente, acresce a estes rácios mínimos a reserva de conservação de capital. A CRD V permite que a inclusão desta reserva de fundos próprios seja faseada com incrementos de 0,625% por ano até ao valor de 2,5% dos ativos ponderados pelo risco em 1 de janeiro de 2019.

Ainda no contexto das reservas de fundos próprios prevista na CRD V, o Banco de Portugal decidiu, em novembro de 2016, aplicar uma reserva adicional a seis Bancos portugueses considerados como “Outras Instituições de Importância Sistémica” (O-SII), no âmbito da sua revisão anual da imposição de reservas de fundos próprios, nos termos do n.º 2 do artigo 138.º-R do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), o Haitong Bank encontra-se fora do âmbito de aplicação desta reserva macro prudencial.

A regulamentação prevê ainda uma nova reserva contra cíclica de fundos próprios que poderá atingir 2,5% (dos fundos próprios principais de nível 1), que pode ser imposta pelo supervisor nacional caso este considere que tal se justifica devido a um crescimento excessivo da atividade creditícia em Portugal. No dia 30 de junho de 2022, o Banco de Portugal decidiu pela não aplicação desta reserva contra cíclica de fundos próprios, estabelecendo uma percentagem de 0% do valor total da posição total em risco. Esta decisão está sujeita a reapreciação por parte do supervisor numa base trimestral.

Além das já mencionadas reservas de capital, a partir de 1 de julho de 2018, o Haitong Bank passou a estar sujeito a um requisito complementar específico, determinado e revisto anualmente no âmbito do Processo Anual de Supervisão conduzido pelo Banco de Portugal. A 1 de fevereiro de 2022, o Banco de Portugal, enquanto autoridade responsável pela supervisão em base consolidada do Haitong Bank, SA, comunicou a decisão relativa ao processo anual de revisão e avaliação de supervisão (SREP 2021), segundo o qual atribui ao Haitong Bank um requisito específico de fundos próprios de 4%, a cumprir sempre a partir de 1 de julho de 2022, determinado ao abrigo das disposições conjuntas do artigo 116.ºC (1), (2)(a), (3)(b) e (4) do RGICSF.

Actualmente, para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Grupo utiliza o método “Standard” tanto para o tratamento do risco de crédito como do risco operacional (método “The Standardized Approach” – TSA).

O quadro seguinte apresenta um sumário da adequação de capital do Grupo Haitong Bank para 30 de Junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

	30.06.2022		31.12.2021	
	Período Transitório	Implementação Plena	Período Transitório	Implementação Plena
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1	18.0%	18.0%	18.9%	18.8%
Rácio Fundos Próprios de Nível 1	22.4%	22.4%	23.5%	23.4%
Rácio Fundos Próprios Totais	22.5%	22.5%	23.6%	23.5%

NOTA 39 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 1 de julho de 2022, foi deliberado o aumento do capital social do Haitong Bank S.A. em 2.630.305,00 euros, para 847.399.305,00 euros. Este aumento de capital, na modalidade de incorporação de reserva especial, decorreu da conversão dos direitos atribuídos ao Estado Português e adquiridos pela Haitong International Holdings Limited, única acionista votante do Banco, relativos ao ano fiscal de 2015, emitidos ao abrigo do Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (REAIID).

DECLARAÇÃO SOBRE A AUDITORIA ÀS CONTAS

Nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do Código de Valores Mobiliários, declaramos que a informação financeira relativa ao primeiro semestre de 2022 do Haitong Bank, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação não foi sujeita a auditoria.

Lisboa, 24 de agosto de 2022

Lin Yong
(Presidente do Conselho de Administração)

Wu Min
(Presidente da Comissão Executiva)

Alan do Amaral Fernandes
(Membro da Comissão Executiva)

Nuno Miguel Sousa Figueiredo Carvalho
(Membro da Comissão Executiva)

José Miguel Aleixo Nunes Guiomar
(Membro da Comissão Executiva)

Vasco Câmara Pires dos Santos Martins
(Membro da Comissão Executiva)

António Domingues
(Vogal)

Ana Martina Garcia Raoul-Jourde
(Vogal)

Pan Guangtao
(Vogal)

Paulo José Lameiras Martins
(Vogal)

Vincent Marie L. Camerlynck
(Vogal)

Xinjun Zhang
(Vogal)

ANEXOS



AÇÕES E OBRIGAÇÕES DETIDAS POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

Anexo referido no parágrafo 5 do Artigo 447 do Código das Sociedades Comerciais

Conselho de Administração / Conselho Fiscal	Títulos	Títulos detidos a 31/dez/2021	Transações em 1S2022			Títulos detidos a 30/jun/2022
			Data	Aquisições	Alienações	
Lin Yong	Haitong International Securities Group Limited - Ações Ordinárias	7 863 768	23/03/2022	249.919 (Nota 1)	-	-
			24/03/2022	398.010 (Nota 2)	-	
			23/06/2022	851.169 (Nota 3)	-	
	Haitong International Securities Group Limited - Opções sobre Ações	5 311 863	23/06/2022	531.186 (Nota 4)	-	5 843 049
	Haitong International Securities Group Limited - Ações Atribuídas (diferidas)	1 757 049	23/03/2021	-	249.919 (Nota 1)	1 109 120
		24/03/2021	-	398.010 (Nota 2)		
Wu Min	-	-	-	-	-	-
Alan do Amaral Fernandes	-	-	-	-	-	-
António Domingues	-	-	-	-	-	-
Martina Garcia	-	-	-	-	-	-
Miguel Guiomar	-	-	-	-	-	-
Nuno Miguel Sousa Figueiredo Carvalho	-	-	-	-	-	-
Pan Guangtao	-	-	-	-	-	-
Paulo José Lameiras Martins	-	-	-	-	-	-
Vasco Câmara Pires dos Santos Martins	-	-	-	-	-	-
Vincent Marie L. Camerlynck	-	-	-	-	-	-
Zhang Xinjun	Haitong International Securities Group Limited - Ações Ordinárias	869 784	23/06/2022	86.978 (Nota 5)	-	956 762
			23/06/2022	220.651 (Nota 6)	-	2 427 177
	Haitong International Securities Group Limited - Opções sobre Ações	2 206 526	0	-	-	-
Haitong International Securities Group Limited - Ações Atribuídas (diferidas)						
Cristina Maria da Costa Pinto	-	-	-	-	-	-
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura	-	-	-	-	-	-
Mário Paulo Bettencourt de Oliveira	-	-	-	-	-	-
Paulo Ribeiro da Silva	-	-	-	-	-	-
Deloitte & Associados, SROC, S.A.	-	-	-	-	-	-

Notas:

Nota 1: 249.919 ações diferidas foram disponibilizadas a 23/3/2022

Nota 2: 398.010 ações diferidas foram disponibilizadas a 24/3/2021

Nota 3: 851.169 ações distribuídas gratuitamente (*bonus issue*) a 23/06/2022

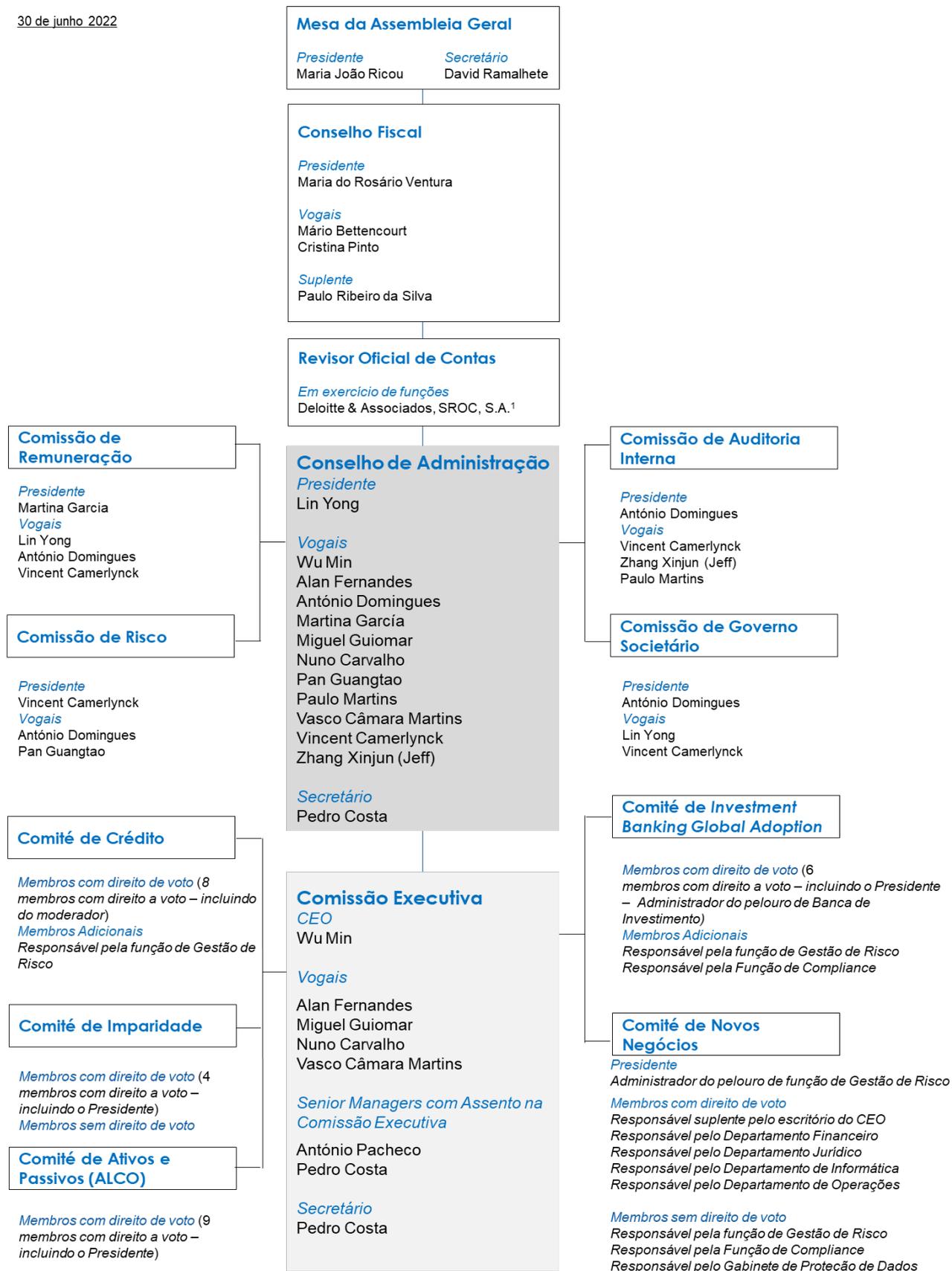
Nota 4: Ajuste feito após a conclusão da emissão de ações distribuídas gratuitamente (*bonus issue*) a 23/6/2022

Nota 5: 86.978 ações distribuídas gratuitamente (*bonus issue*) a 23/06/2022

Nota 6: Ajuste feito após a conclusão da emissão de ações distribuídas gratuitamente (*bonus issue*) a 23/6/2022

ORGÃOS SOCIAIS, COMITÉS E COMISSÕES

30 de junho 2022

¹ Deloitte & Associados, SROC, S.A. representado por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 29.º - J do Código dos Valores Mobiliários, os Administradores do Haitong Bank, S.A. declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank, S.A. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022 foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis e com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, conforme o disposto no número 3 do artigo 29.º - J do Código dos Valores Mobiliários;
- b) As demonstrações financeiras referidas na alínea a) supra dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados do Haitong Bank, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação;
- c) O Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do Haitong Bank, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação no primeiro semestre de 2022, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 24 de agosto de 2022

Lin Yong
(Presidente do Conselho de Administração)

Wu Min
(Presidente da Comissão Executiva)

Alan do Amaral Fernandes
(Membro da Comissão Executiva)

Nuno Miguel Sousa Figueiredo Carvalho
(Membro da Comissão Executiva)

José Miguel Aleixo Nunes Guiomar
(Membro da Comissão Executiva)

Vasco Câmara Pires dos Santos Martins
(Membro da Comissão Executiva)

António Domingues
(Vogal)

Ana Martina Garcia Raoul-Jourde
(Vogal)

Pan Guangtao
(Vogal)

Paulo José Lameiras Martins
(Vogal)

Vincent Marie L. Camerlynck
(Vogal)

Xinjun Zhang
(Vogal)

esta página foi intencionalmente deixada em branco

